

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Eduardo Lacerda Faria Rocha

A ARS GRAMMATICA DE DIOMEDES:
Reflexos do bilinguismo greco-latino

**Juiz de Fora
2015**

EDUARDO LACERDA FARIA ROCHA

**A *ARS GRAMMATICA* DE DIOMEDES:
REFLEXOS DO BILINGUISMO GRECO-LATINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes

**Juiz de Fora
2015**

Ficha catalográfica

BANCA EXAMINADORA

TITULARES

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes – UFJF (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Peters Salgado – UFJF

Prof^a. Dr^a. Patricia Prata – UNICAMP

SUPLENTE

Prof^a. Dr^a. Fernanda Cunha Sousa – UFJF

Prof^a. Dr^a. Tatiana Oliveira Ribeiro – UFRJ

À minha família, base moral sine qua non.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meu professor e orientador, Fábio Fortes, cujos ensinamentos vão além da elaboração deste trabalho. Agradeço pela sua extrema cordialidade e sensibilidade, características que foram essenciais em todo o percurso, desde o meu retorno à licenciatura em Latim e à pesquisa, até a oportunidade de atrelar os Estudos Clássicos à Pós-Graduação em Linguística. Sou grato, sobretudo, pela inspiração e pela credibilidade adquiridas.

Também agradeço:

Aos meus pais, Eloiza e Betinho, por todo o apoio e confiança em mim depositados, pelo amor incondicional e pela educação mais que essencial.

À minha irmã, Patrícia, de afinidade maior, mesmo nas diferenças, cujo caminho anda sempre paralelo ao meu, e em quem encontro ajuda e exemplo, tão necessários para prosseguir.

À minha prima, Lívia, amiga de toda a vida, pela convivência durante todo esse tempo dedicado à Universidade, pelas conversas e desabafos, pela irmandade e companheirismo.

Ao Lucas, meu companheiro, pela presença em todos os momentos difíceis, pelo enorme carinho e pela imensurável felicidade trazida, pela sabedoria e maturidade que tanto admiro.

Aos amigos, pelo apoio, pela credibilidade, pela paciência e, principalmente, pela compreensão por todas as minhas ausências, tão constantes durante esses quase três anos.

À banca examinadora, formada pelas professoras Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF) e Patrícia Prata (UNICAMP), e suas suplentes, professoras Fernanda Cunha Sousa (UFJF) e Tatiana Oliveira Ribeiro (UFRJ), pela disponibilidade e pelo trabalho desempenhado.

Aos professores de Latim da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial à Prof^a. Neiva Ferreira Pinto, pelos ensinamentos e por despertarem em mim o interesse pelos Estudos Clássicos.

Aos amigos do Bacharelado em Latim, pela agradável companhia nos eventos, em especial ao Fernando, pelos apontamentos e pela bibliografia, e ao Diego, pela ajuda com a tradução do grego clássico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, sua direção e seu corpo docente, pela orientação, pelo suporte e auxílio em eventos, e pelo conhecimento conquistado nas disciplinas do curso.

Aos professores da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, os quais me deram a certeza do caminho escolhido e me tornaram, através de seus ensinamentos, quem hoje sou.

Ao Prof. Geraldo de Carvalho, por ter me concedido, no ambiente profissional, mais tempo de dedicação à pesquisa, e por compreender minhas ausências ao participar de eventos da área.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida no primeiro ano do curso de Mestrado.

RESUMO

Nesta dissertação, pretendemos examinar, na *Ars grammatica*, de Diomedes, os elementos textuais e conceitos gramaticais que possam representar reflexos do bilinguismo greco-latino existente na sociedade em que essa obra se inseria, na região de Constantinopla, antiga capital do Império Romano do Oriente, onde a gramática teria sido publicada por volta do fim do século IV d.C.. A análise das *artes grammaticae* dos gramáticos latinos, como é o caso de Diomedes e sua *ars*, faz parte de um conjunto de estudos pertencentes à área da Historiografia Linguística, e que têm como *corpus* um texto antigo, através do qual, seguindo a proposta de Swiggers (2013, p. 43), busca-se contribuir, modestamente, para a compreensão do ideário linguístico e seu desenvolvimento. Essa contribuição se inicia, neste trabalho, a partir das contextualizações histórica e sociolinguística do texto sob análise, a fim de ilustrar a dinâmica instaurada em um texto gramatical antigo da coexistência das línguas grega e latina na sociedade da época. Com base nesse contexto, apresentamos e avaliamos os indícios no texto que decorrem do caráter bilíngue sociorregional, levando, também em consideração a língua do potencial leitor da gramática e a própria metalinguagem utilizada pelo autor.

Palavras-chave: Tradição gramatical antiga. Gramática latina. Bilinguismo greco-latino. Diomedes. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

In this dissertation we intend to examine, in the *Ars grammatica* of Diomedes, the textual elements and grammatical concepts that could represent reflections from the Greek and Latin bilingualism in the society in which this work was inserted, more specifically in the region of Constantinople, the late capital of the Eastern Roman Empire, where the grammar might have been published around the last years of the 4th century AD. The analysis of the *artes grammaticae* of Latin grammarians, such as Diomedes and his *ars*, is constituent of a combination of studies belonging to the field of Historiography of Linguistics, which have ancient texts as *corpus*. Through this *corpus*, according to the approach of Swiggers (2013, p. 43), we look for providing a modest contribution to the comprehension of the linguistic ideas and their development. This contribution initiates in this work from the historical and sociolinguistic contextualization of the text under analysis, in order to illustrate the dynamics of the coexistence of the Greek and Latin languages established in an ancient grammatical text at that time. Based on this context, we demonstrate and evaluate the traces in the text which originate from the socio-regional bilingual features, taking as well into consideration the language of the potential reader of the grammar and the metalanguage itself used by the author.

Key-words: Ancient grammatical tradition. Latin grammar. Greek and Latin bilingualism. Diomedes. Historiography of Linguistics.

Índice de quadros

Quadro 1.1. Disposição dos temas nas gramáticas antiga e moderna	19
Quadro 1.2. Estrutura temática da <i>Ars maior</i> e da <i>Ars Diomedis</i>	31
Quadro 2.1. Estrutura temática nos três livros da <i>Ars Diomedis</i>	55
Quadro 2.2. Número de citações por autor	58
Quadro 3.1. Tipologia dos fenômenos que refletem o bilinguismo na <i>ars Diomedis</i>	65
Quadro 3.2. Composição da análise a partir dos fenômenos observados	70
Quadro 3.3. Termos gregos latinizados	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ARS GRAMMATICA	16
1.1 Gramática Tradicional e Tradição Gramatical Antiga	16
1.2 Gênero gramatical na Antiguidade	21
1.2.1. A disciplina gramatical: aspectos históricos e finalidades	21
1.2.2. O gênero das <i>artes grammaticae</i>: aspectos da sua estrutura	28
2. A GRAMÁTICA DE DIOMEDES	33
2.1. Contexto histórico	33
2.2. Contexto sociolinguístico	40
2.3. Arquitetura da <i>Ars Diomedis</i>	52
3. REFLEXOS DO BILINGUISMO EM CONSTANTINOPLA NA ARS DE DIOMEDES	58
3.1. Bilinguismo: conceitos teóricos	60
3.2. O bilinguismo greco-latino e seus reflexos na gramática de Diomedes	70
3.2.1. A língua grega e sua relevância: citações e aspectos-modelo na gramática de Diomedes	70
3.2.2. Uso de terminologia gramatical greco-latina	84
3.2.3. A comparação entre o grego e o latim	97
3.2.4. O latim semelhante ao grego	109
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste de uma análise da gramática de Diomedes, datada, aproximadamente, dos anos finais do século IV d.C. Nosso objetivo principal é verificar se há, no *corpus* em questão, elementos textuais e técnico-gramaticais que possam representar possíveis reflexos do bilinguismo histórico da região em que foi publicada a obra do gramático. Os habitantes de Constantinopla, outrora capital do “Império Romano do Oriente”¹, tinham como língua majoritária uma variedade do grego antigo, embora o latim fosse a língua utilizada em instâncias oficiais. Nesse contexto, o ensino da língua latina, amparado didaticamente pelas gramáticas antigas, teria de enfrentar a barreira linguística advinda da falta de conhecimento e fluência do idioma romano por sujeitos que tinham como língua materna as variedades do grego faladas na região.

Entendemos por reflexos do bilinguismo, não exatamente a presença de duas línguas no texto da *ars Diomedis*, mas os elementos conceituais e textuais que, na gramática de Diomedes, revelavam um provável caráter facilitador na forma como a gramática foi organizada e redigida, levando em consideração o seu leitor helenofônico. Desse modo, os elementos analisados nos três livros da referida gramática são aqueles que demonstram um conhecimento prévio da língua grega, na medida em que diversos exemplos e muitas recorrências ao grego se estendem pela obra.

Nosso trabalho se dedica a um texto antigo, cujo campo de pesquisa, segundo Swiggers (2013, p. 43), é interdisciplinar, atrelado à retórica, à lógica (“dialética”), à sociologia, dentre outras áreas. Nesse campo que propõe investigar a história das ideias linguísticas, se insere a Historiografia Linguística, na qual o papel do pesquisador (ou

¹ Optamos por utilizar, predominantemente, a nomenclatura moderna “Império Romano do Oriente”, pois os habitantes de Constantinopla se consideravam romanos, formando-se, assim, uma convenção. Não prezamos, portanto, pelo emprego da nomenclatura “Império Bizantino”, assim chamado por conta da cidade de Bizâncio, como era antes conhecida a cidade de Constantinopla.

historiador) é o de “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (SWIGGERS, 2013, p. 43).

Ora, embora, comparativamente, pouca atenção seja dada aos estudos linguísticos da Antiguidade, o interesse, como aponta Pereira (2006, p. 15), parece crescer no Brasil, tornando-se um consenso entre os linguistas a relevância de se aprofundarem os estudos do pensamento greco-romano acerca da linguagem, já que, a partir dele, se desenvolveram muitos dos temas que ainda estão na agenda dos estudos linguísticos da contemporaneidade.

Com este trabalho sobre a gramática de Diomedes, portanto, pretendemos oferecer uma contribuição no âmbito da Historiografia Linguística, mais precisamente dentro da linha de implementação da História da Gramática (SWIGGERS, 2013, p. 46), como já o fizeram, por exemplo, recentemente no Brasil, os estudos acerca das obras de autores como Quintiliano (PEREIRA, 2006), Donato (DEZOTTI, 2011), Prisciano e Apolônio Díscolo (FORTES, 2012) e Thomás de Erfurt (BECCARI, 2013).

Seguindo a proposta de Swiggers (2010), podemos compreender melhor esse campo no qual se desenvolvem os estudos relacionados ao discurso gramatical antigo. Assim define o autor:

A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), e como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado.

(SWIGGERS, 2010, p. 2)

Podemos, então, considerar nosso trabalho como uma contribuição à Historiografia Linguística, visto que não nos seria possível desenvolvê-lo sem levar em conta o caráter interdisciplinar inerente ao objeto de nosso estudo, já que o *corpus* da análise a ser apresentada precisou ser contextualizado, tanto intra- quanto extradisciplinarmente, a fim de obtermos uma compreensão mais embasada daquilo que devemos entender, por exemplo, por

“discurso gramatical antigo”, o que apresentamos nos dois primeiros capítulos de nossa dissertação.

Conforme aponta Swiggers (2013, p. 41), “na historiografia linguística, como estudo do desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas, os *objetos primários* que se devem estudar são *textos*”. Além disso, sob a perspectiva proposta pelo mesmo autor, são muitos os aspectos envolvidos pelo fenômeno denominado por “texto”, dos quais consideramos ao longo deste estudo: a inserção do texto em um “circuito” mais amplo (como a intertextualidade, por exemplo), sua avaliação contemporânea ou retrospectiva (que, no nosso caso, incluiu a constante preocupação em evitar anacronismos desnecessários, no hiato entre a visão linguística contemporânea e aquela que nos antecede), sua composição e seu papel dinâmico (SWIGGERS, 2013, p. 41).

Se nosso objetivo, portanto, é analisar, no texto gramatical, os reflexos provenientes de um contexto bilíngue em que se insere a obra de Diomedes, temos também que considerar os contextos político e social que interferem, significativamente, nas questões linguísticas permeadas por nosso estudo. Tal abordagem faz parte da Historiografia Linguística, pois essa “se situa na interseção da *linguística* (e sua metodologia), da *história* (história dos contextos sociocultural e institucional), da *filosofia* (desde a história das ideias e *epistêmês* até a história das doutrinas filosóficas), e da *sociologia da ciência*” (SWIGGERS, 2010, p. 2).

Em suma, ainda que não seja nosso propósito oferecer uma descrição exaustiva do conteúdo linguístico tratado por Diomedes em sua gramática, a análise de elementos textuais e conceituais dessa obra, segundo o recorte que propusemos, corroboram a influência de fatores intra- e extralinguísticos que foram por nós examinados, contribuindo, como esperamos, para os estudos da área, já que encaramos o texto como “reflexo (ou depósito) material da história da linguística” (SWIGGERS, 2013, p. 42) e, através dele, buscamos uma breve “descrição e uma explicação da história contextualizada das ideias linguísticas”

(SWIGGERS, 2010, p. 2), trazidas por Diomedes em sua obra, trabalho que, salvo engano, ainda não foi realizado no Brasil.

O texto completo da *ars Diomedis* foi consultado na edição dos *Grammatici Latini*, de Heinrich Keil (1981 [1855-1880]). O *corpus* se apresenta originalmente em língua latina (com forte presença da língua grega, por meio de terminologias, citações e, até mesmo, em seu discurso metalinguístico), do qual uma tradução em língua moderna é, por nós, desconhecida. Embora a gramática de Diomedes tenha sido mencionada por pesquisadores e lhes servido de referência para abordagens linguísticas, pode-se conceber a obra como ainda pouco estudada.

Apresentemos, então, como se organiza nosso trabalho. O primeiro capítulo se dedica a esclarecer o que são as *artes grammaticae* latinas, conceituando e caracterizando o discurso gramatical antigo, e diferenciando-as da gramática tradicional como a concebemos hoje. Julgamos importante o discernimento do gênero discursivo em questão, visto que os textos dos gramáticos antigos, apesar de apontarem algumas semelhanças com a gramática tradicional moderna, tinham propósitos e conceitos muito diferentes, que precisam ser compreendidos à luz de seu tempo, e não devem ser confundidos com a ideia que hoje se constitui sobre “gramática”, seja em seu sentido normativo, seja em seu sentido teórico-linguístico. Neste capítulo, assim, foi também essencial abordar o sistema educacional romano, descrevendo suas etapas e seus objetivos na sociedade e na política do Império Romano do Oriente.

A contextualização da obra se desdobra no segundo capítulo, em que situamos a gramática em seu contexto social e histórico, no, assim chamado, Império Romano do Oriente, por volta do século IV d.C., de modo a compreender melhor as questões sociais relacionadas àquela época, desde o avanço do Cristianismo – fator que interfere, profundamente, na educação dos jovens e nos modelos educacionais vigentes – até a organização do Império, no que diz respeito ao seu sistema educacional, à sua cultura e à sua

política linguística. O contexto sociolinguístico, para nós, é de imprescindível relevância, pois o bilinguismo histórico na região de publicação da *ars* de Diomedes norteia o recorte deste estudo. Buscamos, portanto, entender onde e por quem eram faladas as línguas latina e grega, bem como o uso de cada uma delas nas situações cotidianas e em instâncias públicas, políticas, jurídicas e militares do Império.

No terceiro capítulo, apresentamos propriamente a análise do *corpus*, que se caracterizou pela identificação de passagens dos conteúdos gramaticais em que se verificam elementos que refletem o bilinguismo por parte do leitor e, conseqüentemente, do autor da gramática. Dividimos as ocorrências em categorias, tais como a simples referência à língua e à cultura grega, o uso extensivo de citações de Homero, em língua grega, a presença de sentenças gregas sem tradução em alternância de códigos linguísticos (*code-switching*) e, também, a frequente incidência de terminologia grega, seja ela transliterada, seja no próprio alfabeto grego.

Essas ocorrências de uso da língua grega apontadas na gramática são analisadas no que diz respeito, por exemplo, à consideração do autor com seu público-alvo, majoritariamente falante de grego, mas que, por razões diversas, precisava adotar o latim como língua em certos usos sociais – no âmbito da administração, de assuntos estrangeiros e meios jurídicos e militares. Os trechos extraídos do *corpus* são aqueles que, de alguma forma, evidenciam os reflexos da condição bilíngue da sociedade de Constantinopla e regiões adjacentes, onde, provavelmente, residiam os leitores da gramática de Diomedes.

1. *ARS GRAMMATICA*

1.1. Gramática Tradicional e Tradição Gramatical Antiga

O discurso gramatical, tal como é concebido nos dias de hoje, constitui-se como uma tecnologia para ensino de línguas (AUROUX, 1992, p. 65) – seja materna ou estrangeira – e compreende, majoritariamente, a descrição da língua através de sua metalinguagem. Por definição, encontram-se os seguintes verbetes no *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*:

Gramática 1 - conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada.

Gramática tradicional - modelo de descrição gramatical que tem origem nos estudos do grego e do latim feitos pelos antigos gramáticos gregos e latinos, prolongando-se pela Idade Média e Moderna até nossos dias [Foi a base do ensino escolar do grego e do latim e, com o surgimento das línguas vernáculas no final da Idade Média, foi adaptada a estas para fins pedagógicos, daí imputar-se-lhe o defeito de querer moldar todas as línguas pela estrutura do latim.]

(HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001)

Não é nosso propósito abordar os conceitos que definem a gramática no sentido que encontramos no verbete “gramática” acima, que corresponderia, de forma ampla, ao ensino escolar prescritivista da gramática tradicional (como, por exemplo, o das gramáticas de BECHARA, 2009; CASTILHO, 2010). Contudo, é interessante observar a definição de “gramática tradicional”, quando é mencionada a associação entre a gramática tradicional e a gramática grega e latina. O dicionário frisa que a origem da gramática tradicional vem dos “estudos” gregos e latinos, não diferenciando os dois conceitos.

Seria um erro, no entanto, chamar a ambos os conceitos anteriores de “gramática” e criar, assim, uma extensão uniformizante do discurso gramatical da Antiguidade aos nossos dias. O modelo da gramática tradicional das línguas vernaculares, de acordo com Auroux (1992, p. 66), tem como base as gramáticas grega e latina, porém é produto do processo de gramatização que confere à gramática o caráter descritivo e instrumentalizado da língua.

Por “gramatização” de um idioma, entende-se um complexo e extenso processo, cujo início se dá a partir do “aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma determinada língua” (AUROUX, 1992, p. 73). Esse processo é constituído de diversas fases (alfabetização, glosa, tradução, utilização de meios gramaticais, redação de gramáticas e dicionários etc.) que caminham rumo à gramatização. Essa transformação linguística é justamente o que separa as gramáticas antiga da moderna.

Quando consideramos uma língua gramatizada (ou seja, uma língua que tenha passado pelos processos que compõem a gramatização), ainda segundo o mesmo autor, podemos falá-la (ou lê-la), e aprendê-la com a ajuda dos instrumentos linguísticos disponíveis (1992, p. 74). Esses instrumentos fazem parte do que Auroux chama de “tecnologia de uma língua”, a qual pode ser transferida para outras devido à gramatização. Em outras palavras, os parâmetros linguísticos de uma língua gramatizada se aplicam, *grosso modo*, às demais.

O que se pretende neste capítulo é esclarecer o que representa a **tradição gramatical antiga**, tanto grega quanto latina, com ênfase nesta última. Deve-se ressaltar, para isso, a diferença entre o termo acima e a chamada gramática tradicional mencionada no verbete supracitado.

Por comparação, poderíamos afirmar que a organização e a terminologia do modelo da gramática tradicional moderna se assemelham, em certos aspectos, ao daquele encontrado na Antiguidade. A gramática antiga constitui-se como espécie de legado de uma tradição radicada na Antiguidade, conforme esclarece Neves:

É indiscutível a existência de um legado grego ao modo de organização da gramática portuguesa, como representante que é da gramática ocidental, oriunda da latina, que é calcada na grega. O histórico de constituição de uma terminologia gramatical é de significação notável na evolução do pensamento sobre a linguagem, tendo merecido atenção dos estudiosos pelo que representa de apreciação dos pressupostos e dos princípios que dirigiram e até hoje sustentam a instituição da disciplina “gramática” entre nós.

(NEVES, 2011, p. 641)

De modo a ilustrar, *grosso modo*, as semelhanças de organização e de terminologia que percebemos na tradição gramatical antiga e na gramática tradicional moderna, podemos comparar, por exemplo, o índice dos temas abordados em três obras, sendo uma representativa da tradição gramatical antiga e as outras duas da moderna gramática tradicional portuguesa: a *Ars*, de Diomedes (séc. IV d.C.); a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009) [1961]; a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha & Cintra (2010) [1985], respectivamente. Vale esclarecer que as informações indexais incluídas na tabela ilustram apenas a disposição dos tópicos na ordem apresentada em cada gramática. Não serve de base, portanto, para uma comparação gramatical quanto ao conteúdo – por exemplo, se há, hoje, novas terminologias ou ausência de proposições abordadas na Antiguidade.

Quadro 1.1. Disposição dos temas nas gramáticas antiga e moderna

	<i>Ars Diomedis</i>	E. Bechara	Cunha & Cintra
I	<i>praefatio (et epilogus)</i>	Prefácio	Prefácio
	<i>de oratione eiusque partibus</i>		
	<i>de nomine</i>	Substantivo	Substantivo
	<i>de constructione uel syntaxi</i>		
	<i>de idiomatibus, elocutionibus, differentiis et synonymis</i>		
	<i>de nomine</i>	Substantivo	Substantivo

	<i>de pronomine</i>	Pronome	Pronome
	<i>de uerbo</i>	Verbo	Verbo
	<i>de constructione uel syntaxi</i>		
	<i>de uerbo</i>	Verbo	Verbo
	<i>de participio</i>		
	<i>de aduerbio</i>	Advérbio	Advérbio
	<i>de praepositione</i>	Preposição	Preposição
	<i>de coniunctione</i>	Conjunção	Conjunção
	<i>de interiectione</i>	Interjeição	Interjeição
II	<i>de litteris</i>		
	<i>de syllabis (etiam metrica ratione)</i>		
	<i>de accentibus</i>		
	<i>de distinctionibus</i>		
	<i>de uitiiis et uirtutibus orationis</i>	Vícios e anomalias da linguagem	
	<i>de arte metrica (cum poemate, compositione, structura, musica)</i>	Noções elementares de estilística	
III	<i>de arte metrica (cum poemate, compositione, structura, musica)</i>	Noções elementares de versificação	Noções de versificação

Há de se notar – com muita cautela – certo padrão entre a gramática de Diomedis e as duas gramáticas modernas, separadas por aproximadamente 1700 anos, tanto pela ordem em que os tópicos se apresentam, quanto pela terminologia empregada. A ordem em que as classes de palavras se apresentam nas gramáticas modernas tomadas como exemplo guarda semelhanças com a ordem em que Diomedes apresenta as antigas *partes orationis*: o

substantivo, o pronome, o verbo (em Diomedes, o particípio em seção distinta do verbo²), o advérbio, a preposição, a conjunção e, por fim, a interjeição.

Não é nossa meta aprofundar, aqui, uma comparação entre as gramáticas antigas e modernas, mas se, por exemplo, consultarmos a *Ars maior*, de Donato, teremos como primeiro tópico as seções *de litteris* e *de syllabis*, o que seria “equivalente” aos tópicos iniciais das gramáticas tradicionais modernas mencionadas anteriormente, tendo em mente que esse tópico, em Diomedes, vem, excepcionalmente, apenas no segundo livro. Entretanto, embora haja semelhanças quanto à terminologia e à ordenação dos conteúdos, as diferenças quanto à finalidade e ao uso de discursos gramaticais — tão afastados no tempo — inviabilizariam enquadrar a gramática tradicional moderna e o discurso gramatical antigo no âmbito de um mesmo conceito. Retomando a definição do *Dicionário Houaiss*, poderíamos, talvez, conceber que “os estudos do grego e do latim” são apenas a origem do que hoje se concebe por gramática tradicional.

Por mais que se tente aproximar a tradição gramatical antiga, através de seu legado, à organização das gramáticas atuais, como já mencionado anteriormente por Neves (2011), a função da gramática na cultura antiga romana e, especialmente, a sua aplicação ao sistema educacional romano se prendem à época em que a educação se voltava para outros propósitos, sobre os quais teceremos alguns comentários no próximo item, quando abordaremos, mais especificamente, a gramática na Antiguidade como instrumento do processo educacional (que, embora seja esse o papel das gramáticas modernas, seus objetivos se diferem com os da gramática antiga), analisando suas funções práticas, sua composição e seus autores.

² Assim como na *Ars maior* de Donato (ver DEZOTTI, 2011, p. 156), Diomedes esclarece em sua *ars* sobre o particípio: “O particípio é uma parte da oração assim dita, porque, participa do valor das duas partes que são mais importantes em toda a língua: o verbo e o nome”. (DIOMEDES, I, 401, 10). *participium est pars orationis dicta, quod duarum partium quae sunt eximiae in toto sermone, uerbi et nominis, uim participet.*

1.2. Gênero gramatical na Antiguidade

1.2.1. A disciplina gramatical: aspectos históricos e finalidades

Havia, pois, em Roma uma tradição pedagógica original; entretanto, a educação latina evoluiu num sentido muito diferente, porque Roma se viu levada a adotar as formas e os métodos da educação helenística.

(MARROU, 1975, p. 375)³

Para apresentar claramente o conceito de gramática na Antiguidade Tardia, faz-se essencial compreender o sistema educacional romano no qual o gênero em questão se insere. De acordo com Marrou (1975, p. 381), a influência da civilização grega em Roma perpassa a questão educacional. A educação grega – bem como outros aspectos culturais que não estão diretamente ligados a este estudo, como a escultura, a arquitetura, a literatura e, até mesmo, a religião – foi adotada pela aristocracia romana. O modelo educacional grego, segundo Law (1993, p. 12), era a base direta da gramática em Roma. Holtz (1981, p. 3) afirma que, tanto a gramática grega quanto a latina são frutos da escola helenística.

Ainda que estivessem presentes no ensino da época temas extralinguísticos – como o cálculo, por exemplo – a educação romana estava centrada na aquisição de habilidades linguísticas (LAW, 1993, p. 11). A educação gramatical se dividia em três partes (LAW, 1993, p. 11): a educação elementar, conduzida pelo *litterator* ou *magister ludi*; o estudo de gramática, sob responsabilidade do *grammaticus*; a retórica, a cargo do mestre de retórica, o *rhetor*. Os objetivos e metas de cada fase eram, respectivamente: alfabetização; leitura e compreensão dos textos clássicos (na etapa do ensino de gramática); leitura e produção de

³ Todas as traduções de Marrou são de autoria de M. L. Casanova (São Paulo: MEC, 1975)

gêneros retóricos, bem como o treinamento de elaboração e apresentação de discursos em público (na etapa da escola de retórica).

A primeira etapa compreendia o período entre os sete e doze anos de idade, quando os alunos recebiam a educação elementar (*ludus litterarius*) e aprendiam a ler e escrever. A esse estágio se encarregava da educação o chamado *magister ludi* ou *litterator*. Cantó (1997) ressalta que a educação primária muitas vezes se dava em casa por um pedagogo ou até mesmo pelos pais, já que alguns temiam que seus filhos fossem deixados aos cuidados de escravos e estrangeiros:

O nível primário era lecionado tradicionalmente no seio da própria família; sabemos por Plutarco (*Cato* 20, 5, 8) que, quando começou a ser comum que as famílias ricas tivessem em casa um pedagogo, alguns pais, temerosos por deixar seus filhos nas mãos de escravos e estrangeiros, preferiam eles mesmos se encarregar de sua educação.⁴

(CANTÓ, 1997, p. 746)

Entre os doze e dezessete anos, também segundo a autora, havia o ensino secundário, ou segunda etapa da educação, da qual se encarregava o *grammaticus*. Nesta etapa, o jovem já estaria alfabetizado e passaria aos estudos de textos poéticos de escritores latinos. Segundo Mango (1980, p. 150), o γραμματικός (termo grego utilizado pelo autor, correspondente ao *grammaticus*) seguia um método de ensino dividido em quatro atividades: 1) a correção (διόρθωσις), ou seja, o confronto dos textos do professor com os dos alunos, a fim de corrigi-los; 2) leitura em voz alta (ἀνάγνωσις) dos textos com entonação adequada; 3) explicação (ἐξήγησις) linguística dos textos (dada a complexidade da língua em que eram redigidos, como o grego de Homero, por exemplo), e a explicação e identificação das figuras mitológicas e nomes geográficos contidos nos textos ; 4) a crítica (κρίσις), por fim, dedicada mais ao apuramento das lições morais depreendidas do texto do que à crítica literária.

⁴ El nivel primario se impartía tradicionalmente en el seno de la propia familia; sabemos por Plutarco (*Cato*, 20, 5, 8) que, cuando empezó a ser común que las familias ricas tuviesen en casa un pedagogo, algunos padres, temerosos de dejar a sus hijos en manos de esclavos y de extranjeros, preferían encargarse ellos mismos de su educación.

Ainda na mesma etapa, quando se estudavam os poetas e seus textos, os jovens tinham como instrumento de estudo a gramática. Mango (1980, p. 150) ressalta que, durante o período bizantino, provavelmente entre os estudantes falantes de grego, havia um enorme prestígio à gramática de Dionísio, o Trácio (II-I a.C.), sobre a qual falaremos mais adiante. A gramática, como era então concebida, servia de apoio, por exemplo, nos exercícios propostos pelo *grammaticus*.

Já a terceira e última etapa da educação se baseava no estudo da retórica (sob responsabilidade do *rhetor*), estágio que, segundo McNelis (2010, p. 289), estava aberto apenas aos que tinham boa condição financeira e, portanto, podiam gastar mais tempo e dinheiro com a educação dos filhos. O domínio da arte oratória, segundo Marrou, era o objetivo do ensino do *rhetor Latinus* que tinha seus fundamentos na escola grega a partir da geração dos sofistas:

O ensino do *rhetor Latinus* tem por objetivo, como o do σοφιστής grego, o domínio da arte oratória, tal como o assegura a técnica tradicional, o sistema complexo das regras, de procedimentos e de normas progressivamente estabelecidos pela escola grega a partir da geração dos Sofistas. Ensino inteiramente formal: comunicar as regras, habituar a servir-se delas.

(MARROU, 1975, p. 437)

Pereira (2006) define as duas últimas fases do sistema educacional – a gramática e a retórica – desta forma:

Se a clássica definição da Gramática, a par de “explicação dos autores” (a princípio, *poetarum enarratio*), era a “arte de escrever”, depois também a “arte de falar corretamente” (*ars bene loquendi*), a Retórica, por sua vez, se define como “arte de bem dizer” (*ars bene dicendi*), tendo por atribuição principal ensinar a persuadir, o que bem mostra a proximidade entre essas duas disciplinas [...]

(PEREIRA, 2006, p. 48)

Anteriormente a Pereira, Law (2003, p. 62) já nos informa que Quintiliano divide a gramática em duas partes: *recte loquendi scientia* (conhecimento de como falar corretamente, isto é, de acordo com o modelo consagrado da *Latinitas*, que era, basicamente, aquele presente nos textos literários canônicos, como Virgílio e Terêncio — DESBORDES, 2007, p. 91) e a *poetarum enarratio* (interpretação dos poetas, que era o trabalho de leitura e explicação dos textos “fundadores” da cultura romana, como a *Eneida*). Esses dois pontos constituíam as finalidades da disciplina de gramática na Antiguidade Latina, a qual consistia como matéria propedêutica ao estudo da retórica (FORTES, 2012, p. 207), e utilizava as *artes grammaticae* como instrumento pedagógico.

A fim de descrever as funções da gramática enquanto disciplina e gênero textual, retomemos a segunda etapa da educação romana, na qual se empregavam as *artes grammaticae*. A maior parte dos *grammatici*, de acordo com Cantó (1997, p. 747), limitou-se a fazer comentários de caráter escolar, mais precisamente transcrições das notas de classe, e assim formar um gênero novo através das observações. Em sua escola, ensinava-se gramática, sobretudo a fim de obter uma correção em leitura e escrita, e aprofundar o estudo dos poetas.

Vale esclarecer, no entanto, o que se entende pelo termo correção. Fortes (2012, p. 208) classifica como complexa, dentro do domínio da gramática, a noção da *Latinitas* — um conceito vinculado à ideia de identidade linguística e cultural, que considerava, basicamente, a “correção” do discurso em latim em oposição às outras línguas consideradas bárbaras (adequando-se ao padrão linguístico referente ao conceito da *Latinitas*) e, em seu interior, a oposição entre o “latim literário”, atestado, por exemplo, nos textos estudados na escola, de Virgílio, Terêncio e outros autores canônicos, e variações linguísticas oriundas, sobretudo, do latim vulgar.

Assim, a ideia de correção implícita no conceito de *Latinitas*, que era o tema principal da terceira parte das gramáticas antigas, visava, principalmente, a descrever o *bom latim*

(FORTES, 2012, p. 71) e se preocupava com o uso literário e retórico do latim, tema tratado em relação aos chamados vícios e virtudes da língua (*uitia et uirtutes*), ou seja, ocorrências ora rejeitadas, ora bem recebidas e até enaltecidas da linguagem. No tema dos vícios, por exemplo, deviam ser corrigidas, entre outras, as ocorrências de barbarismo, como, por exemplo, os desvios de pronúncia.

Diomedes, por exemplo, no Livro I de sua *ars*, lista quatro ocorrências principais de barbarismo: adição, remoção, mudança e rearranjo, sendo todas essas categorias referentes às letras que constituem determinada palavra:

O barbarismo ocorre de quatro modos principais: adição, remoção, mudança e rearranjo. São quatro os tipos de adição: 1) através da extensão vocálica ou adição de tempo; 2) acréscimo de letras; 3) acréscimo de sílabas; 4) acréscimo de aspiração (letra “h”). [...] A adição de aspiração: o pronome *hoc* tem a aspiração representada tanto pela escrita (pelo “h”) quanto pelo som, como ao dizer *chonoram* com aspiração, embora, na verdade, devesse ser pronunciada mais levemente. Do mesmo modo como *emo*, em vez de *hemo*.⁵

(DIOMEDES, I, 451-452. Tradução nossa.)

Quanto ao ensino de gramática, pode-se assumir que a sua primeira parte dedicava-se ao estudo da língua, a começar pelo alfabeto e, posteriormente, à prosódia, à métrica, às partes da oração, à morfologia do nome e do verbo. A segunda parte, chamada de *enarratio auctorum*, consistia no comentário de textos poéticos. Embora seja o *grammaticus* encarregado das atividades mencionadas acima, havia também o *grammatista*, que correspondia ao mestre de primeiras letras, cuja diferença nos é esclarecida por Suetônio:

⁵*barbarismus fit modis principalibus quattuor, adiectione detractio mutatione transmutatione. adiectionis species sunt quattuor, [aut] per adiectionem temporis siue productionem, per adiectionem litterae, per adiectionem syllabae, per adiectionem adspirationis. [...] adiectione adspirationis; hoc et scripto et sono proditur, ut cum dicimus choronam cum adspiratione, cum debeat leuiter pronuntiari; item hemo pro emo.*

A denominação de ‘gramáticos’ desenvolveu-se a partir do costume grego; mas no início eram chamados de ‘literatos’. Também Cornélio Nepos, no livrinho em que distingue literato de erudito, afirma que, de fato, são chamados pelo povo literatos aqueles que são capazes de escrever ou dizer algo de forma diligente ou aprofundada; de resto, devendo ser chamados, assim, propriamente, de ‘intérpretes dos poetas’ aqueles que são chamados pelos gregos de gramáticos. [...] Porém, há aqueles que distiguem ‘literatos’ (*litterati*) dos ‘mestres de letras’ (*litteratores*), assim como aos gregos soem distinguir gramáticos (*grammatici*) de mestres de gramática (*grammatistae*); aquele, de fato, estimam ser absolutamente culto, e este medianamente.⁶

(SUETÔNIO, *De Gram.*, 4, 2-5.)

Em que pese o fato de a maior parte dos textos gramaticais latinos supérstites datarem do período conhecido como Antiguidade Tardia (sobretudo entre os séculos III e V d.C.), entre os quais, por exemplo, se encontram as *artes grammaticae* de Diomedes, de Donato, de Carísio, entre outras, a disciplina tem uma história que remonta muitos séculos antes disso. Em sua gênese, Baratin (1994, p. 146) divide a disciplina de gramática em duas fases: a primeira, iniciada por volta do séc. III a.C., encarregava-se das atividades filológicas; a segunda, por volta dos séc. II e I a.C., começou a se interessar por uma descrição da língua.

De acordo com Holtz (1981), o termo γραμματική, derivado de γράμμα (em latim, *littera* – letra) tem sua ocorrência ainda muito antes desse período, e foi empregado pela primeira vez por Platão, em vários diálogos, entre os quais, citamos, por exemplo, a sua ocorrência no *Sofista*:

Estrangeiro — E qualquer pessoa estará em condições de saber que as letras permitem combinações, ou haverá uma arte apropriada, a que terá de recorrer quem quiser proceder com acerto?

Teeteto — Sim, uma arte.

Estrangeiro — Qual, é?

Teeteto — A gramática.⁷

⁶ Tradução de Fortes (2012, p. 95). *Appellatio grammaticorum Graeca consuetudine inualuit; sed initio litterati uocabantur. Cornelius quoque Nepos libello quo distinguit litteratum ab erudito, litteratos quidem uulgo appellari ait eos qui aliquid diligenter et acute scienterque possint aut dicere aut scribere, ceterum proprie sic appellandos poetarum interpretes, qui a Graecis grammatici nominentur. (...) Sunt qui litteratum a litteratore distingunt, ut Graeci grammaticum a grammata, et illum quidem absolute, hunc mediocriter doctum existiment.*

No diálogo, o termo mencionado por Platão, à época, se referia à aprendizagem de leitura e escrita, especialmente ao exercício de combinação de letras que permite a constituição de sílabas, palavras e enunciado. Conforme vimos, alguns séculos depois disso, já no período romano, esse exercício escolar de decodificação alfabética estaria designado ao *magister ludi* (ou *grammatista*, como abordamos anteriormente). Logo, o termo γραμματική, que outrora fazia referência ao processo de alfabetização, se modificou devido à nova concepção de γράμμα, a qual passou a ser empregada em seu coletivo τὰ γράμματα, designando o estudo do conjunto de textos escritos.

Já para Law (1993), o termo está associado, ainda, à doutrina estoica, a qual, segundo Baratin (1994, p. 148) se divide em três domínios: a lógica, a física e a ética. A lógica, por sua vez, se divide em duas partes: a dialética e a retórica. A partir da dialética, os filósofos da escola de Pérgamo desenvolvem nos séculos III e II a.C. a estoica τέχνη περι φωνῆς, modelo para a maioria das gramáticas latinas da Antiguidade tardia (LAW, 1993, p. 12).

Mais adiante, por volta do séc. I a.C., iniciou-se o ensino da escola alexandrina (LAW, 1993, p. 12). Dionísio Trácio compôs a τέχνη γραμματική, baseada na doutrina estoica e nos estudos filológicos de Alexandria. A τέχνη γραμματική, de Dionísio Trácio, considerada o mais antigo texto gramatical supérstite (por volta do século I a.C.), permite percebermos, em sua primeira definição do conceito de “gramática”, aquela preocupação sobre a qual falamos antes da gramática antiga: a preocupação com a leitura dos textos. Conforme assinala Law (2003, p. 54), essa gramática atesta o privilégio então conferido à essa ocupação:

⁷ *Sofista*, 252e4 – 253a12; Tradução de Carlos Alberto Nunes

Ξένος
 πᾶς οὖν οἶδεν ὅποια ὁποίοις δυνατὰ κοινωνεῖν, ἢ τέχνης δεῖ τῶ μέλλοντι δρᾶν ἰκανῶς αὐτό;
 Θεαίτητος
 τέχνης.
 Ξένος
 ποίας;
 Θεαίτητος
 τῆς γραμματικῆς.

GRAMÁTICA é a perícia no que o mais das vezes se diz nos poetas e também nos prosadores. As partes dela, por sua vez, são seis:

- a primeira, a versada leitura com relação à acentuação;
- a segunda, a explicação com relação aos tropos poéticos presentes [no que se diz];
- a terceira, a exposição corrente de palavras estranhas e também de histórias;
- a quarta, a descoberta da etimologia;
- a quinta, a demonstração da analogia;
- a sexta, o julgamento dos poemas, a qual de fato é a mais bela das que há na arte [gramatical].⁸

Nesse fragmento, conforme Law (2003, p. 55) explica, Dionísio Trácio consegue ilustrar bem as preocupações filológicas dos alexandrinos. A fundação da Escola de Alexandria surgiu da necessidade de classificar manuscritos, estabelecer textos e de comentá-los, para que se tornassem acessíveis ao público e pudessem justificar críticas. Os trabalhos eram realizados por filólogos alexandrinos.

1.2.2. O gênero das *artes grammaticae*: aspectos da sua estrutura

Como esclarecemos na seção anterior, a função da gramática antiga estava atrelada à disciplina gramatical. Esse gênero discursivo, por sua vez, seguia, de modo geral, um padrão no que se refere à estrutura de seus conteúdos. Abordaremos, aqui, sucintamente, alguns dos aspectos principais que compõem o modelo estrutural das *artes grammaticae*.

⁸ Dionísio Trácio, Tradução de Marcos Martinho (2007, p. 154).

γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων.
μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ·

πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβῆς κατὰ προσωιδίαν,

δεύτερον ἐξήγησις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους,

τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις,

τέταρτον ἐτυμολογίας εὔρεσις,

πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμός,

ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὲ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

Segundo Baratin (1994, p. 145-146), a disciplina de gramática como sistema tinha como objeto as propriedades comuns e invariáveis da língua, bem como seus aspectos sistemáticos. O autor aborda o texto gramatical enquanto gênero e nos dá uma ampla ideia sobre sua estrutura geral:

A gramática tem por finalidade a sistematização dos problemas de correção. Para poder tratá-los de modo eficaz, a gramática deve, em primeiro lugar, proceder a uma análise que retira os elementos que constituem a língua, e suas variações formais. De onde, como plano: a primeira parte sobre os elementos (letras, sílabas, classes de palavras), e uma segunda parte sobre a correção, ou seja, sobre os critérios que o permitem estabelecer e, conseqüentemente, sobre as brechas das quais a gramática faz objeto: as falhas.⁹

(BARATIN, 1994, p. 147-148)

O autor divide a gramática em duas partes principais: a análise dos elementos da língua e a análise dos problemas de correção e variação. Dentro dessa estrutura descritiva, em especial na primeira parte, Baratin atribui a progressão *letras, sílabas, classes de palavras*, à prática do ensinamento de leitura e escrita (1994, p. 148), atividades indissociáveis do contexto escolar em que se inseria o gênero das *artes grammaticae*.

Semelhante à estrutura bipartida da gramática mencionada acima, Marc Baratin (1986) divide-a, em outro estudo, em três partes, delineando o gênero gramatical da Antiguidade Latina e diferenciando a *ars* da τέχνη por conta da terceira parte, a qual, por sua vez, segundo o autor, “distingue a *ars* latina da τέχνη grega, pois seu arquétipo, texto atribuído a Dionísio Trácio, só apresenta duas partes (fonética e morfologia)” (BARATIN, 1986, p. 65)¹⁰.

⁹ *La grammaire a pour objet la systématisation des problèmes de correction. Pour pouvoir en traiter valablement, la grammaire doit d'abord procéder à une analyse qui dégage les éléments qui constituent la langue, et leurs variations formelles. D'où, comme plan: une première partie sur les éléments (lettres, syllabes, catégories de mots), et une deuxième sur la correction, c'est-à-dire sur les critères qui permettent de l'établir et, corollairement, sur les manquements dont elles peut faire l'objet, c'est-à-dire sur les fautes.*

¹⁰ *Cette troisième partie distingue l'ars latine de la τέχνη grecque, dont "l'archétype", le texte qu'on attribue à Denys le Thrace, n'a que deux parties (phonétique et morphologie).*

Na divisão tripartida, a primeira parte de uma *ars grammatica* se dedicaria à “fonética”, ou seja, as menores partes do discurso (*uox, littera, syllaba...*); a segunda, voltada para a “morfologia” ou, utilizando o conceito dos autores da época, para as *partes orationis*; a terceira parte, por fim, trataria dos *uitia et uirtutes orationis*, que, como já abordado, se refere aos erros e acertos no uso da língua, de acordo com aquele modelo de identidade linguística conhecido dos antigos romanos como a *Latinitas*.

Veremos abaixo, como exemplo, o modo como Donato e Diomedes, ambos gramáticos romanos do século IV d.C., dispuseram os conteúdos de seus tratados, em relação a esse modelo “tripartido” descrito por Baratin. Embora na *Ars Diomedis* a estrutura do conteúdo apresente a divisão tripartida de Baratin (1986), o autor opta por inverter as duas primeiras partes, por motivos a serem discutidos no capítulo seguinte.

Quadro 1.2. Estrutura temática da *Ars maior* e da *Ars Diomedis*

	<i>Ars maior, de Donato</i>	<i>Ars, de Diomedes</i>
Primeira parte	<i>de uoce</i>	<i>de uoce</i>
	<i>de littera</i>	<i>de littera</i>
	<i>de syllaba</i>	<i>de syllaba</i>
	<i>de pedibus</i>	<i>de accentibus</i>
	<i>de tonis</i>	<i>de distinctonibus</i>
	<i>de posituris</i>	<i>de posituris</i>
Segunda parte (<i>de partibus orationis</i>)	<i>de nomine</i>	<i>de nomine</i>
	<i>de pronomine</i>	<i>de pronomine</i>
	<i>de uerbo</i>	<i>de uerbo</i>
	<i>de aduerbio</i>	<i>de participio</i>
	<i>de participio</i>	<i>de aduerbio</i>
	<i>de coniunctione</i>	<i>de praepositione</i>
	<i>de praepositione</i>	<i>de coniunctione</i>

	<i>de interiectione</i>	<i>de interiectione</i>
Terceira parte (<i>uitiis et uirtutibus orationis</i>)	<i>de barbarismo</i>	<i>de metaplasmis</i>
	<i>de solecismo</i>	<i>de schematibus</i>
	<i>de ceteris uitiis</i>	<i>de uitiis orationis</i>
	<i>de metaplasmo</i>	<i>de barbarismo</i>
	<i>de schematibus</i>	<i>de solecismo</i>
	<i>de tropis</i>	<i>de tropis</i>

Ambas as *artes grammaticae*, de Donato e de Diomedes, estão organizadas em três partes, embora os temas nem sempre apareçam exatamente na mesma ordem, conforme estão dispostos acima.

Segundo Baratin (1986), o que, de fato, vale observar é a estrutura tripartida que muito revela sobre as obras dos autores supracitados, bem como a terceira parte:

Os romanos teriam conservado fielmente os tratados originais de uma τέχνη, a qual teria sido elaborada em Pérgamo sob influência estoica, enquanto que os gramáticos gregos, adaptando essa τέχνη às preocupações da escola de Alexandria, teriam mantido somente as duas primeiras partes. Assim, deve-se concluir que a *ars* latina apresentou desde a origem este plano em três partes, e que este que vimos aparecer nos gramáticos dos séculos IV e V nada mais é do que o plano de uma gramática escolar original, imitada da τέχνη de Pérgamo e elaborada, talvez dentro do círculo de Cipiões, antes do fim do século II a.C.. Essa *ars*, conservada imutável através dos séculos, é o que Karl Barwick (1922) chamou de *Schulgrammatik*. Sua ‘terceira parte’ levaria, portanto, especialmente a marca das origens estoicas da gramática.¹¹

(BARATIN, 1986, p. 65. Tradução nossa.)

¹¹ [...] les Latins auraient conservé fidèlement les traits originaux d'une τέχνη qui aurait été élaborée à Pergame sous influence stoïcienne, alors que les grammairiens grecs, adaptant cette τέχνη aux préoccupations de l'école d'Alexandrie, n'en auraient gardé que les deux premières parties. De ce fait, il faudrait conclure que l'ars latine a dès l'origine présenté ce plan en trois parties, et que ce que l'on voit apparaître chez les grammairiens des IV^e et V^e siècles, n'est rien d'autre que le plan d'une grammaire scolaire originelle, imitée de la τέχνη de Pergame et élaborée, peut-être dans le cercle des Scipions, avant la fin du II^e siècle avant notre ère, Cette ars, conservée immuable à travers les siècles, est ce que Karl Barwick (1922) appelait Schulgrammatik. Sa "troisième partie" porterait donc tout particulièrement la marque des origines stoïciennes de la grammaire.

Além desse esquema tripartido do conteúdo desenvolvido nas *artes grammicae* romanas, pode-se ainda acrescentar que, no período de gramáticos latinos tardios, havia, de acordo com Law (1986), também a distinção entre dois tipos de gramática: as chamadas *Schulgrammatiken* e as *regulae*. O primeiro tipo varia bastante em extensão, progredindo passo a passo por cada parte do discurso. A definição das partes e suas propriedades, bem como explicações através de paradigmas e exemplos são características de uma *Schulgrammatik*. Já as *regulae* demonstram trabalhos de analogia e contêm numerosos paradigmas (*regulae* ou *kanónes*), sendo, entretanto, sua abordagem menos sistemática.

Dentre os autores de *regulae* podemos destacar Eutico (séc. V d.C.), Próbio (séc. I d.C.), Phocas (séc. V d.C.) e Prisciano (séc. VI d.C.), os quais dispuseram e examinaram, em determinadas obras, apenas uma ou várias partes do discurso. Este é o caso, por exemplo, da *Institutio de nomine, pronomine et uerbo*, de Prisciano, em que o autor desenvolve uma “monografia” acerca apenas dessas três partes da oração: o nome, o pronome e o verbo. Gramáticas *regulae* dão a impressão de serem trabalhos de referência para consulta, em vez de livros escolares designados ao estudo sistemático.

Algumas compilações longas, como as de Carísio (séc. IV d.C.), Diomedes (séc. IV d.C.), Próbio (séc. I d.C.) e Prisciano (séc. VI d.C.) (no caso, as *Institutiones grammicae*, desenvolvidas em 18 livros) se enquadrariam nos dois tipos, ainda que predominem características do primeiro tipo.

Sobre a *Schulgrammatik*, gênero no qual a *Ars Diomedis* se enquadra, discutiremos no capítulo seguinte, dedicado à obra do gramático e seus contextos histórico e sociolinguístico.

2. A GRAMÁTICA DE DIOMEDES

A fundação de Constantinopla marca a vitória do Oriente sobre o Ocidente e de uma certa forma de helenismo, muito orientalizado, sobre a latinidade. Foi também o ponto de partida de uma civilização nova, que merece o nome de civilização *bizantina*, porque nenhuma outra cidade exerceu, na história, uma ação própria tão forte e durável como Constantinopla. O império seria ameaçado, atacado, invadido por todos os lados; Constantinopla resistirá onze séculos. E é ao abrigo de suas muralhas, em seus palácios, mosteiros e oficinas, que se fará a fusão dos elementos greco-latinos, orientais e cristãos que formam a civilização bizantina.

(LEMERLE, 1991, p. 18)

2.1. Contexto histórico

A continuidade deste trabalho não seria possível sem antes contextualizar a obra de Diomedes em seu período histórico correspondente, considerando-se seus aspectos políticos, sociais e culturais. No entanto, frente a diversos acontecimentos importantes que levaram à divisão do Império Romano e ao crescimento e fortalecimento daquilo que modernamente chamamos de Império Romano do Oriente, cabe-nos aqui apenas um breve resumo da história, para, então, desenhar o quadro sociolinguístico da época, o qual nos parece mais relevante.

De acordo com Robins (1993, p. 2) e Lemerle (1991, p. 5), ao fim do séc. III d.C., Diocleciano havia dividido a administração do Império Romano em duas partes, cada qual com seu imperador. A parte ocidental tinha como capital a cidade de Roma; no oriente, a capital seria transferida para a cidade de Bizâncio por Constantino, cidade que passou a ser chamada de Constantinopla, sendo “fundada” em 330 d.C — também conhecida por Nova Roma. O Império sob comando de Constantino se diferenciava do ocidente pela população majoritária falante de grego (ROBINS, 1993, p.2), como também pela tolerância ao Cristianismo que, ainda no século IV e já sob o comando de Teodósio I, se tornaria a religião

oficial do Império. (LEMERLE, 1991, p. 29). Seu imperador, como consequência, passaria a liderar a Igreja. (ROBINS, 1993, p. 3).

A crescente presença do Cristianismo no Império durante o século IV, no entanto, não resultou, segundo Robins (1993), em um abandono dos estudos associados ao que hoje se entende por paganismo (não-cristão). De acordo com Cameron (1993, p. 153), os cristãos encontraram dificuldades para selecionar (ou evitar) determinados textos da literatura clássica, já que esta faz referência direta e frequente à mitologia e aos deuses pagãos:

Entretanto, cristãos precavidos, que passaram eles mesmos pela educação padrão, às vezes se encontravam em dificuldades. Primeiramente, boa parte da literatura clássica dizia respeito, direta ou indiretamente, à mitologia e a deuses pagãos. Alguns cristãos, portanto, argumentavam que tudo isso deveria ser evitado, enquanto outros, como Basílio, que escreveu um tratado, endereçado a seus netos, sobre literatura grega, argumentavam que apenas as partes úteis deveriam ser lidas, sendo o resto evitado.¹²

(CAMERON, 1993, p. 153. Tradução nossa.)

O próprio Diomedes utilizava constantemente em sua gramática personagens mitológicos:

Os nomes próprios são aqueles que expressam especialmente uma qualidade própria e circunscrita; do mesmo modo os que representam o único deus dos deuses, como Júpiter [...] ¹³

(DIOMEDES, I, 439. Tradução nossa;)

Como aponta Mango (1980, p. 156), a rejeição da educação que utilizava as obras de autores pagãos não era viável, tampouco seria fácil a criação de escolas cristãs baseadas somente nos textos bíblicos, como nas escolas rabínicas durante a diáspora dos judeus. Pois a

¹² *Thoughtful Christians however who had been through the standard education themselves sometimes found themselves in difficulties. First of all, much classical literatura was either directly or indirectly concerned with pagan gods and pagan mythology. Some Christians therefore argued that it should be avoided altogether, while others, like Basil, who wrote a treatise on Greek literatura addressed to his nephews, argued that only the useful parts should be read and the rest avoided.*

¹³ *propria sunt quae propriam et circumscripam qualitatem specialiter significant; item quae unica et sola sunt deorum, ut Iuppiter, [...]*

Bíblia fora redigida em um grego considerado, até mesmo pelos cristãos, como “pouco elegante”. Além disso, segundo o mesmo autor, não havia, além da Bíblia, textos cristãos que fossem adequados aos jovens engajados a praticarem sua gramática e retórica.

Embora, pela própria natureza de reflexão dos tratados gramaticais, como o de Diomedes, não tenha sido possível, no âmbito escolar, aprofundar essa relação possivelmente conflituosa entre uma mentalidade pagã e uma nova concepção baseada no Cristianismo, houve aqueles autores que, mais ou menos coetâneos, demonstraram conflito ético em seus estudos — como Jerônimo e Agostinho de Hipona.

Jerônimo (ca. 347-420 d.C.), muito conhecido pela sua tradução do Antigo Testamento da Bíblia (a *Vulgata*), expressa esse conflito em um trecho de uma de suas *Epistulae*, nesse caso, a *Carta a Eustáquia* (*Epistula ad Eustochium*, ca. 384 d.C.), sua filha. O referido trecho é a narração de um sonho que teve Jerônimo, durante o qual era questionado sobre sua crença na fé cristã:

De repente, fui pego no espírito e arrastado para o assento de julgamento do Juiz; e onde a luz era tão clara, e era tanta a claridade dos que estavam à volta, que fui lançado ao chão, não ousaria olhar para cima. Interrogado sobre minha condição, respondi ser cristão. E ele, que presidia, disse “mentes, és ciceroniano, não cristão: onde de fato está o teu tesouro, está também teu coração (Mat. 6. 21). Imediatamente me calei, e em meio às chicotadas (pois ele tinha mandado que eu fosse açoitado) era mais torturado pelo fogo da consciência, refletindo comigo mesmo sobre aquele versículo: ‘E a quem, quando embaixo da terra confessarás’ (*Salm. 6. 6*)? Por fim, comecei a gritar e, lamentando, a dizer: tenha piedade de mim, Senhor, tenha piedade de mim.¹⁴

(JERÔNIMO. *Epistola XXII ad Eustochium*. 30)

¹⁴ *Cum subito raptus in spiritu, ad tribunal iudicis pertrahor; ubi tantum luminis, et tantum erat ex circumstantium claritate fulgoris, ut proiectus in terram, sursum aspicere non auderem. Interrogatus de conditione, Christianum me esse respondi. Et ille qui praesidebat: Mentiris, ait, Ciceronianus es, non Christianus: ubi enim thesaurus tuus, ibi et cor tuum (Matth. 6. 21). Illico obmutui, et inter uerbera (nam caedi me iusserat) conscientiae magis igne torquebar, illum mecum uersiculum reputans: “In inferno autem quis confitebitur tibi” (Ps. 6. 6)? Clamare tamen coepi, et eiulans dicere: Miserere mei, Domine, miserere mei.*

Já Agostinho de Hipona (354 - 430 d.C.), conhecido, entre os cristãos, por Santo Agostinho, escreve sua obra autobiográfica *Confissões* (*Confessiones*), narrando sua vida antes de se tornar cristão e sua conversão. Nela, Agostinho expressa seu conflito entre o gosto pelas obras de autores clássicos latinos e sua postura cristã:

Porque odiava eu as letras gregas, que me ensinavam quando eu era criança? Não o sei, e nem agora o posso explicar. Em compensação, as letras latinas me apaixonavam, não as ensinadas pelos professores primários, mas a que é explicada pelos chamados gramáticos, porque aquelas primeiras, com as quais se aprende a ler, a escrever e a contar, não me foram menos pesadas e insuportáveis que as gregas. Mas donde podia proceder essa aversão, senão do pecado e da vaidade da vida, porque eu era carne e vento que caminha e não volta? Aquelas primeiras letras, pelas quais podia, como ainda faço, chegar e ler tudo o que há escrito e a escrever tudo o que quero, eram melhores e mais úteis que aquelas outras nas quais me obrigavam a decorar os erros de um tal Enéias, esquecido dos meus, e a chorar a morte de Dido, que se suicidou por amor, enquanto isso, eu, miserabilíssimo, suportava a minha própria morte com olhos enxutos, morrendo para ti, ó meu Deus, minha vida!¹⁵

(AGOSTINHO. *Confissões*. 1, 13, 20-21)

Havia, até mesmo, durante o século IV d.C., cristãos mais rigorosos que, nas palavras de Mango (1980, p. 156), consideravam um escândalo o estudo de autores pagãos. Em vez de um conflito, parece ter havido, por parte daqueles, grande rejeição ao conteúdo de ensino que estivesse à margem do Cristianismo. Podemos constatar tal visão nos seguintes trechos de Atanásio de Alexandria (ca. 296 - 373), ao escrever sobre a vida de Santo Antão:

¹⁵ Tradução de OLIVEIRA SANTOS & AMBRÓSIO DE PINA, 1980. *Quid autem erat causae, cur graecas litteras oderam, quibus puerulus imbuebar, ne nunc quidem mihi satis exploratum est. adamaveram enim latinas, non quas primi magistri, sed quas docent qui grammatici vocantur. nam illas primas, ubi legere et scribere et numerare discitur, non minus onerosas poenalesque habebam quam omnes graecas. unde tamen et hoc nisi de peccato et vanitate vitae, qua caro eram et spiritus ambulans et non revertens? nam utique meliores, quia certiores, erant primae illae litterae, quibus fiebat in me et factum est et habeo illud, ut et legam, si quid scriptum invenio, et scribam ipse, si quid volo, quam illae, quibus tenere cogebam Aeneae nescio cuius errores, oblitus errorum meorum, et plorare Didonem mortuam, quia se occidit ab amore, cum interea me ipsum in his a te morientem, deus, vita mea, siccis oculis ferrem miserimus. Quid enim miserius misero non miserante se ipsum et flente Didonis mortem, quae fiebat amando Aenean, non flente autem mortem suam, quae fiebat non amando te, deus, lumen cordis mei et panis oris intus animae meae et virtus maritans mentem meam et sinum cogitationis meae?*

Se for necessário, leia aos povos que, ainda dessa forma, reconheçam que Nosso Senhor Jesus Cristo não é somente Deus, mas também Filho de Deus, e que tanto os seus servos legítimos e aqueles que piamente creem Nele não somente acusam de não serem deuses os demônios – que os próprios gregos acreditam ser deuses e os Cristãos contestam – mas também [sobre eles] pisam, já que são impostores e corruptores dos homens. Em Jesus Cristo, Senhor Nosso, para o qual seja a honra pelos séculos dos séculos. Amém.¹⁶

(ATANÁSIO. *Vida de Santo Antão*. 94. Tradução nossa.)

O mesmo tom repulsivo se nota nas *Constituições Apostólicas* (*Constitutiones Apostolorum*), um conjunto de tratados cristãos, de autor desconhecido, datado, provavelmente, do século IV d.C., cujo primeiro livro se trata de uma reformulação da *Didascalia Apostolorum*. Nesta, por sua vez, se encontram normas canônicas que restringem o conteúdo daquilo que se lê, como vemos no trecho da edição de Franciscus Xaverius Funk (1905):

Evitai todos os livros pagãos. Pois que necessidade tendes de escritos e leis de fora e de falsos profetas que afastam os frívolos da fé? O que vos falta nas Leis de Deus para que vades procurar essas fábulas pagãs? Se quereis ler histórias, tendes os livros dos Reis; se preferis retórica ou poesia, tendes os Profetas, tendes Job, tendes os provérbios, onde ireis encontrar uma sagacidade que é maior do que a de toda a poesia e sofística, pois essas são as palavras do Senhor que só ele é sábio. Se tendes um desejo de canções, tendes os Salmos, se quereis antes antigas genealogias, tendes o Gênesis; se preferis livros sobre leis e normas, tendes a gloriosa Lei de Deus. Por isso evitai todos os livros estranhos e diabólicos.¹⁷

(DIDASCALIA ET CONSTITVTIONES APOSTOLORVM, I, 5-9)

¹⁶ Ἐὰν δὲ χρεια γένηται, καὶ τοῖς ἐθνικοῖς ἀνάγνωτε· ἵνα κἄν οὕτως ἐπιγνῶσιν, ὅτι ὁ Κύριος ἡμῶν Ἰησοῦς Χριστὸς οὐ μόνον ἐστὶ Θεὸς καὶ τοῦ Θεοῦ Υἱός· ἀλλ' ὅτι καὶ οἱ τούτῳ γνησίως λατρεύοντες, καὶ πιστεύοντες εἰς αὐτὸν εὐσεβῶς, τοὺς δαίμονας, οὓς αὐτοὶ οἱ Ἕλληνες νομίζουσιν εἶναι θεοὺς, τούτους οἱ Χριστιανοὶ ἐλέγχουσιν, οὐ μόνον μὴ εἶναι θεοὺς, ἀλλὰ καὶ πατοῦσι καὶ διώκουσιν, ὡς πλάνους καὶ φθορέας τῶν ἀνθρώπων τυγχάνοντας, ἐν Χριστῷ Ἰησοῦ τῷ Κυρίῳ ἡμῶν, ᾧ ἡ δόξα εἰς τοὺς αἰῶνας τῶν αἰώνων. Ἀμήν.

¹⁷ Tradução de MANGO, 1980, p. 156. *Gentiles autem libros penitus ne tetigeris. Quid enim tibi est cum alienis uerbis uel legibus aut pseudoprophetis, quae facile leuioribus hominibus errorem praestant? Nam quid tibi deest in uerbo Dei, ut ad illas gentiles fabulas pergas? Si uis historias [legere] discurrere, [et] habes Regnorum; si autem sophistica et poetica habes Prophetas, in quibus totius poetiae et sophistiae maiorem narrationem inuenies, quoniam Domini, qui solus est sapiens, [sapientia et] sonitus sunt. Si uero canticorum desideras, habes Psalmos; si autem initium generationis mundi, habes Genesis; aut si leges et praecepta, habes gloriosam Domini Legem. Ab omnibus igitur [his tam] alienis diabolicis scripturis fortiter te abstine.*

Entretanto, apesar das restrições que os cristãos poderiam ter em relação à tradição literária pagã e, por consequência, ao próprio ensino gramatical, estreitamente vinculado a essa tradição textual, algumas atividades cristãs, como a leitura da Bíblia, dependiam da formação educacional, o que assegurou à função de gramáticos, sofistas e retóricos uma posição relativamente confortável ao longo dos séculos.

Além disso, muitos religiosos, dentre os mais severos e moralistas, não viam o ensino com base nos textos clássicos como uma ameaça ao Cristianismo, pelo contrário: era necessário o aprendizado dos textos pagãos para exercitar a mente e adquirir eloquência, habilidades que contribuiriam para a formação jovem cristão. Este, inclusive, ainda no século IV d.C., continuava a estudar, de certo modo, com os mesmos tipos de profissionais: o *grammatistés*, o *grammatikós* e o *rhêtor*¹⁸ e prosseguiam nos estudos de Homero e da mitologia antiga (MANGO, 1980, p. 158-159).

Somente a partir do fim do século V d.C. e, mais adiante, durante o século VI d.C., período que compreende o Império sob o comando de Justiniano (482-565 d.C.), houve, de fato, uma rejeição considerável ao conteúdo ensinado pelos *grammatici*, de caráter pagão. O imperador impôs a uniformidade religiosa a todos, com consequências drásticas para o sistema educacional vigente. A decadência do ensino de gramática e retórica foi significativa, ficando restrito às grandes cidades (como Constantinopla e Alexandria) (MANGO, 1980, p. 161). A atitude do imperador se opunha, portanto, às atribuições iniciais do Império Romano do Oriente, quando, ao ser estabelecido, tinha como um de seus objetivos, exatamente, a preservação da cultura greco-latina.

Robins (1993, p. 3) enumera três responsabilidades do Império Romano do Oriente no período inicial: a continuidade do antigo Império – de suas instituições e cultura, a defesa e propagação do Cristianismo frente aos vizinhos pagãos, e a preservação da civilização grega

¹⁸ Os termos gregos, antes em alfabeto grego, são empregados por Mango (1980) transliterados para o alfabeto latino.

em sua arte e intelecto. A esta última direcionamos nosso interesse, já que tal atitude é responsável pela manutenção de textos gregos pelos copistas bizantinos (BROWNING, 1964, p. 3), o que justificou o grande florescimento dos gêneros que tivessem como meta a preservação e o comentário de textos antigos, entre os quais, especialmente, as obras dos gramáticos, pois, segundo Robins, “o ensino e estudo gramatical eram parte vital da cultura helênica” (1993, p. 9).

Para que possamos compreender melhor o período em que ocorreram tanto o conflito em relação aos textos pagãos em meio ao avanço do Cristianismo, como o reflexo linguístico da região na produção literária que nos interessa aqui, podemos observar, primeiro, a divisão do Império em quatro fases, proposta por Robins (1993):

O Império Bizantino, sob uma perspectiva literária, se divide em quatro períodos principais [...]: o primeiro (séc. IV - VII), marcado pelo encerramento das escrituras pagãs e o início de trabalhos patrísticos teológicos e eclesiásticos; o segundo (séc. VII - IX), quando poucas inovações literárias são notáveis devido a invasões árabes e eslavas; o terceiro (final do séc. IX), pela retomada da herança clássica e o ensino de grego clássico, embora já fosse ensinado e estudado cada vez mais como segunda língua; o quarto (a partir do séc. XIII), pertencendo ao último renascimento bizantino e dando continuidade ao estudo da literatura clássica de grande contribuição aos estudos do renascimento grego do ocidente.¹⁹

(ROBINS, 1993, p. 11-12)

A partir de 395 d.C., segundo Cameron (1993, p. 168), o Oriente e o Ocidente já cresciam separadamente, tendo consequências de ordem linguística, como veremos à frente. O conhecimento de grego no Ocidente já diminuía, enquanto no Oriente, como já mencionado

¹⁹ *Four main periods in the literature of Byzantium have been identified [...]: the first is said to comprise the fourth to the seventh centuries, embodying the close of post-classical and traditional pagan writing and the rise of Patristic theological and ecclesiastical works. The second period [...] between 650 and 850, when the Empire faced the external threats of Arabs in the south and of Slavic tribes in the north [...], and when few notable literary innovations are observed. The third period began when in the later ninth century more favourable circumstances encouraged the revival of the classical heritage. Classical Greek [...] was more intensively studied, learned, and used, although by this time it was becoming more and more a second language taught in school. [...] the fourth and final phase, which included a continued study of classical literature such as was later to make such a great contribution to western Renaissance Greek studies.*

anteriormente, era a língua majoritária. Entretanto, durante a primeira fase do “Império Bizantino”, fase na qual a gramática de Diomedes foi produzida, Robins ressalta que o uso do latim nas instituições governamentais e nos mais altos postos da Igreja, se mantinha, já que não somente o imperador, mas toda a classe de soldados e funcionários imperiais eram falantes de língua latina. Haveria, então, outras esferas, nas quais o latim também era empregado? Por que, afinal, foi necessário seu ensino aos que tinham o grego como língua materna e de que tipo era esse ensino? Como se relacionavam as duas línguas no Império Bizantino? Essas questões que definem, mais precisamente, um painel “sociolinguístico” serão o tema por nós abordado no próximo item.

2.2. Contexto sociolinguístico

Atrelado ao compromisso por parte dos Bizantinos de preservar a cultura helênica, como fora mencionado aqui, Robins (1993, p. 25) também lhes atribui a responsabilidade de darem continuidade aos estudos gramaticais. Herdeiros do pensamento grego e cientes de sua valiosa civilização, os gramáticos da *pars Orientis* do Império eram, *a priori* e em sua maioria, professores. Por que, afinal, estes confeccionaram gramáticas e com elas ensinavam latim a falantes de grego?

Há de se reconhecer a complexidade em entender questões que envolvem bilinguismo no século IV, período ao qual vamos nos ater majoritariamente em nossa análise. Biville (2004, p. 36) afirma que, para compreender o bilinguismo greco-latino, é imperativo saber sobre os contextos histórico e sociolinguístico nos quais se manifestam os fenômenos bilíngues, bem como identificar a(s) língua(s) do poder e da administração, de cultura e comunicação, bem como o nível de alfabetização da população e as relações entre as

comunidades linguísticas. Também é necessário considerar a situação étnica, linguística e cultural dos indivíduos envolvidos no processo de produção de textos.

Como aponta Oikonomidès (1999, p. 9), o Império Romano foi, de fato, como todo império, um estado multilíngue (tese também apresentada por ROCHETTE, 2010, p. 290), ainda que unilíngue de direito. Entretanto, na região da capital Constantinopla, era o grego a língua predominante, embora o latim fosse a língua oficial no mais alto nível do governo (ROBINS, 1993, p. 30). Nessa região, portanto, se concentra nosso estudo das relações entre ambas as línguas e seus reflexos nos textos da época.

Quando Mourgues (1995, p. 106) sugere que “o Império Romano conhece apenas duas línguas, o grego e o latim”,²⁰ não parece se tratar de um exagero: são línguas dotadas de modelos de identidade linguística, que constituíam os conceitos da *Latinitas* e do *ἑλληνισμός*, respectivamente. Desbordes (2007, p. 91-94) aborda a noção de *Latinitas* como decalque do termo grego supracitado, pensamento que teria sido importado em Roma, e que trazia três oposições sucessivas: a diferença entre o latim e as línguas bárbaras; a diferença entre o bom e o mau latim; a diferença entre o grego e o latim (DESBORDES, 2007, p. 91). A autora enaltece a distância dessas duas línguas das outrora ditas *bárbaras*, pois a gramática grega aplicada ao latim elevava o nível desta última ao do grego. Desbordes considera que o latim, ao assumir o barbarismo, deixa de ser bárbaro, embora o fenômeno “bárbaro” continue a se manifestar nas formas corrompidas do latim, as quais devem ser extirpadas (2007, p. 96).

Diomedes trata a questão dos conceitos de *Latinitas* e do barbarismo em sua *ars*, quando define o último como desvio do padrão correspondente à *Latinitas*:

²⁰ *L'Empire romain ne connaît cependant que deux langues, le grec et le latin [...]*

Latinitas é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Consta, além disso, conforme afirma Varrão, destas quatro propriedades: natureza, analogia, uso e autoridade. A natureza das palavras e dos nomes é imutável; ela nos transmitiu nada a mais ou a menos do que o recebido. De fato, se alguém disser *scrimbo* em vez de *scribo*, não por força da analogia, mas da própria natureza será convencido do que se trata. A analogia da linguagem produzida de acordo com a natureza é, segundo os especialistas, não outra coisa que a distinção entre uma língua bárbara e uma erudita, como a prata se separa do chumbo.²¹

(DIOMEDES, I, 439. Tradução nossa.)

Barbarismo é uma palavra escrita ou falada de forma viciosa contra a lei da fala romana; barbarismo é uma parte da oração enunciada ou escrita corrompida e, portanto, não-latina.²²

(DIOMEDES, I, 451. Tradução nossa.)

A definição de *barbarismo* trazida por Diomedes representa, juntamente com o fenômeno do *solecismo*, um desvio do latim “puro” correspondente ao modelo linguístico enquadrado na *Latinitas*. Entretanto, esta terminologia leva à ideia de que o barbarismo surge do emprego de palavras estrangeiras, excluindo-se, por exemplo, incorreções quanto à pronúncia do latim padrão. Mais adiante, assim define o gramático (DIOMEDES, I, 451-453):

Barbarismo é *barbaros lexis*, isto é palavra bárbara. Mas este vício apresenta diferenças: pode se realizar em uma palavra latina, ou, então, como uma palavra inteira estrangeira. O barbarismo se realiza de quatro modos principais: adição, supressão, modificação e troca. Há quatro tipos de adição: adição de tempo (ou alongamento), de letra, de sílaba e de aspiração. Alongamento ou adição de tempo se faz deste modo, como: *Italiam fato profugus*; de fato, embora o *i*, a primeira sílaba, deva ser breve, é longa, isto é, embora devesse ter apenas um tempo, possui dois. A adição de letra é

²¹ Tradução de FORTES, 2012, p. 123-124. *Latinitas est incorrupte loquendi obseruatio secundum Romanam linguam. constat autem, ut adserit Varro, his quattuor, natura analogia consuetudine auctoritate. Natura uerborum nominumque inmutabilis est nec quicquam aut minus aut plus tradidit nobis quam quod accepit. nam si quis dicat scrimbo pro eo quod est scribo, non analogiae uirtute sed naturae ipsius constitutione conuincitur. analogia sermonis a natura proditi ordinatio est secundum technicos neque aliter barbaram linguam ab erudita quam argentum a plumbo dissociat.*

²² Tradução de FORTES, 2012, p. 129. *Barbarismus est contra Romani sermonis legem aut scripta aut pronuntiata uitiose dictio, barbarismus est enuntiatione uel scripto una pars orationis corrupta ac per hoc non Latina.*

como se alguém pronunciar *reliquias* com a letra *l* geminada, como em *reliquias Danaum*. Adição de sílaba, quando dizemos *Mauors* em vez de *Mars* e *tetuli* em vez de *tuli*, como em *Mauortis in antro* e *nunquam huc tetulissent pedem*, o mesmo em *alituum* em vez de *alitum*. Adição de aspiração é produzida na fala e escrita, como quando dizemos *choronam* com aspiração, quando se deve pronunciar de forma mais leve; ou *hemo* em vez de *emo*. De modo análogo, são quatro as espécies de supressão: de tempo, letra, sílaba e aspiração. De tempo, como se alguém disser *feruere* de forma breve, quando a sílaba média deve ser alongada, como *feruere Leucaten*; de sílaba, como se disséssemos *pretor*, sem a letra *a*, como Lucílio: *pretor ne rusticus fiat*, embora se devesse pronunciar *ae, praetor* (mas, graças à estrutura, a sílaba longa fica breve); de sílaba, como se alguém disser *temnere* em vez de *contemnere*, tal qual Virgílio: *et non temnere diuos*; de aspiração, como se alguém disser *omo*, sem aspiração, embora se devesse pronunciar aspirado. Estes tipos são encontrados em três lugares: no início das palavras, no meio e no final: no início, se faz por aférese, isto é, supressão, do tipo *linque* em vez de *relinque*; no meio, por síncope, isto é, concisão, como *nantes* em vez de *natantes*; no final, por apócope, isto é, extração, como *uolup* em vez de *uoluptate*, assim como se empregarmos o acusativo sem pronunciar o *m* final, diremos, por ex., *domu* [em vez de *domum*]. Ocorre por parálage, isto é, mudança de letra, se pronunciarmos uma letra no lugar de outra, como *aruenire* em vez de *aduenire*; por transmutação, quando, na mesma palavra, mudamos duas letras de lugar, como se pronunciarmos *leriquiae*, com a letra *l*, quando deveria ser pronunciada com *r* na primeira sílaba, *reliquiae*; o mesmo vale para *lerigionem*, em vez de *religionem*, tendo mudado *l* e *r*; do mesmo modo, *tanspiter* em vez de *tantisper*. Também por eclipse, isto é, pela elisão de uma única letra, como *repstum* em vez de *repositum*.²³

²³ Tradução de FORTES, 2012, p. 131-132. *Barbarismus est barbaros lexis, id est barbara dictio. Sed hoc uitium inter se differt, quod barbarismus in Latina dictione fit, barbaros autem lexis tota peregrina dictio. Barbarismus fit modis principalibus quattuor, adiectione detractioe mutatione transmutatione. Adiectionis species sunt quattuor, [aut] per adiectionem temporis siue productionem, per adiectionem litterae, per adiectionem syllabae, per adiectionem adspirationis. Adiectione temporis siue productione fit hoc modo, ut «Italam fato profugus»; i enim prima syllaba cum corripit debeat, producta est, id est, cum habere debeat tempus unum, habet duo: adiectione litterae, ut siquis reliquias geminata l littera pronuntiet, ut «reliquias Danaum»: adiectione syllabae, cum dicimus Mauors pro Mars et tetuli pro tuli, ut «Mauortis in antro», et «nunquam huc tetulissent pedem», item «alituum» pro alitum: adiectione adspirationis; hoc et scripto et sono proditur, ut cum dicimus choronam cum adspiratione, cum debeat leuiter pronuntiar; item hemo pro emo. Detractionis species sunt aequae quattuor, detractioe temporis litterae syllabae adspirationis: temporis, ut siquis dicat feruere correpte, cum produci debeat media syllaba, ut «feruere Leucaten»; litterae, ut si detracta a littera pretor dicamus, ut Lucilius «pretor ne rusticus fiat», cum debeat ae pronuntiar, praetor [sed structurae gratia syllaba longa corripitur]; syllabae, ut siquis temnere dicat pro contemnere, ut Vergilius «et non temnere diuos»; adspirationis, ut siquis dicat omo sine adspiratione, cum debeat aspere pronuntiar. hae autem species inueniuntur locis tribus, in prima parte dictionis, in media, in nouissima: in parte prima fit per aphaeresin, id est detractioem, ut linque pro relinque; in media per syncopen, id est concisionem, ut nantes pro natantes; <in> nouissima per apocopen, id est abscisionem, ut uolup pro uoluptate, et ut si accusatiuo sine m littera domu dixeris. Per parallagen, id est mutatione litterae, si litteram aliam pro alia pronuntiemus, ut aruenire pro aduenire. Transmutatione, cum in eadem dictione conmutatis inter se litteris utamur, ut leriquias si per l litteram pronuntiemus, cum debeat per r prima syllaba dici, reliquiae; item lerigionem similiter pro religione mutatis r et*

Fortes (2012, p. 132) compreende que em Diomedes, na passagem acima,

não se abdica da formulação inicial do barbarismo como elemento estrangeiro à língua latina, o elemento bárbaro, corroborando, portanto, aquela concepção que, em sua origem, revelava os cuidados romanos com a sua identidade, cuidados, portanto, de caráter social e não, necessariamente, apenas linguístico.

A identidade das línguas, ainda que partilhem do mesmo modelo original, é diferente em em cada uma delas, já que o grego, de acordo com Biville (2004, p. 41), à época dos gramáticos, tinha maior presença na História e teve sua prática no Ocidente bem maior que o latim o teve no Oriente. O autor ressalta a importância da *koiné* helênica enquanto língua internacional e de cultura, ao passo que o latim se impôs mais em suas funções políticas, administrativas e militares. Adams (2004, p. 17) até mesmo pressupõe que “o sotaque grego no latim provavelmente tinha algum prestígio”.²⁴ Ainda nesse sentido, Rochette (2010, p. 289) assegura que a conquista do mundo grego não alterou o status das línguas: “o latim não substituiu o grego, tornou-se mais um instrumento de avanço social e econômico”.

O grego, segundo Robins (1993, p. 27), foi amplamente difundido como língua de cultura, educação e avanço social. Mal havia necessidade de aprender o latim, de acordo com Rochette (2007, p. 47), por parte dos gregos. Apenas a partir do século III d.C., na parte oriental do Império, o idioma do Lácio começou a ser estudado de forma expressiva, por motivos a serem tratados mais adiante.

O bilinguismo greco-latino que mencionamos aqui colocava-se, portanto, como o resultado do contato linguístico na *pars Orientis* do Império, e fazia parte de uma visão bipartida e estereotipada do mundo antigo, como menciona Biville (2004, p. 39), visão que

l litteris; eodem modo tanpister pro tantisper. Per ecthlipsin quoque, id est per unius litterae elisionem, ut repsitum pro repositum.

²⁴ *The Greek accent in Latin probably had some prestige.*

opunha os gregos aos romanos (Ἕλληνες / Ῥωμαῖοι - *Graeci / Romani*) e a línguas grega e à latina (Ἑλληνιστί / Ῥωμαιστί, “em grego, em latim” - *graece / latine loqui*, “falar em grego / em latim”), em seus respectivos idiomas, conceitos que delineavam as identidades grega e romana. O bilinguismo, portanto, ainda de acordo com o autor, fazia parte de uma dialética da dualidade, e também da unidade, pois estava presente em uma cultura que se expressava em duas línguas e que fora apropriada pelos latinos, cultura que buscava, por sua vez, se opor e se diferenciar dos bárbaros e rústicos incultos, que não dominavam latim ou grego (*Id., ibid.*).

Não havia, pois, entre essas duas línguas, como afirma Mourgues (1995, p. 110), uma situação de conflito. O autor alerta, inclusive, para um anacronismo ao tentar enquadrá-las ao fenômeno sociolinguístico de “línguas em conflito”. Rochette (1998, p. 178) considera o mundo greco-romano como indissociável e destaca a questão linguística:

O imperador Cláudio, o imperador erudito, o qual escrevia em grego, falará de *uterque sermo noster* (nossas duas línguas). Igualmente errônea é a visão de duas línguas lutando para obter superioridade, o *Sprachenkampf* sobre o qual falavam os alemães eruditos ao final do século XIX. Faz-se necessário substituir essa visão dinâmica por uma concepção estática de línguas, as quais coexistam pacificamente [...].

(ROCHETTE, 1998, p. 178. Tradução nossa.)²⁵

A visão do imperador Cláudio sobre o grego e o latim se assemelha ao conceito de *utraque lingua* (DESBORDES, 2007, p. 95), noção que pressupõe a igualdade de *status* das duas línguas — semelhantes, porém não idênticas (2007, p. 108) — frente às demais. Segundo a autora, a descrição do latim através de categorias criadas pelos gregos leva à constante referência ao grego, a qual é observada em Diomedes (DESBORDES, 2007, p. 111), como o trecho a seguir:

²⁵ *L'empereur Claude, l'empereur érudit, qui avait écrit en grec, parlera de uterque sermon noster, (“nos deux langues”). Tout aussi erronée est la vision des deux langues luttant pour obtenir la supériorité, le “Sprachenkampf” dont parlaient les érudits allemands de la fin du XIXème siècle. À cette vision dynamique, il faut substituer une conception statique des langues, qui coexistent pacifiquement [...].*

nam ut nulla uox sine uocali est, ita sine accentu nulla est; et est accentus, ut quidam recte putauerunt, uelut anima uocis. accentus est dictus ab accinendo, quod sit quasi quidam cuiusque syllabae cantus. apud Graecos quoque ideo προσφῶδια dicitur, quia προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς.

Com efeito, assim como não existe voz sem vogal, não existe também sem acento. É acento, conforme alguns corretamente consideraram, como que a “alma” da voz. O acento é falado junto ao canto, é algo quase como o canto das sílabas. Por isso, do mesmo modo, entre os gregos era dito προσφῶδια, pois προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς (“cantavam as sílabas”).

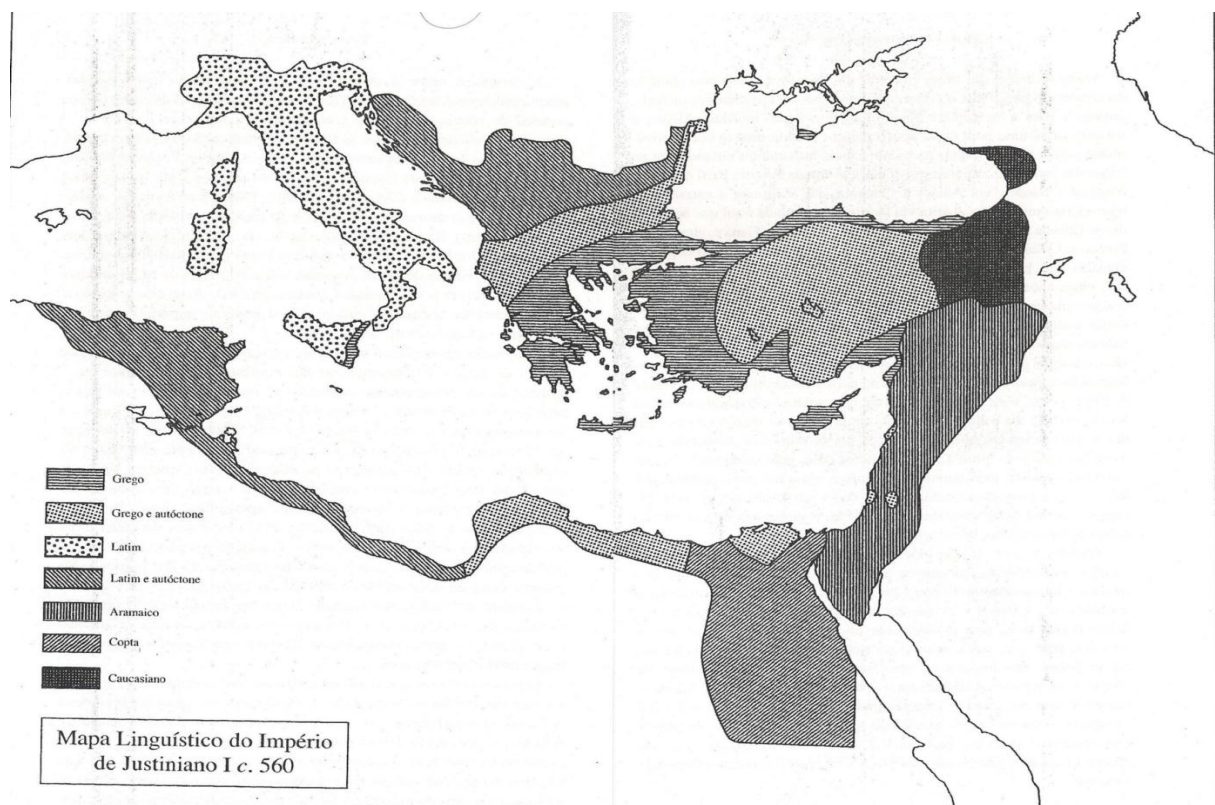
(DIOMEDES, I, 430-436. Tradução nossa.)

No trecho acima, notamos a referência ao grego para explicar sobre o acento latino. Diomedes menciona o termo grego equivalente προσφῶδια e, ao final de sua explicação, passa imediatamente para o grego dizendo “προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς”, sem apresentar qualquer tradução. A mudança de língua exemplificada pela inserção da frase em questão no contexto de explicações em latim exemplifica uma alternância que chamaremos de *code-switching*, fenômeno (contemporaneamente assim designado) que será tratado com mais atenção no capítulo seguinte. Em todo o caso, a mera transposição linguística, tal como aparece nesse contexto, já demonstra o ponto que explicamos aqui: pressupunha a existência de um leitor que transitasse nas duas línguas e que, provavelmente, não estranharia essa alternância. Mais que isso, pressupunha um leitor que até se beneficiaria de uma explicação que, de certo modo, recorre a elementos de “duas línguas”.

Além disso, a ocorrência do uso do grego na abordagem do acento em latim na gramática serve para ilustrar a noção de *utraque lingua*, já que há a pressuposição do conhecimento do grego por parte do leitor, bem como a referência à língua grega para efeito de categorização gramatical, em latim, como se os fenômenos a que o gramático faz referência – no caso, o acento das sílabas – fossem uniformes e homogêneos em uma e outra língua.

Rochette (2010, p. 288) atribui à expressão *utraque lingua* a coexistência, em uma base igualitária, do grego e do latim no Império — o primeiro, predominante na *pars Orientalis*; o segundo, na *pars Occidentalis* — e um unilinguismo bilateral resultante das *partes* latinofônica e helenofônica. Podemos observar essa coexistência no mapa linguístico a seguir (MANGO, 1980, p. 24-25), que mostra a coexistência e prevalência das línguas no vasto império, já no século VI, mas que revela, a nosso ver, uma situação não muito diversa da que ocorria no século IV:

Figura 2.1 – Mapa linguístico do Império Romano, sob comando de Justiniano I (c. 560 d.C.)



Como vemos, a região de Constantinopla (atual Istambul), por exemplo, localizada a leste da região onde hoje está a Grécia, era circundada pelas línguas grega e latina (e também as línguas autóctones, que são aquelas faladas pelos povos habitados nos limites apontados no

mapa, as quais os antigos associavam à noção de línguas bárbaras), embora estivesse em uma região de predomínio do grego.

Entretanto, como já mencionado aqui brevemente, o uso das línguas é consideravelmente ligado ao contexto discursivo, não sendo somente atrelado às condições geográficas:

O uso de cada uma das línguas é, portanto, intimamente ligado ao contexto discursivo. Em privado, o uso do grego sinaliza cultura e um elemento de reconhecimento de uma classe educada. Em público, particularmente no Senado, abstinha-se de falar grego, já que o latim era a língua do discurso civil formal.²⁶

(ROCHETTE, 2010, p. 287-288)

Entendemos por “contexto discursivo”, mencionado acima, um conjunto de fatores que constituem uma determinada situação em que o uso de uma língua ocorre. O ambiente social, quem fala ou com quem se fala alguma coisa, ou mesmo sobre o que se fala, a finalidade de um enunciado qualquer, o valor social e o *status* da língua que se fala; todos esses são exemplos de fatores que formam um contexto discursivo que determinam o uso de uma língua ou outra.

O autor destaca, ainda, o uso oficial do latim no Oriente na comunicação externa, enquanto o grego servia às comunicações internas, e define as esferas privadas e públicas como determinantes de uso linguístico, nas quais, respectivamente, o grego é permitido e menos prestigiado (2010, p. 287).

Ainda que os romanos não tenham tido uma rígida política linguística (DUBUISSON, 1982, *apud* ROCHETTE, 2010, p. 284), o caráter identitário se revela em seu modo de falar e usar o grego, de acordo com Rochette:

²⁶ *The use of either language is thus closely linked to the speech context. In private, the use of Greek signals culture and an element of recognition for an educated class. In public, in particular in the Senate, one abstains from speaking Greek, since Latin is the language of formal civic discourse.*

Bilinguismo está intimamente ligado à identidade. O único bilinguismo aceitável em Roma é aquele capaz de identificar o falante. Por isso, os romanos que falam ou escrevem grego nunca usam o grego dos gregos, já que prezam por ser diferentes.²⁷

(ROCHETTE, 2010, p. 285)

Visto que a coexistência dessas duas línguas é responsável pelo “mais importante e melhor documentado aspecto bilíngue da diversidade étnica, linguística e cultural do Império Romano” (BIVILLE, 2004, p. 37), cabe-nos classificar o bilinguismo em questão de acordo com seus propósitos e manifestações.

Segundo Rochette (1998, p. 179), entende-se bilinguismo como “uma via dupla necessária ou facultativa de comunicação eficaz entre dois ou mais ‘mundos’ diferentes utilizando dois sistemas linguísticos”. Ainda nas palavras do autor, no entanto, considera-se bilíngue aquele que conhece esses dois sistemas sem, entretanto, mensurar seu nível de conhecimento, pode-se estender o bilinguismo à grande parte da população, evitando restrições ao considerar por bilíngue aquele que possui por completo ambas as línguas e as emprega de forma ativa.

Embora correndo o risco de anacronismo ao classificar fenômenos linguísticos da Antiguidade por meio de teorias modernas, podemos dizer que o bilinguismo greco-romano se manifesta em todos os tipos e critérios mencionados por Rochette (1998, p. 179-180), a saber: o bilinguismo individual (quando um indivíduo aprende ou fala, pelo menos, uma segunda língua), o bilinguismo social (duas línguas compartilhadas por indivíduos em uma mesma área geográfica) e o bilinguismo estilístico (duas formas da mesma língua utilizadas em um grupo social em determinadas instâncias). Além disso, tais fenômenos podem ser classificados como primário — quando o indivíduo é obrigado a aprender uma segunda língua

²⁷ *Bilingualism is thus closely linked with identity. The only bilingualism acceptable in Rome is the one that makes it possible to identify the speaker. This is why Romans who speak or write Greek never use the Greek of the Greeks, since they are eager to be different.*

sem recorrer a uma instrução sistemática — e secundário — quando o indivíduo aprende uma segunda língua por meio de ensinamento, sem ser vitalmente necessário seu aprendizado.

O foco dado por Biville ao detalhar as ocorrências do bilinguismo se mostra mais proveitoso neste trabalho. As situações linguísticas que evidenciam tal fenômeno se dividem em duas formas: 1) expressão em uma ou na outra língua; 2) expressão nas duas línguas ao mesmo tempo (2004, p. 45). Esta última se manifesta através de 2.1) *duplicação* da informação pela tradução palavra-por-palavra, ou através da 2.2) *passagem de uma língua a outra (code-switching)*. (*Id., ibid.*, p.45).

Retomaremos essas noções no capítulo 3, quando vamos mostrar como instâncias do bilinguismo vigente em Constantinopla se reflete na elaboração do texto gramatical de Diomedes. Por ora, tratemos ainda um pouco mais do latim no Império Romano oriental e seu ensino pelos gramáticos, passando, a seguir, à estrutura da *ars* de Diomedes.

Assim como Biville, Rochette menciona a necessidade de se aprender latim no oriente, sobretudo a partir do século III d.C., como condição para se ter acesso aos cargos públicos da máquina de estado romana, já que tal língua era de suma importância em assuntos militares, administrativos e jurídicos (2007, p. 48). O mesmo pesquisador, em outro estudo (2010, p. 290), elege a carreira burocrática do Império e do exército como motivação para o aprendizado da língua romana pelos gregos, já que, para tal, era necessário o conhecimento jurídico, que se apresentava quase que exclusivamente em latim.

Robins (1993, p. 30) afirma que o latim tinha de ser aprendido e ensinado na parte oriental do Império, enquanto a língua se mantinha como oficial, o que, por conseguinte, levou à máxima difusão de glossários bilíngues no século IV (ROCHETTE, 2007, p. 48) e à produção de gramáticas, como a de Diomedes, Carísio, Dositeu, Eutico e Prisciano. Esses, segundo Schenkeveld (2007, p. 182-183), tinham como público-alvo os falantes de grego e ensinavam, portanto, latim como segunda língua, o que as caracteriza, quanto à finalidade,

como obras sensivelmente diferentes das *artes grammaticae* produzidas no Ocidente na mesma época, como a obra de Donato.

Havia, no entanto, o interesse por parte dos gramáticos de considerar o latim como um dialeto grego (DESBORDES, 2007, p. 95; ROCHETTE, 2010, p. 285) ou, como já abordado a partir da noção de *utraque lingua*, insinuar que ambas fossem, até mesmo, a mesma língua. Rochette (2010, p. 285-286) fala ainda do latim “como uma forma do grego” e da ênfase dada por Carísio e Prisciano na assimilação das duas línguas. Macróbio vai além e as equipara, ao mesmo tempo em que as separa das outras línguas:

A natureza deu às línguas grega e latina um parentesco muito próximo. Com efeito, com exceção do artigo, que somente a grega possui, uma e outra língua se caracterizam pelas mesmas partes da oração, assim como por quase todas as regras, figuras e construções, de forma que alguém que tiver aprendido qualquer uma das duas gramáticas, terá aprendido ambas. Porém, elas também se diferenciam em muitas coisas, e possuem certas propriedades, que se dizem, em grego, *idiomata*.²⁸

(MACRÓBIO, V, 599)

Embora grande parte da população não soubesse latim, ou não o utilizasse na maior parte das situações de uso linguístico em Constantinopla, Schenkeveld menciona a pressuposição dos gramáticos sobre um conhecimento prévio de latim por parte do leitor (2007, p. 183). Tal asserção se verifica logo no início da gramática de Diomedes com sua dedicatória a Atanásio, cuja compreensão seria inviável ao leitor que iniciasse seus estudos de latim:

Diomedes Athanasio salutem dicit. artem merae Latinitatis puraeque eloquentiae magistram sub incude litteraria dociliter procudendo formatam humanae sollertiae claritas expoliuit. hanc cum cognouissem excellentem

²⁸ Tradução de FORTES, 2012, p. 188. *Graecae Latinaeque linguae coniunctissimae cognitionem natura dedit. Nam et isdem orationis partibus absque articulo, quem Graecia sola sortita est, idem paene observationibus figuris constructionibusque uterque sermo distinguitur ut propemodum qui utramvis artem didicerit ambas nouerit: in multis tamen differunt, et quasdam proprietates habent, quae Graece idiomata uocantur.*

facundiam tuam plurimi facere, desiderio tuo libenter indulgens summo studio, quantum mediocris admodum ingenii mei qualitas capere patiebatur, trino digestam libello dilucideque expeditam censui esse mittendam, quia ipsos aurium meatus audita scientia complere absentia denegatum est.

Diomedes saúda a Atanásio. A clareza da habilidade humana lapidou uma arte mestra formada pelo forjar dócil da límpida Latinidade e da pura eloquência, sob a bigorna da leitura. Porquanto eu soubesse que tua excelente facúndia tivesse apreço por essa arte, e atendendo com prazer a teu desejo e com máxima vontade, o quanto a qualidade do meu engenho mediano consegue tomar, julguei que deveria enviar, divido em três, este livreto concluído de forma didática, já que é impossível preencher os próprios ouvidos sem uma ciência do que ouve.

(DIOMEDES, I, 299. Tradução nossa.)

No entanto, em que pese essa pressuposição de algum conhecimento prévio da língua latina por parte do leitor, o que se explica, em parte, pelas remissões ao grego, pelas comparações, pelo uso de palavras e emprego de terminologia bilíngue: características que se compreendem como reflexo de um bilinguismo na região e que destacaremos melhor no próximo capítulo. Além disso, Schenkeveld estabelece também, relações entre a gramática de Diomedes e os fenômenos que corroboram o público-alvo de sua obra com base em sua estrutura e seu conteúdo, questões as quais aprofundaremos no tópico seguinte.

2.3. Arquitetura da *Ars Diomedis*

Já situada em seu contexto histórico e linguístico, a gramática de Diomedes pode ser, agora, analisada em sua estrutura e conteúdo. Com data aproximada entre 370 e 380 d.C. (LAW, 2003, p.66), ou seja, ao fim do século IV d.C. (BARATIN, 1994, p. 143), a *ars grammatica* é um exemplo de um tipo de descrição linguística que, de acordo com Baratin (1994, p. 143), ocupou espaço dominante no período em questão. Conforme já apontamos no

primeiro capítulo, as *artes grammaticae* eram tratados gramaticais que seguiam o modelo de um gênero específico, cujo autor mais conhecido — e de fortuna mais relevante para o Ocidente — talvez seja Donato, devido à sua *Ars maior*.

Tais tratados se enquadram no gênero *Schulgrammatik*, mencionado no capítulo anterior. Law (2003, p. 65) ressalta a origem grega do gênero supracitado, o qual foi adaptado às necessidades do latim. A mesma autora classifica uma *Schulgrammatik* por meio de quatro critérios: estrutura hierárquica, estrutura sistemática dos capítulos, organização lógica refletida pela estrutura lógica da linguagem e, por fim, a tendência de priorizar categorias semânticas e menosprezar as formais (ou ignorá-las).

A estrutura hierárquica em Donato consiste na abordagem dividida em quatro níveis, partindo das partes menores às maiores: *littera*, sílabas, palavra e enunciado (LAW, 2003, p. 70). Em sua *Ars maior*, composta por três livros, Donato dedica, portanto, o primeiro livro ao som, às letras e sílabas, ao acento e pontuação; o segundo, às partes do discurso, nome, pronome, verbo, advérbio etc.

Embora Diomedes não siga a mesma sequência em seus livros (como veremos mais adiante), podemos considerar sua *Ars* pertencente ao gênero *Schulgrammatik* pela predominância de exemplos e definições, pela extensão e abrangência de sua abordagem, e pela estrutura hierárquica em cada um dos livros. Assim anuncia Diomedes em seu prefácio a divisão de sua *Ars*:

Igitur totius operis prima pars uniuersi sermonis membra continet; altera non solum obseruationes quae arti grammaticae accidere solent sed etiam structuram pedestris orationis uberrime planeque demonstrat; tertia pedum qualitatem, poematum genera metrorumque tractatus plenissime docet.

Portanto, de toda a obra, a primeira parte contém as partes da língua como um todo; a segunda contém não somente observações que incidem sobre as *artes grammaticae*, mas também demonstra mais abundantemente a estrutura da oração; a terceira parte ensina plenamente a qualidade dos pés métricos, os, os gêneros dos poemas e um tratado de métrica.

(DIOMEDES, I, 299. Tradução nossa.)

Composta por três livros, a gramática segue relativamente a estrutura padrão dividida em três partes mencionada por Schenkeveld (2007, p. 183), a saber: *Anfangsgründe* (definição de *grammatica, uox, littera, syllaba, uerbum, oratio* etc.); as *partes orationis*; as *uirtutes et uitia orationis*. Esta estrutura parece ser a mesma da *Ars maior* de Donato, como podemos ver em Law (2003, p. 67), e Diomedes a mantém, se analisamos cada livro separadamente. Assim se organizam os livros, e seus respectivos temas, da *ars Diomedis*:

Quadro 2.1. Estrutura temática nos três livros da *Ars Diomedis*

Livro I	Livro II	Livro III
<i>de oratione eiusque partibus</i>	<i>de litteris</i>	<i>de arte metrica (cum poemate, compositione, structura, musica)</i>
<i>de nomine</i>	<i>de syllabis</i>	
<i>de constructione uel syntaxi</i>	<i>de accentibus</i>	
<i>de idiomatibus, elocutionibus, differentiis et synonymis</i>	<i>de distinctionibus</i>	
<i>de nomine</i>	<i>de uitis et uirtutibus orationis</i>	
<i>de pronomine</i>	<i>de arte metrica (cum poemate, compositione, structura, musica)</i>	
<i>de uerbo</i>		
<i>de constructione uel syntaxi</i>		
<i>de uerbo</i>		
<i>de participio</i>		
<i>de aduerbio</i>		
<i>de praepositione</i>		
<i>de coniunctione</i>		
<i>de interiectione</i>		

Nota-se no quadro acima que, apesar do conteúdo do segundo livro (*de litteris, de syllabis* etc.) corresponder, na *Ars maior*, ao primeiro livro, os assuntos abordados em cada livro seguem o modelo da *Schulgrammatik* e se assemelham, conseqüentemente, à organização da referida obra de Donato (BARATIN, 1986; HOLTZ, 1981). O livro I acima, dedicado à oração e às partes da oração, contém também uma extensa abordagem de categorias e terminações de palavras. De acordo com Baratin (1994, p. 144), tal livro se assemelha ao volume primeiro da gramática de Carísio, da qual deriva boa parte a *ars* de Diomedes (LAW, 1993, p. 20). Já o livro II apresenta conteúdo semelhante ao dos livros I e III da *Ars maior*, de Donato. Por fim, o livro III se dedica à métrica.

Como mencionado anteriormente, as *artes grammaticae* costumam tratar inicialmente das partes menores, o que não acontece na *ars* de Diomedes, assunto que é tratado somente no segundo livro. O autor mesmo anuncia sua escolha:

artis grammaticae auctores exordium scribendi uarium diuersumque sumpserunt. quidam enim ab ipsa arte coeperunt, alii ab elementis uel a litteris, multi a casibus, plerique a partibus orationis, non nulli a uoce, pauci a nominum declinatione; nos uero ab ipsa oratione auspicemur. haec enim secreta pectoris arguens ad linguam sui gubernatricem migrat, mobili quodam uocis articulatae spiritu rotundoque gubernaculi moderamine temperata, et interiore uicino aere pectoris argutia uerberato palatoque sensim paulatimque pulsato uelut internuntius ac proditor humanae mentis ad indicia exprimenda cogitationis per os sermonemque rationabiliter agitatur. hoc enim suo magnoque natura beneficio, expressa ratione sermonis, nos ceteris separatos animalibus sola homines fatetur atque demonstrat. huic igitur demus totius opusculi non inmerito principatum, cuius talis habetur uaria definitio.

Os autores escolheram um início diferente e variado para escrever uma *ars grammatica*. Alguns, por exemplo, começaram pela própria *ars*; outros pelos elementos ou pelas *litterae*; muitos pelos casos, muitos mais pelas partes da oração; mas nenhum pela voz, poucos pela declinação dos nomes; nós, verdadeiramente, começamos a obra pela própria oração. Isto quer dizer que estas coisas escondidas que se manifestam migram do peito para a língua que é o seu órgão, de certa forma pelo ar solto da voz articulada e redondo de direção ao que serve de governar as coisas que são restritas, e no ar interior vicinal do peito aquilo que é declarado no palato verberado e

gradualmente, aos poucos, batido mensageiro e o que revela para as informações do pensamento da mente humana que devem ser exprimidas pela boca e o discurso movido por meio da razão. De fato, pela natureza e por seu grande benefício, pela razão exprimida da fala, isto demonstra e garante que nós, seres humanos, somos separados dos outros animais. Portanto, não demos injustamente um início de todo este pequeno trabalho, o qual tem definição diversa.

(DIOMEDES, I, 300. Tradução nossa.)

Schenkeveld (2007, p. 183) acredita que, ao optar pela abordagem da oração e das partes da oração como tema inicial da gramática, Diomedes teria levado em consideração seu leitor grego, já que, logo nas primeiras páginas, a discussão sobre o caso ablativo (ausente no grego) se manifesta. Outro aspecto que pode demonstrar a preocupação do autor com seu leitor é a grande ênfase na descrição morfológica (BARATIN, 1994, p. 144; DIONISOTTI, 1984, p. 204-205; LAW, 1993, p. 20), de vasto vocabulário (DIONISOTTI, *ibid.*) e terminologia grega abundante (HISTOIRE EPISTÉMOLOGIE LANGAGES, 1998, p. 44; SCHENKEVELD, 2007, p. 187). Talvez, também, pela mesma preocupação, Diomedes vai além da extensa exemplificação e, diferente da maioria dos gramáticos romanos, se mostra generoso com suas definições (LAW, 2003, p. 71).

A respeito da exemplificação, Diomedes recorre a autores latinos em suas citações por toda sua obra. Há alguns exemplos de Homero quando o autor exemplifica algo em grego, mas a predominância de excertos do latim é bem clara. Note-se, também, que a maioria dos autores (com exceção, apenas, de Homero, Terêncio e Plauto), estão compreendidos na mesma época, em torno do século I a.C., período ao qual se denomina a “Era de Ouro” da Literatura Latina.

Quadro 2.2. Número de citações por autor

Autor	Número de citações
Virgílio (I a.C.)	84
Horácio (I a.C.)	6
Homero (ca. IX - VIII a.C.)	6
Terêncio (II a.C.)	27
Varrão (I a.C.)	17
Salústio (I a.C.)	24
Cícero (I a.C.)	58
Plauto (III - II a.C.)	18
Catulo (I a.C.)	1

A partir desse quadro, em que expomos o número de ocorrências de citações dos autores latinos, podemos depreender a relevância dos autores na obra de Diomedes, servindo-lhe de exemplificação linguística em sua gramática. Dada a época de publicação das obras literárias dos autores presentes no quadro, devemos nos atentar para a variedade do latim nelas encontrada (o latim clássico), distante do latim do próprio Diomedes (século IV). Ora, se a gramática tem como uma de suas funções oferecer um aporte linguístico para se ler os clássicos, nada mais coerente que utilizar exemplos de obras clássicas, cujo latim se apresenta na forma prestigiada pelo modelo da *Latinitas*.

Cientes das atitudes do autor ao confeccionar sua gramática e dos contextos político e sociolinguístico nos quais se encontra a obra, pretendemos, no próximo capítulo, identificar os reflexos provenientes do bilinguismo do público-alvo de Diomedes, observando de dentro do próprio texto gramatical, como esses reflexos bilíngues ali estão configurados.

3. REFLEXOS DO BILINGUISMO EM CONSTANTINOPLA NA ARS DE DIOMEDES

Antes de apresentar nossa análise qualitativa da gramática de Diomedes, faz-se necessário entender um pouco mais as concepções que envolvem o bilinguismo vigente na região em que a obra foi publicada. Já podemos adiantar, no entanto, que não é simples a tarefa de empregar conceitos modernos (estes, inclusive, ainda muito discutidos nos dias hoje, no que se refere às suas definições por pesquisadores da área), para analisar um texto do século IV, cujo objetivo não era propriamente mapear as relações bilíngues da época, mas ser uma espécie de manual de ensino de latim para usuários que provavelmente transitavam nas duas línguas (como já vimos no capítulo 2). Os conceitos modernos, no entanto, que mobilizaremos para a análise, servem apenas para corroborar a hipótese de que uma gramática, como a de Diomedes, inserida em contexto marcado por formas de bilinguismo, pode, de certo modo, espelhar esse contexto sociolinguístico.

Retomando, primeiramente, o que dissemos no capítulo 2, mencionamos algumas caracterizações de bilinguismo propostos por Biville (2004) e Rochette (1998). O primeiro autor classificava o fenômeno em relação ao uso das línguas, ou seja, em relação às situações linguísticas em que o bilinguismo ocorre, que podem ser tanto “a expressão em uma ou na outra língua” como “a expressão nas duas línguas ao mesmo tempo” (2004, p. 45).

Já que nosso foco é analisar o bilinguismo em um *corpus* gramatical, ambas as expressões nos parecem apropriadas, visto que, seguindo a primeira característica, Diomedes opta pela língua latina como metalinguagem de sua obra e, eventualmente, utiliza citações em língua grega, de certa forma destacadas do resto do texto. Igualmente, a segunda noção apontada por Biville também se manifesta na gramática, pois, em determinadas passagens, o autor alterna uma língua pela outra, muitas vezes dentro de uma mesma sentença e contexto sintático. Vale lembrar, como dissemos no capítulo anterior, que a segunda noção pode ser vista em dois tipos de manifestações: a “duplicação da informação pela tradução palavra-por-

palavra” e a “passagem de uma língua a outra” (*code-switching*). Veremos mais adiante ambas as manifestações no texto do gramático.

Rochette (1998, p. 179-180) aborda o bilinguismo de outra forma, classificando-o como individual, social e estilístico. O bilinguismo individual faria referência apenas ao indivíduo aprender ou falar, pelo menos, uma segunda língua. Por outro lado, o bilinguismo social tem implicações mais amplas e dizia respeito a duas línguas compartilhadas por indivíduos em uma mesma área geográfica, levando em consideração, também, a sociedade. Por último, há ainda o bilinguismo estilístico, que são duas formas da língua utilizadas por um grupo social em determinadas situações. Esse terceiro tipo se aplicaria, por exemplo, ao *status* de língua “oficial” do latim nos âmbitos administrativo, jurídico e militar do Império Romano do Oriente e de língua “local” ou “familiar” às variantes do grego efetivamente utilizadas na vida comum.

As visões de ambos os autores anteriores acerca do bilinguismo colaboram com nosso trabalho, cuja avaliação se atém em demonstrar como instâncias do bilinguismo vigente em Constantinopla no século IV d. C. se refletem na elaboração do texto gramatical de Diomedes. Às definições de Biville e Rochette explicitadas, podemos acrescentar uma visão mais ampla sobre o que se entende por bilinguismo.

Sendo assim, neste capítulo trataremos, em uma primeira seção, de conceitos teóricos relativos ao bilinguismo, que utilizaremos como referência para análise do nosso *corpus*. Em seguida, passaremos à análise em si do conteúdo gramatical na *Ars Diomedis*, tendo como foco as passagens que corroboram a influência dos contextos bilíngues em que se insere a obra do gramático.

3.1. Bilinguismo: conceitos teóricos

Apesar da complexidade, apontada por Savedra (2009, p. 127), dos conceitos que envolvem o tema do bilinguismo, que derivam de diferentes propostas teóricas e metodológicas, a autora o define de um modo que nos parece adequada ao nosso trabalho, como

a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de *duas* línguas.

(SAVEDRA, 2009, p. 127-128)

O contexto de produção da obra de Diomedes, na região de Constantinopla, portanto, se enquadra nessa definição, já que a língua grega era falada pela população em geral, e o latim em instâncias mais formais, como, por exemplo, na administração do Império.

Na sociedade romana em questão, podemos supor fatores semelhantes aos mencionados por Savedra (2009, p. 128), aos quais se atribuiriam as possíveis situações bilíngues: o *status* relativo aos falantes e às línguas, e o domínio linguístico e social. Por *status*, entendemos a posição social de cada falante e sua função ao utilizar os idiomas grego ou latino. O primeiro, por exemplo, era a língua de comunicação dos habitantes da região, enquanto o segundo se restringia mais às situações formais da língua, nos âmbitos que já mencionamos.

O latim, portanto, não era amplamente falado, mas restrito a determinadas situações e a determinados indivíduos. Já em relação ao domínio linguístico e social, o grego se sobressaía enquanto língua de uso da população em geral, embora tenham-no aprendido alguns falantes nativos do latim, através do sistema educacional romano, questões que já abordamos no capítulo 2.

No que se refere mais especificamente ao indivíduo, como o provável leitor da gramática de Diomedes, a sua condição particular bilíngue pode ser evidenciada no conteúdo e na organização do texto gramatical analisado por nós e se encaixa, de certa forma, nas características abordadas por autores contemporâneos.

O que torna um indivíduo bilíngue, de acordo com Savedra (2009, p. 128), são fatores como o contexto de aquisição de uma segunda língua, a variação de uso das línguas e sua manutenção. O leitor da gramática de Diomedes, nesse caso, é bilíngue por conta de fatores que envolvem grupo social, escolaridade e ocupações profissionais. Devemos, aqui, portanto, levar em consideração o uso do grego e do latim de acordo com os diferentes enquadres comunicativos existentes à época, o que, embora pareça ser uma questão social, também emerge do indivíduo em si.

Quando analisamos a situação particular do indivíduo, tangenciamos um conceito diferente: a bilinguagem. Como esclarece Salgado (2009, p. 142), “se o bilinguismo diz respeito à situação de contato entre duas línguas, bilinguagem é a expressão desse bilinguismo nas atividades do homem”. Podemos aplicar tal conceito ao classificar o leitor (ou até mesmo o próprio Diomedes) como bilíngue, pois, segundo a mesma autora, um indivíduo poderia ser assim considerado, independente de seu grau de conhecimento, caso seja capaz de ler ou compreender enunciados, falados ou escritos, em mais de uma língua (SALGADO, 2009, p. 144).

Nesse sentido, analisaremos o *corpus* com base no bilinguismo regional, sob o ponto de vista sociolinguístico, e na bilinguagem do autor e de seu público-alvo, verificada na presença expressiva de língua grega numa gramática de língua latina. Não é nosso objetivo, no entanto, investigar se o leitor é necessariamente bilíngue (pois é possível que ainda não conheça o latim, ou o conheça pouco e, em todo caso, tendo acesso apenas a um texto, com

propósitos didáticos, como é o caso da obra de Diomedes, apenas especulativamente poderíamos pensar de seu leitor, visto que não temos acesso a ele).

O que nos interessam mais são as evidências do bilinguismo greco-latino, enquanto fenômeno linguístico existente, na constituição do texto gramatical sob análise, ou, colocado de outra forma, como que um contexto bilíngue engendra reflexos teóricos na elaboração de um texto que tem como propósito o ensino de uma das línguas efetivamente usadas nesse contexto.

Do ponto de vista quantitativo, elaboramos uma tipologia dos reflexos do bilinguismo na *Ars grammatica* de Diomedes, a fim de agrupar as passagens do *corpus* que compartilhem elementos de aspectos semelhantes sob um determinado ponto de vista. Em nossa classificação, como toda proposta classificatória, nossa escolha dos temas visa ao específico propósito de compreender os reflexos do bilinguismo no texto. Portanto, na elaboração da tipologia, nosso foco se atém àqueles aspectos que se mostram mais relevantes e pertinentes à análise, segundo nosso ponto de vista.

A tipologia dos fenômenos refletidos na gramática de Diomedes, estabelecida por nós, consiste de 12 categorias, dentre as quais algumas não necessariamente refletem bilinguismo *stricto sensu*. Entretanto, consideramos que, embora haja segmentos na gramática que não evidenciam um leitor potencialmente bilíngue (como é o caso, por exemplo, da terminologia grega utilizada por Diomedes), a presença deles na gramática aponta para o reconhecimento linguístico do grego enquanto metalinguagem empregada numa gramática de língua latina.

Haveria, portanto, certa aceitação desses termos em outra língua por parte do leitor, o que nos leva a crer que o conhecimento de grego era, de fato, característico dos leitores da obra, na sociedade em questão. Por efeito de comparação, uma gramática de língua portuguesa, publicada no Brasil, que contivesse classificações linguísticas através de termos

em língua latina ou grega, por exemplo, não faria muito sentido, já que seu leitor, em nossos dias, desconhece o idioma.

Ou seja: se uma gramática do português, em vez de utilizar o termo “conjunção”, empregasse o termo latino próprio (*coniunctio*) ou grego (σύνδεσμος), provavelmente careceria de valor didático para um leitor que não dominasse as línguas ou não estivesse suficientemente familiarizado com os termos nesses idiomas. Por outro lado, se houvesse um emprego sistemático de termos latinos ou gregos em uma gramática didática do português, poderíamos talvez supor que seu autor tivesse em mente a existência de um virtual leitor para quem não causasse muito estranhamento a coexistência dessas línguas. Esse, de fato, não seria uma amostra de “bilinguismo” em sentido forte – podendo ser uma mera convenção terminológica – mas seria, sem dúvida, uma evidência a mais, a apontar para uma sociedade que estivesse familiar com tais alternâncias linguísticas.

Sendo assim, podemos, então, estabelecer duas visões de bilinguismo e dividir nossa tipologia seguindo os conceitos de um bilinguismo *stricto sensu* e outro *lato sensu*. A noção de bilinguismo *stricto sensu* reúne elementos do texto que refletem, de forma mais evidente, a condição bilíngue do leitor, como quando o autor da gramática emprega enunciados tanto em grego quanto em latim em sua obra, ou compara ambas as línguas através de exemplos. Tais ocorrências evidenciam a capacidade do indivíduo de ler tais enunciados e de estabelecer a relação entre as línguas, caso contrário, seria um recurso didático dispensável – ou até mesmo indesejável.

Já outras ocorrências textuais, como o uso de termos gregos (sejam eles em alfabeto grego ou latinizados), por exemplo, compõem um grupo de elementos que revelam um bilinguismo *lato sensu*, pois tais evidências, isoladamente, não permitem-nos caracterizar de forma inequívoca o bilinguismo do leitor, mas colaboram para essa hipótese quando avaliadas no conjunto da obra, apontando para uma visão mais ampla sobre a coexistência das duas

línguas na sociedade, que ocorre devido à relevância e à influência exercida pelo grego na composição metalinguística de uma gramática de latim.

O quadro a seguir traz os 12 agrupamentos de ocorrências que compõem nossa tipologia estabelecida, a partir da qual construímos nossa análise. Consideramos que estes são os tipos que melhor classificam as passagens extraídas dos três livros da gramática de Diomedes. À direita do quadro, apresentamos o número de ocorrências de cada um dos fenômenos encontrados no *corpus*.

Quadro 3.1. Tipologia dos fenômenos que refletem o bilinguismo na *ars Diomedis*

	Tipologia	Ocorrências
<i>stricto sensu</i>	Exemplo em grego	24
	<i>Code-switching</i>	61
	Comparação entre o grego e o latim (uso / elementos linguísticos)	34
	Comparação entre terminologias grega e latina	6
	<i>Vtraque lingua</i>	2
<i>lato sensu</i>	Descrição significativa da língua grega	1
	Citação em grego	27
	Mesmo exemplo em ambas as línguas (tradução)	2
	Origem grega de palavra / Retomada do grego (para etimologia)	10
	Terminologia em grego (latinizada)	27
	Terminologia em grego (próprio alfabeto)	65
	Declinação de palavra grega	4

De maneira que possamos explicar mais detalhadamente, e de forma mais clara, cada uma das 12 categorias de análise do quadro, apresentamos a seguir, em tópicos, uma breve

definição dos tipos de ocorrências listados. Mais adiante, na seção seguinte, trazemos os exemplos encontrados na gramática referentes a cada um deles, com a nossa análise e contextualização.

1) Citação em grego — As citações em grego são utilizadas por Diomedes quando o autor estampa frases que pertencem a obras de autores gregos conhecidos, como Homero e Demóstenes. No texto gramatical, na edição de Henrich Keil (*Grammatici Latini*, 1981), as citações aparecem destacadas do corpo do texto pelos sinais <<>>.

2) *Code-switching* — Nesta categoria se enquadram as passagens em língua grega (no próprio alfabeto) que podem fazer parte do discurso metalinguístico do autor ou sentenças gregas como exemplo. Não são consideradas aqui, no entanto, as citações em grego de autores, que estão sintaticamente independentes do texto do autor.

3) Comparação entre o grego e o latim (uso / elementos linguísticos) — Diomedes compara as duas línguas, tanto por determinadas estruturas em sentenças (como o uso do caso, por exemplo) quanto pelos elementos linguísticos em si (tais como o advérbio e sua definição segundo cada língua).

4) Comparação entre terminologias grega e latina — Os termos latinos utilizados por Diomedes para classificar elementos linguísticos, por vezes, vêm acompanhados de termos gregos equivalentes. O autor estabelece uma relação entre as duas terminologias.

5) Declinação de palavra grega — Na gramática, palavras gregas mais comuns (ou que já estivessem incorporadas ao vocabulário latino) são eventualmente declinadas quando fogem à regra de declinação latina ou, como exemplificação,

quando apresentam declinação semelhante à do latim.

6) Descrição significativa da língua grega — Contendo apenas uma ocorrência, Diomedes descreve a língua grega e seus principais dialetos. A esta descrição dedica-se um parágrafo relativamente extenso, sendo, portanto, bastante relevante sob nosso ponto de vista.

7) Exemplo em grego — Assim como as citações (embora essas sejam sinalizadas e, por vezes, acompanhadas pelo seu respectivo autor), os exemplos de língua grega utilizados na gramática são contabilizados. Nesta categoria, tanto os exemplos por meio de sentenças quanto por palavras isoladas são levados em conta.

8) Mesmo exemplo em ambas as línguas (tradução) — Diferentemente das ocorrências do item anterior, este tipo representa o emprego de exemplos no texto gramatical iguais em grego e em latim. Pode-se considerar, inclusive, aquelas que representam uma tradução do mesmo exemplo.

9) Origem grega de palavra / Retomada etimológica do grego — Pertencem a esta categoria as ocorrências de retomada da língua grega em que o autor busca a origem de uma determinada palavra ou quando o mesmo fornece alguma informação etimológica relevante.

10) Terminologia em grego (latinizada) — Por haver termos gregos em duas formas (latinizadas e no próprio alfabeto grego), dividimos os trechos em que ocorre uso de terminologia grega, já que faz parte de nosso estudo interpretar de forma contrastiva o uso de uma e outra forma.

11) Terminologia em grego (próprio alfabeto) — As passagens que contêm termos gregos no próprio alfabeto estão incluídas nas ocorrências referentes a este grupo.

12) *Vtraque lingua* — Essa última categoria agrupa os trechos que contêm ideias ou discursos alusivos à noção de *utraque lingua*, abordada nos capítulos anteriores. Resumidamente, são passagens cuja intenção do autor é de considerar ambas as línguas de forma muito semelhantes por meio de comparações mais “forçadas”, equiparando-as.

Para entender melhor como foram contabilizadas as ocorrências de cada item do quadro anterior, primeiro precisamos esclarecer o que chamamos de “ocorrências”. Ao agrupá-las em cada um dos 12 tipos acima explicitados, contabilizamos, também, quantas são as passagens no *corpus*, representadas pelo respectivo número em cada linha do quadro.

Entretanto, em algumas categorias, o que contabilizamos não fica tão evidente, como nas categorias de terminologia grega. O número de ocorrências, nesse caso, se refere ao número de passagens em que há termos gregos utilizados pelo autor em um mesmo tópico. O exemplo a seguir, da gramática de Diomedes, ilustra precisamente como fizemos essa contabilização de ocorrências:

*de poematibus poematos genera sunt tria. aut enim actiuum est uel imitatuuum, quod Graeci **dramaticon** uel **mimeticon**, aut enarratiuum uel enuntiatiuum, quod Graeci **exegeticon** uel **apangelticon** dicunt, aut commune uel mixtum, quod Graeci **κοινόν** uel **μικτόν** appellant.*

Sobre os poemas - São três os gêneros poéticos. O poema é, por exemplo, ativo ou imitativo, os quais os gregos chamam de **dramaticon** (“dramático”) ou **mimeticon** (“mimético”) ou é narrativo ou enunciativo, chamados de **exegeticon** (“exegético”) ou **apangelticon** (“apangéltico”) pelos gregos, ou é comum ou misto, que os gregos chamam de **κοινόν** (“comum”) ou **μικτόν** (“misto”).

(DIOMEDES, III, 482. Tradução nossa.)

Diomedes expõe três gêneros poéticos, cada um deles definidos por dois termos. O autor também menciona os termos gregos correspondentes aos latinos. No total, temos seis

termos em grego (em destaque no trecho), sendo quatro deles citados no alfabeto latino e dois deles citados no alfabeto grego. Sendo assim, temos 2 ocorrências: uma ocorrência relativa à categoria 10 (uso de terminologia grega latinizada) e uma ocorrência relativa à categoria 11 (uso de terminologia grega não-latinizada). Contamos apenas uma ocorrência para cada uma delas, porque estão associadas ao mesmo tópico gramatical examinado pelo autor. Portanto, as 65 ocorrências de termos gregos no próprio alfabeto e as 27 de termos gregos latinizados não representam o número absoluto de termos (o que seria um montante muito maior), mas, sim, de passagens do texto unidas em um mesmo contexto, cujo uso de terminologia foi escolhido pelo autor.

Por outro lado, no caso das citações e das categorias, cuja composição corresponde a uma passagem maior (como a comparação entre os idiomas, que não se dá através de uma só palavra ou sentença), apontamos ao número de vezes que tal ocorrência se apresenta no texto. O mesmo vale, também, para as ocorrências do que chamamos de *code-switching*, *utraque lingua* e os exemplos em grego: são considerados uma ocorrência quando se trata do mesmo tópico, mesmo que, no caso dos exemplos, várias palavras sejam empregadas pra exemplificar apenas um assunto.

Com o propósito de tornar a análise do *corpus* mais organizada e objetiva, as 12 categorias listadas anteriormente podem ser agrupadas em macrocategorias. O quadro a seguir ilustra justamente como a análise da gramática de Diomedes se desenvolve. Organizamos os elementos (do quadro anterior) dentro de outras quatro categorias, a saber: 1) a língua grega e sua relevância: citações e aspectos-modelo na gramática de Diomedes; 2) uso de terminologia gramatical greco-latina; 3) a comparação entre o grego e o latim; 4) o latim semelhante ao grego. Para que se possa acompanhar a passagem das categorias anteriores em macrocategorias, trazemos novamente os 12 tipos no quadro, agrupados de acordo com sua categoria correspondente:

Quadro 3.2. Composição da análise a partir dos fenômenos observados

4.1. A língua grega e sua relevância: citações e aspectos-modelo na gramática de Diomedes	Declinação de palavra grega (fugindo à regra latina ou por equiparação)
	Origem grega de palavra / Retomada do grego (para etimologia)
	Exemplo em grego
	Mesmo exemplo em ambas as línguas (tradução)
	Citação em grego
	Descrição significativa da língua grega
4.2. Uso de terminologia gramatical greco-latina	Terminologia em grego (latinizada)
	Terminologia em grego (próprio alfabeto)
	Comparação entre terminologia grega / latina
4.3. A comparação entre o grego e o latim	Comparação entre o grego e o latim (uso / elementos linguísticos)
4.4. O latim semelhante ao grego	<i>Vtraque lingua</i>
	<i>Code-switching</i>

As macrocategorias acima compõem as quatro subseções da segunda parte deste capítulo e serão mais detalhadas adiante, juntamente com a apresentação de exemplos que ilustram a nossa análise do *corpus*. Por enquanto, cabe-nos esclarecer, brevemente, o que representa cada uma. A primeira delas, por exemplo, diz respeito ao caráter da língua grega enquanto modelo para as *artes grammaticae* latinas. A segunda, embora também empreenda uma retomada da língua grega, reúne o uso de terminologias gregas que aparecem na gramática de Diomedes, com o intuito de classificar determinados fenômenos linguísticos da língua latina. Esses termos estão presentes tanto em alfabeto grego quanto transliterados para o alfabeto latino e, por vezes, são comparados pelo autor, como veremos mais adiante.

Já a comparação entre as línguas, de forma mais evidente, representa a terceira categoria de elementos linguísticos de nossa análise. Muitos dos temas são apresentados e explicados por analogias de uso e da presença (ou ausência) de determinados fenômenos no grego e no latim. Veremos mais à frente que, em alguns casos, parece haver uma preocupação didática por parte de Diomedes segundo a qual, através da comparação, a compreensão de sua gramática latina viria de forma mais fácil. Da mesma forma, as passagens em língua grega, geralmente sem tradução e, por vezes, no meio do discurso em latim, sugerem a mesma preocupação em relação ao público-alvo da obra. A essas passagens chamaremos de *code-switching* e, juntamente com os trechos classificados que exemplificam a ideia de *utraque lingua*, compõem a quarta categoria, que será abordada por último.

3.2. O bilinguismo greco-latino e seus reflexos na gramática de Diomedes

3.2.1. A língua grega e sua relevância: citações e aspectos-modelo na gramática de Diomedes

Por todos os três livros da gramática de Diomedes, o grego é, junto ao latim, a língua das citações que ilustram alguns conteúdos da gramática. Como já discutimos anteriormente, as línguas grega e latina eram vistas em oposição às línguas bárbaras, e essa percepção linguística revelava-se na gramática, até mesmo quando não tratava especificamente dessa questão, como podemos ver na passagem em que Diomedes aborda o conceito de *littera*:

z consonans semiuocalis duplex Graeca, quae propter Graeca uel barbara nomina admittitur, ut Zenon Zacynthus Mezentius gaza. pro hac ueteres duabus s utebantur, ut Messentius et pitisso tablisso et cetera.

A consoante grega “z” é dupla e semivocálica, a qual é adotada por causa de palavras gregas ou bárbaras, como em *Zenon*, *Zacynthus*, *Mezentius*, *gaza* (“tesouro”). No lugar dela, os mais velhos usavam duas letras “s”, como em *Messentius*, *pitisso*, *tablisso* etc.

(DIOMEDES, II, 426. Tradução nossa.)

No trecho acima, Diomedes atribui à letra “z” a função de transcrever palavras de origem grega ou bárbara, o que comprova a oposição e o *status* do grego frente a outras línguas, visto que o grego não é considerado uma língua “bárbara”, apesar de ser uma língua “outra” em relação à latina. Notamos, também, a necessidade de retomar o grego para explicar o porquê do uso da letra grega “z” em palavras provavelmente utilizadas pelo falante de latim.

O prestígio da língua e cultura gregas, enquanto referência e precursora da tradição gramatical latina, pode ser observado nas citações em grego, em geral sem tradução para a língua latina. Logo no primeiro tema abordado por Diomedes, no primeiro livro, quando trata sobre a oração (*De oratione*, I, 300), há um exemplo de Homero como argumento de autoridade. Primeiro, Diomedes elabora uma definição que retoma uma explicação etimológica grega, a fim de explicar a terminologia latina. Em seguida, cita Homero (*Iliada*, 22, 128), comprovando a etimologia apresentada:

oratio autem uidetur dicta quasi oris ratio, uel a Graeca origine, ἀπὸ τοῦ ὀαρίζειν, hoc est sermocinari. unde Homerus «ὀαρίζετον ἀλλήλοισιν».

A palavra “oração”, no entanto, parece ser dita ou como que *oris ratio* (“regra da boca”) ou tem origem grega ἀπὸ τοῦ ὀαρίζειν (“de ‘conversar’”), isto é, conversar. Daí, Homero: “ὀαρίζετον ἀλλήλοισιν” (“conversam uns com os outros”).

(DIOMEDES, I, 300. Tradução nossa.)

Na passagem acima, Diomedes apresenta uma explicação etimológica do termo *oratio* (“oração”). Para tal, estabelece que a palavra parece ser a junção de duas outras palavras

latinas (*oris + ratio*), as quais ajudariam a compreender o sentido do termo justaposto (a oração, portanto, seria como “palavras que saem da boca (*oris*), em determinada ordem, segundo determinada regra (*ratio*)”).

Depois disso, ele oferece uma segunda definição, etimológica, dizendo que a palavra vem de ὀαρίζειν, que é “conversar”, oferecendo em seguida uma tradução latina (*sermocinari*). Esse trecho é também rico porque evidencia uma alternância de código, conforme veremos mais à frente, que exemplifica *code-switching*: ao explicar que a palavra “vem de ὀαρίζειν”, o gramático diz a expressão inteiramente em grego: ἀπὸ τοῦ ([vindo] “de”) ὀαρίζειν (“conversar”). Após fazer menção a essa explicação, Diomedes ainda cita um pequeno trecho da *Ilíada*, como exemplo de uso da palavra, o que nos reforça a ideia de prestígio do idioma grego, mesmo em uma gramática de língua latina.

As citações em grego na obra do gramático, extraídas de textos canônicos, totalizam 27 ocorrências, pertencendo a autores como Homero (ca. VIII a.C.), Aristófanes (V a.C.), Teofrasto (IV a.C.), Arctino (ca. VII a.C.) e Demóstenes (IV a.C.). Os autores citados por Diomedes cobrem o período entre os séculos VIII e IV a.C., demonstrando que os modelos de língua visado pelo autor correspondem às variedades literárias dos períodos arcaico e clássico do grego, levando-se também em consideração seus respectivos dialetos, de cada região.

Uma citação literária é geralmente utilizada por Diomedes para exemplificar um determinado aspecto linguístico abordado em sua gramática e, por isso, a predominância de citações latinas é evidente. Comparativamente, as citações em latim aparecem em número cinco vezes maior do que as de grego, embora o número de citações gregas, para uma gramática que pretenda ensinar latim, seja bastante significativo.

Entretanto, como podemos ver no trecho a seguir, com a citação de Demóstenes (*Oração da Coroa*, XVIII, 1), alguns temas são corroborados mais enfaticamente pela língua

grega, já que o exemplo escolhido é de um autor grego, mesmo quando há ocorrência de um fenômeno em língua latina:

igitur spondius e duabus syllabis longis aptus est [clausulae uel] clausulis, qualibus maxime Demosthenes utitur, «πᾶσι καὶ πάσαις καὶ πᾶσιν ὑμῖν».

Portanto, o espondeu é obtido a partir de duas sílabas longas, como em *clausulae*, das quais especialmente Demóstenes faz uso: “πᾶσι καὶ πάσαις καὶ πᾶσιν ὑμῖν” (“para todos, para todas e para vós todos”).

(DIOMEDES, II, 469. Tradução nossa.)

Como podemos ver acima, Diomedes utiliza um exemplo de Demóstenes, um autor grego, por acreditar que este emprega o recurso linguístico em questão de forma mais particular (ideia expressa pelo advérbio *maxime*, em latim), conferindo-lhe autoridade para exemplificar o pé métrico denominado “espondeu”.

Em outros casos, por exemplo, quando Diomedes fala sobre as “sílabas comuns” (*De communi syllaba*, II, 428), as citações de Homero (*Odisseia*, I, 1; *Ilíada*, III, 163-164, respectivamente na citação) são identificadas pelo nome do autor, enquanto as citações de Virgílio (*Bucólicas*, II, 65; *Eneida*, III, 221, respectivamente) aparecem sem identificação:

communium syllabarum modi sunt septem [...] secundus est, cum locum brevis longa occupat syllaba per productam uocalem uel diphthongon finita parte orationis nec ulla interposita consonante, ut est «te Corydon, o Alexi», et «insulae Ionio in magno»; ut est Homericus ille, «οὐ τί μοι αἰτή ἐσσί· θεοί νύ μοι αἰτιοί εἰσιν» et «ἄνδρα μοι ἔννεπε, Μοῦσα».

São sete as medidas de sílabas comuns [...] a segunda (medida) é quando uma sílaba longa ocupa o lugar de uma breve por meio de uma vogal longa ou ditongo no final da parte da oração, e não por alguma consoante no meio, como em “te Corydon, o Alexi” (“[eu], Coridão, te [...], ó Alexis”) e em “insulae Ionio in magno” (“ilhas no grande [mar] Jônico”); também como este de Homero: “οὐ τί μοι αἰτή ἐσσί· θεοί νύ μοι αἰτιοί εἰσιν” (“Não és

culpada; guerra tão crua, os deuses ma enviaram”)²⁹ e “ἄνδρα μοι ἔννεπε, Μοῦσα” (“Conta-me, ó Musa, do homem”).

(DIOMEDES, II, 428-429. Tradução nossa.)

Parece, portanto, haver mais destaque na citação do poeta épico grego, demonstrando, mais uma vez, a consideração do gramático pelo autor e a permanente referência de Homero como modelo da cultura clássica, ainda em período tão tardio quanto o século IV.

Por último, em relação às citações em grego, também há emprego com a função de definir conceitos já estabelecidos por autores gregos. No livro terceiro, Diomedes cita a definição do gênero “tragédia” por Teofrasto:

tragoedia est heroicæ fortunæ in aduersis comprehensio. a Theophrasto ita definita est, «τραγωδία ἐστὶν ἡρωϊκῆς τύχης περίστασις». tragoedia, ut quidam, a τράγω et ᾠδῆ dicta est, quoniam olim actoribus tragicis τράγος, id est hircus.

A tragédia é a obtenção de êxitos heroicos contra os inimigos. Assim é definida por Teofrasto: “τραγωδία ἐστὶν ἡρωϊκῆς τύχης περίστασις” (“Tragédia é a fortuna heroica que está ao redor”). A tragédia, como afirmam alguns, é dita a partir de τράγω (“cabra”) e ᾠδῆ (“música”), porque àquele tempo os atores trágicos eram chamados de τράγος, isto é, cabra.

(DIOMEDES, III, 487. Tradução nossa.)

O gramático aborda o gênero trágico a partir da definição de Teofrasto, filósofo grego, e, mais adiante, ainda traz a etimologia da palavra de origem grega, explicando ao leitor os sentidos da palavra “tragédia”.

Quando Diomedes aborda questões envolvidas no conceito de *littera* no segundo livro, estruturas de origem grega (como, por exemplo, as letras “z” e “y”, os dígrafos “th”, “ph” e ditongos tipicamente gregos) recebem atenção do autor e são, geralmente, acompanhadas por

²⁹ Tradução de Manuel Odorico Mendes (2014, p. 44) [1874]

exemplos de palavras gregas. Assim como na citação sobre a letra “z”, no início desta seção, nos excertos seguintes também verificamos exemplificação em grego. No primeiro, quando Diomedes trata sobre a declinação dos nomes:

de formis casualibus simplicium nominum simplicium nominum formae casuales sunt sex, senaria quinary quaternaria ternaria bipertita simplex uel unita, quae sic ordinantur [...] ternaria est quae tribus casibus obliquis declinatur, ut fabula [...] ternaria item fit modis sex: [...] quintus, quotiens in o exeunt feminina quae sunt Graeca, ut Sappho; sextus in omnibus neutris quae in i litteram terminant genetiuum, ut scrinium.

Sobre as formas casuais do nome simples - São seis as formas casuais do nome simples: senária, quinária, quaternária, terciária, secundária e primária, as quais se dispõem assim [...] a forma terciária é aquela que declina em três casos oblíquos, como *fabula* (“fábula”) [...] da forma terciária também decorrem seis modos: [...] o quinto (modo), são nomes femininos que frequentemente terminam em “o”, os quais são gregos, como *Sappho*; o sexto (modo) são os todos os nomes neutros que terminam com a letra “i” no genitivo, como *scrinium* (“escrínio, pequena caixa”).

(DIOMEDES, I, 308. Tradução nossa.)

E no segundo, ao falar sobre a letra “h”:

h consonans muta proprie continens adspirationem subiunctiua r liquidae consonantis recepta uulgo in numerum mutarum omnibus uocalibus praeponitur, nulli subiungitur nisi consonantibus, ut in Thrasea Thracia et nominibus Graecis.

“H” é uma consoante propriamente muda, podendo ter a aspiração da consoante líquida “r”, vulgarmente pronunciada muda, ou colocada à frente de todas as vogais quando é muda, seguindo-se a nenhuma letra, a não ser a uma consoante, como em *Thrasea*, *Thracia* e em nomes gregos.

(DIOMEDES, II, 424. Tradução nossa.)

Acima, no primeiro trecho, temos a constatação de que palavras femininas com a terminação “o” são de origem grega. No segundo trecho, os exemplos gregos *Thrasea* /

Thracia ilustram o som aspirado da letra “h” em palavras que, supostamente, eram conhecidas entre os falantes de latim. O gramático faz observações sobre a pronúncia latina dessa palavra.

Em outro exemplo, há a distinção dos nomes gregos (latinizados ou não) e latinos, o que nos leva a considerar a consciência do autor para a condição helenofônica de seu leitor:

sunt nomina tota Graecae declinationis, ut Themisto Calypso Pan; sunt tota conuersa in Latinam regulam, ut Pollux Πολυδεύκης, Vlixes; sunt inter Graecam Latinamque formam, quae notha appellantur, ut Achilles Agamemnon.

São estes os nomes inteiramente de declinação grega: *Themisto, Calypso, Pan*; são estes inteiramente submetidos à regra latina: *Pollux Πολυδεύκης, Vlixes*; estão entre as formas grega e latina os nomes que chamamos de ilegítimos, como *Achilles* e *Agamemnon*.

(DIOMEDES, I, 328. Tradução nossa.)

A insistência de Diomedes de avaliar padrões de declinação de palavras gregas, como no exemplo acima, indicia o fato de que, na prática, o aprendiz de latim lidaria com situações em que seria necessário resolver problemas de transposição de uma língua para outra, o que revela que o usuário da gramática provavelmente transitasse em elevado nível de bilinguagem.

Além disso, os exemplos em grego na gramática de Diomedes ocorrem, de maneira geral, com a finalidade de ilustrar fenômenos linguísticos de caráter “morfológico” (nos dois casos anteriores) ou “morfossintático”, como para demonstrar a alteração de paradigma de declinação seguinte:

nam accusatiuus hos Daphnidas et has Bacchidas facit. sed haec Graeca sunt.

Com efeito, o acusativo se faz por *hos Daphnidas* e *has Bacchidas*. Mas estes são nomes gregos.

(DIOMEDES, I, 305. Tradução nossa.)

Em outros casos, de forma mais ampla, o autor traz exemplos de nomes gregos, cujo paradigma de declinação se diferencia daquele típico da língua latina, como nesta passagem extraída da seção “sobre os casos”, do primeiro livro:

Graeca quoque nomina Graecae declinationis regulam seruant et genetiui trifariam proferuntur, [quorum nominatiui sunt hi] es us os: in es, ut Thisbe Thisbes, Euterpe Euterpes, Phoenice Phoenices, ita tamen ut nominatiuus uocatiuus ablatiuus pares sint, accusatiuus n littera finiatur; in us, ut Calypso Calypsus, Manto Mantus; in os correpta, ut Pan Panos. ita omnes fiunt <declinationum> nominum formae numero decem.

Os nomes gregos também preservam a regra de declinação grega e produzem o genitivo em três tipos, [cujas formas no nominativo são] *es, us e os*: em *es*, como *Thisbe Thisbes, Euterpe Euterpes, Phoenice Phoenices*, e ainda caso sejam iguais o nominativo, o acusativo e o ablativo, o acusativo termina com a letra “n”; em *us*, como *Calypso Calypsus, Manto Mantus*; em *os* breve, como *Pan Panos*. Assim, todas as formas de declinações dos nomes totalizam em dez.

(DIOMEDES, I, 303. Tradução nossa.)

Como vemos, Diomedes esclarece que alguns nomes gregos fogem à regra latina e seguem o modelo grego de declinação. Ao final, o gramático contabiliza esses paradigmas de declinação juntamente aos da língua latina, o que nos leva a crer que o faz considerando o fato de ter um leitor que, provavelmente, reconheceria todas as formas. Além dessas ocorrências vistas acima, há outras passagens em que o autor relaciona nomes gregos isolados a aspectos gramaticais, de modo a incluí-los em sua descrição linguística.

A referência à origem grega também é verificada no trecho seguinte, quando Diomedes retoma o nome original de “Homero” para explicar a desinência com função adverbial derivada do caso ablativo. A terminação *κως*, de advérbios gregos, passaria a seguir um paradigma latino ao ser declinada:

in nominibus Latinis propriis quae o littera casu ablatiuo terminantur in aduerbiis mutata o littera in a accedente syllaba ne aduerbia faciunt, ut a Vergilio Vergiliane, <a> Tullio Tulliane. et quae apud Graecos aduerbia κως terminantur, ea apud nos iuxta Latinum sermonem in e littera finiuntur, ut Ὀμηρικῶς Homerice.

Em todos os nomes próprios latinos, os quais terminam em “o” no caso ablativo, os advérbios se formam pela alteração da letra “o” para “a”, seguida da sílaba “ne”, como *Vergilio Vergiliane, Tullio Tulliane*. E os nomes cujo advérbio, entre os gregos, terminam em κως, terminam, entre nós, com a letra “e”, conforme a língua latina, como Ὀμηρικῶς *Homerice*.

(DIOMEDES, II, 407. Tradução nossa.)

A declinação de palavras gregas, provavelmente aqui tomadas como exemplo análogo ou contrastivo, não apresenta, na grande maioria dos casos, uma tradução para o latim. A seguir, podemos ver que os exemplos gregos de declinação, em seu próprio alfabeto, se misturam indiscriminadamente aos latinos:

diminutiua sunt quae in diminutione absolutorum nominum fiunt sine ulla conparatione, ut paruus paruulus, adulescens adulescentulus. horum autem tres sunt gradus [...] ex secunda diminutione quaedam sunt in consuetudine, pauca ex tertia, ut ocellulus et catellulus. apud nos diminutionis hoc genus seruat quod est primae positionis, id est prima diminutio. omnis item appellatio primae positionis a littera terminata casu nominatiuo acceptis syllabis ri et us significat eum qui eam rem aut praestat aut uendit aut emit, ueluti amica amicarius ἐρωμενοπάροχος ἐρωμενοπόλης ἐρωμεναγοράστης, lactuca lactucarius, culcita culcitarium, charta chartarius, harena harenarius, herba herbarius. quod si rursus detracta a littera a prima positione pro ri et us syllabis adieceris o et sus, erit is locus qui eas res multas habet, amica amicosu ἐρωμένη πολυερώμενος, lactuca lactucosus θριῖδαξ πολύθριδαξ θριδακώδης, culcita culcitosus, charta chartosus, harena harenosus, herba herbosus.

Os diminutivos são aqueles compostos de nomes absolutos em diminuição, sem qualquer comparação, como *paruus paruulus* (“pequeno” / “pequenino”), *adulescens adulescentulus* (“jovem” / “jovenzinho”). Desses, no entanto, são três graus [...] da segunda diminuição, alguns estão em uso, e poucos da terceira, como *ocellulus* (“olhinho”) e *catellulus* (“cãozinho”). Entre nós, o gênero é preservado pela diminuição de primeira posição, isto é, pela primeira diminuição. Além disso, todos os nomes chamados de primeira

posição terminam com a letra “a” no caso nominativo, e recebem as sílabas “ri” e “us”, mostrando que algo é superior, ou se vende ou compra alguma coisa ou alguém, como em *amica amicarius* (“amiga” / “que vende escravas”), ἔρωμενοπάροχος ἔρωμενοπώλης ἔρωμεναγοράστης (“parceira amorosa”), *lactuca lactucarius* (“alface” / “vendedor de alface”), *culcita culcitarius* (“colchão” / “que faz colchões”), *charta chartarius* (“mapa” / “produtor de mapas”), *harena harenarius* (“areia” / “que vende areia”) *herba herbarius* (“erva” / “cultivador de erva”). Quanto ao caso inverso, quando a letra “a” é retirada da primeira posição pelas sílabas “ri” e “us”, adiciona-se “o” e “sus”, será o lugar que tem muitas coisas, como *amica amicosus* (“amiga” / “rico”), ἔρωμένη πολυερώμενος (“amante” / “com muitos amantes”), *lactuca lactucosus*, (“alface” / “cheio de alface”) θριδαξ πολύθριδαξ θριδακώδης (“alface” / “cheio de alface” / “parecido com alface”), *culcita culcitosus* (“colchão” / “cheio de colchões”), *charta chartosus* (“mapa” / “cheio de mapas”), *harena harenosus* (“areia” / “com muita areia”), *herba herbosus* (“erva” / “cheio de ervas”).

(DIOMEDES, I, 326. Tradução nossa.)

Na passagem acima, Diomedes explica o diminutivo e os diferentes sentidos que podem ser depreendidos a partir dele. Em alguns casos, quando usa a palavra *amica* (“amiga”), o autor faz uso de exemplificação grega, talvez por questões didáticas para tornar a palavra e seus derivados mais facilmente compreendidos. O mesmo ocorre com a palavra *lactuca* (“alface”), seguida pelo mesmo exemplo em grego, θριδαξ. Note que, na gramática, o uso do grego aparece deliberadamente, sem qualquer identificação ou anúncio.

Em outros trechos, a exemplificação através de nomes gregos, também sem tradução, aparece isoladamente, ou seja, sem exemplos de língua latina:

hoc pronomen quod est qualis, item quod sequitur talis, communia sunt masculino et feminino generi. qualis ποταπός, οἷος, ὀποῖος.

Este pronome, no caso, *qualis* (“que”, “qual”), e conseqüentemente, da mesma forma, o pronome *talis* (“tal”), são comuns aos gêneros masculino e feminino. Pronome “qual”: ποταπός, οἷος, ὀποῖος.

(DIOMEDES, I, 333. Tradução nossa.)

Exemplos gregos acompanhados de tradução para o latim são menos frequentes, embora também ocorram nos três livros da gramática. A maior parte dessas ocorrências se enquadra, aqui, como uso de terminologia ou comparações explícitas entre as duas línguas, por isso serão citadas mais adiante. Fora desses dois âmbitos, encontramos apenas alguns exemplos com tradução: primeiro, um exemplo do uso de preposição em latim com advérbios e, em seguida, o mesmo exemplo em grego:

aduerbiis addi praepositiones plurimi negant. sed tamen lectum inuenimus in primo, quod est ἐν πρώτοις, et quae dixerunt ueteres, a mane et ab hinc annos decem natus est, quod est ante decem annos natus est.

Muitas preposições se recusam ser adicionadas aos advérbios. Todavia, os mais velhos diziam *lectum inuenimus in primo* (“deitamos ao leito **em primeiro**”), que é [em grego] *ἐν πρώτοις* (“em primeiro”), *a mane* (“fora da mão”) e *ab hinc annos decem natus est* (“nasceu desde agora até dez anos”), que, na verdade, é *ante decem annos natus est* (“nasceu dez anos atrás”).

(DIOMEDES, II, 405-406. Tradução nossa.)

As palavras em destaque fazem parte da exemplificação de Diomedes ao tratar sobre o uso arcaico de certas preposições juntamente com advérbios. Observe que o exemplo em grego aparece, nesse caso, depois do exemplo em latim, da mesma forma que a passagem anterior (sobre o diminutivo). Novamente, a tradução grega de uma determinada construção em latim nos faz pensar que Diomedes pretende, aqui, demonstrar a estranheza que pode causar uma preposição junto a um advérbio, já que, em ambas as línguas, não há necessidade, segundo o autor, de preposição.

O termo em grego chama nossa atenção e levanta um questionamento relevante para nossa pesquisa: qual seria a finalidade de se traduzir o exemplo em latim para a língua grega? Duas hipóteses caberiam aqui: ou Diomedes opta pela tradução para fins didáticos (ou seja,

por consideração ao seu público-alvo) ou o termo consiste apenas em equiparar as línguas, sendo tal ocorrência comum às duas.

O segundo exemplo abaixo também apresenta versões em latim e em grego. Diomedes traz o exemplo em grego aparentemente por questões didáticas, já que o autor trata de uma ocorrência de difícil compreensão e que poderia ser melhor explicada através do grego:

non numquam et ipsa uerba impersonalia numero plurali funguntur, quotiens in rem sane intenduntur quasi possessiua significatione, ut cum dicimus: decet me penula, item decent nos penulae, et similia. quae tali significatione et primam admittunt personam, cum dicimus et ego te deceo et tu me deces, quasi πρέπω σοι πρέπεις μοι. per totam itaque declinationem impersonalia sunt ea quae trina forma terminantur.

Os próprios verbos impessoais nunca ocorrem em número plural, a não ser toda vez que se estende algo a um bom significado de possessão, como quando dizemos: *decet me penula* (“A pênula cai bem em mim”) e também *decent nos penulae* (“As pênulas caem bem em nós”), e assim por diante. Os verbos que admitem primeira pessoa, com tal significado, não somente quando dizemos *ego te deceo* (“eu te convenho”), mas também *tu me deces* (“tu me convéns”), é como se fosse πρέπω σοι (“sou adequado a ti”) πρέπεις μοι (“és adequado a mim”). Desse modo, por toda a declinação os verbos impessoais são aqueles que terminam de forma tripla.

(DIOMEDES, II, 397. Tradução nossa.)

Os exemplos acima chamam a atenção, pois Diomedes utiliza o grego para explicar exatamente a mudança de sentido ao se conjugar um verbo impessoal (*decet*, “convir”, “ser adequado”) na primeira ou na segunda pessoa. Nesse caso, o sentido passa a ser de possessão. Por isso, os exemplos em grego serviriam como recurso desambiguador, deixando clara a ideia expressa pelos verbos conjugados. Tal compreensão não seria possível, se o leitor da gramática de latim não soubesse o grego, o que comprova o caráter didático da oposição latim vs. grego na exposição do conteúdo gramatical em questão.

Embora o exemplo acima pareça se tratar de uma comparação entre as duas línguas, a comparação não acontece de modo explícito (como veremos com ocorrências semelhantes na

seção 3.2.3.). No caso acima, o exemplo em grego aparenta ter um caráter mais didático, sem exatamente dizer se tal ocorrência em grego é diferente (ou igual) em latim. Por essa razão, a sentença em grego está mais próxima da categoria de exemplificação.

A gramática de Diomedes apresenta, de fato, muitas palavras gregas, sejam representadas através de terminologia, sejam através de exemplos ou, ainda, dentro de citações. Todo esse vocabulário já revela, de forma implícita, uma descrição linguística do grego em meio ao conteúdo da gramática latina. No entanto, Diomedes faz, explicitamente, uma breve descrição da língua grega ao tratar da qualidade das locuções (*De qualitate locutionum*, II, 440), conteúdo que está compreendido entre a definição da *Latinitas* (*De Latinitate*) e os temas referentes aos vícios e virtudes da oração (*De uitiiis et uirtutibus orationis*), como o solecismo e o barbarismo. Em sua descrição, o autor menciona os cinco dialetos da língua grega, explicando como determinadas figuras presentes em latim estão em correlação com essas diferentes variedades:

de qualitate locutionum quinque sunt linguae Graecorum, Ias Doris Atthis Aeolis coene. iuxta has igitur quinque linguas et Latina uerba comprehensa colliguntur hoc modo. Ias relictis propriis utitur <similibus qua> si propriis nominibus ac uersatur in omnibus tropis. Doris in singulis partibus orationis nunc adiectioni nunc breuitati studens barbarismos facit [qui barbarismi metaplasmi appellantur], quos cum sibi uindicauerint docti, metaplasmos appellant, ut «Teucrum mirantur inertia corda» pro Teucrorum, et «aggere moerorum» et «aulai medio». Atthis, quae breuitati studet, admittit soloecismos, quos cum docti fecerint, non soloecismi sed schemata logu appellantur, ut est «nuda genu» et «urbem quam statuo uestra est». ibi enim nudum genu habens debuit dicere et urbs quam statuo uestra est. sed seruiens schemati quod appellatur Hellenismos tres partes orationis redegit in duas usus per Atticismon. Aeolis ultra modum copiosa est et amat per circuitum uerba protendere et periphraasi res explicare ac per hoc πεινλάδεη; cuius uitium schema dianoeas appellatur. coene communis est, in qua omnes idem sentimus.

Sobre a característica das palavras - São cinco as línguas dos gregos: jônica, dórica, ática, eólida e koiné. Ao lado dessas cinco línguas, as palavras latinas são também compreendidas. A língua jônica faz uso de nomes próprios abandonados semelhantes a que sejam nomes próprios em

todos os usos figurados das palavras. A língua dórica, em cada uma das partes da oração, ora por adição ora por concisão, comete frequentemente barbarismos (chamamos de metaplasmos ou barbarismos), os quais, quando os doutos os admitem, são chamados de metaplasmos, como “*Teucrum mirantur inertia corda*”, no lugar, diriam *Teucrorum*, e também “*aggere moerorum*” e “*aulai medio*”³⁰. A língua ática, a qual se preza pela concisão, admite solecismos, os quais, quando os doutos os realizam, não os chamam de solecismos, mas de *schemata logu* (“expressão figurada”), como é o caso de “*nuda genu*” (“joelho nu”) e “*urbem quam statuo uestra est*” (“a cidade, a qual ergo, é vossa”). Aqui, por exemplo, deveriam dizer “*nudum genu*” e “*urbs quam statuo uestra est*”³¹. Entretanto, seguindo a figura chamada de *Hellenismos* (“helenismo”), o uso reduz três partes da oração a duas, por conta do aticismo. A língua eólide é de longe mais rica e ama dar voltas com os verbos e explicar as coisas por perífrase e *πλεονάζει* (“por abundância”), cujo vício é chamado de *schema dianoeas* “aspecto mental”. A koiné é a língua universal, na qual todos se entendem igualmente.

(DIOMEDES, II, 440. Tradução nossa.)

Se analisarmos o que diz Diomedes sobre a língua grega, podemos notar, primeiramente, que o autor não usa o termo “dialeto” (do grego, *διάλεκτος*, significando inicialmente “debates”, “discussões”), mas considera as cinco variedades como “línguas dos gregos”. Evidentemente, não pretendemos classificá-las pela terminologia contemporânea, mas, de fato, nos parece interessante notar o fato de Diomedes classificar, em uma gramática de latim, as diferentes línguas atribuídas aos gregos. Ressaltamos, também, a forma como o faz, empregando exemplos em latim extraídos da *Eneida*, de Virgílio, e modificando-os, para demonstrar como falariam os gregos em seu respectivo dialeto.

Nesta seção, observamos que a língua grega é, sem dúvida, empregada na gramática como fonte de exemplos (seja de termos e expressões, traduzidas ou não, seja de citações de autores gregos) que serve como suporte didático para explicar fenômenos abordados na

³⁰ Os exemplos trazidos por Diomedes são da *Eneida*, de Virgílio (livros IX, X e III, respectivamente, no trecho citado), e servem para demonstrar que, quando determinados desvios da língua padrão são cometidos pelo autor, não são considerados barbarismos. No caso acima, Virgílio escreve *Teucrum* em vez de *Teucrorum*, *aggere moerorum* em vez de *agere moerorum*, e *aulai medio* em vez de *aulae medio*.

³¹ A mesma ideia se repete, quando o gramático pondera o que pode ser considerado solecismo. Em Virgílio, encontram-se os exemplos *nuda genu*, em vez de *nudum genu*, e *urbem quam statuo uestra est*, em vez de *urbs quam statuo uestra est* (*Eneida*, I).

gramática de Diomedes, cuja exemplificação em grego pareceria, ao seu autor, ser mais adequada. Além disso, vimos que há uma questão de autoridade nas citações, o que as colocaria à frente de meros exemplos elaborados pelo gramático: por essa razão, não raro, as citações são sentenças extraídas dos autores literários canônicos.

Vale lembrar o fato de que a maior parte das citações não é traduzida na gramática, o que nos permite inferir a bilinguagem do leitor. O mesmo acontece, por exemplo, com o uso de terminologia grega, já que o autor a utiliza em abundância e, em muitos casos, não oferece uma versão em latim. Essas ocorrências de termos gregos no *corpus* serão abordadas na seção seguinte.

3.2.2. Uso de terminologia gramatical greco-latina

Nesta seção, dedicamo-nos a analisar, especificamente, o uso da terminologia gramatical, tanto grega quanto latina, em três partes: a terminologia grega transliterada para o alfabeto latino, a terminologia grega em seu próprio alfabeto e a comparação entre terminologias.

Como já mencionamos, a terminologia em si não representa, necessariamente, o bilinguismo da região, nem mesmo a bilinguagem do indivíduo. De fato, empregamos, na língua portuguesa, em determinados gêneros técnicos, termos em latim, francês, inglês, alemão etc., pois, muitas vezes, não temos um termo que corresponde ao significado de certas palavras em outros idiomas, sem que isso espelhe, necessariamente, qualquer nível de bilinguismo/bilinguagem. Além disso, determinados conceitos estão fortemente associados a um termo, e tentativas em traduzi-lo ficariam, provavelmente, aquém do valor expresso pelo original.

Contudo, conforme também já dissemos, se empregarmos extensivamente termos de uma língua estrangeira qualquer, juntamente com outros usos dessa língua em um mesmo texto, poderíamos pressupor que há, sim, de fato, evidência para certo bilinguismo, por isso qualificamos o uso terminológico da gramática de Diomedes como expressão de um bilinguismo *lato sensu*.

Tomemos, por exemplo, o termo em português “sintaxe” (do grego, σύνταξις, “junção”). Esta palavra detém o significado de estudo dos constituintes de uma sentença e suas regras, e não temos, em português, um termo vernacular que compreenda essa noção. Tomamos, portanto, o termo grego emprestado. O mesmo acontece com a língua latina, cujo vocabulário contém empréstimos do grego, dentre os quais alguns pertencentes à terminologia gramatical.

Logo, somente esse empréstimo não pode ser considerado, necessariamente, como um fenômeno bilíngue, embora haja casos em que o termo grego seja empregado no próprio alfabeto e seja composto de mais de uma palavra. Nesses casos, porém, precisamos modificar nossa avaliação, como veremos mais adiante. Contudo, se além do termo “sintaxe”, oriundo do grego, utilizássemos muitos outros termos igualmente gregos e também déssemos exemplos de construções sintáticas em português e em grego, poderíamos pensar em um nível de bilinguagem/bilinguismo.

Não é nosso objetivo abordar exclusivamente o significado e o uso de terminologia na gramática de Diomedes, mas podemos apenas supor que muitos termos gregos sejam usados por representarem conceitos gramaticais precursores, dentre os quais muitos não tinham correspondentes em língua latina. A língua grega, enquanto modelo e referência para aspectos linguísticos, está presente inclusive quando o autor apresenta um determinado termo em latim e, mesmo assim, em conjunto, revela o termo em grego correspondente, como veremos adiante.

Recordando um pouco o que dissemos na introdução deste capítulo, contabilizamos os termos da seguinte forma: se, em um mesmo tópico, Diomedes utiliza mais de um termo para classificar determinado fenômeno linguístico, consideramos todos como apenas uma ocorrência. Ou seja, o número de ocorrências correspondente ao uso de terminologia se refere ao número de vezes que o autor utiliza termos gregos e latinos em um determinado tópico gramatical. Para ilustrar, vejamos o seguinte trecho do terceiro livro da *ars Diomedis*:

de specie poematos communis κοινοῦ uel communis poematos species prima est heroica, ut est Iliados et Aeneidos; secunda est lyrica, ut est Archilochi et Horatii. poematos characteres sunt quattuor, μακρός, βραχύς, μέσος, ἀνθηρός.

Sobre a espécie de poemas comuns - a primeira espécie de poemas comuns, ou κοινοῦ, é a heroica, como, por exemplo, a *Ilíada* e a *Eneida*; a segunda é a lírica, como os (poemas) de Arquíloco e de Horácio. Os caracteres poéticos são quatro: μακρός (“longo”), βραχύς (“curto”), μέσος (“médio”), ἀνθηρός (“jovem”).

(DIOMEDES, III, 483. Tradução nossa.)

Quando nos deparamos com este trecho, em que Diomedes elenca os quatro tipos de poemas, quatro termos gregos diferentes são contabilizados como apenas uma ocorrência de uso do tipo “terminológico”, já que todas servem para definir conceitos dentro do mesmo assunto.

O emprego de termos gregos latinizados é tão abundante na gramática de Diomedes, que não seria possível, aqui, transpor muitas das ocorrências que encontramos. Em várias passagens da obra, os termos aparecem em longas exposições de um determinado tema, cuja citação se torna inviável. Por isso, traremos apenas aquelas ocorrências em que o emprego de termos gregos seja mais relevante para nossa pesquisa.

Para maioria das ocorrências de termos gregos não há tradução em latim, o que pode sugerir a incorporação de palavras gregas no vocabulário latino à época. Poderíamos assim

supor a incorporaçãode vocabulário devido ao fato de não haver, por parte do autor, uma sinalização de que, em grego, se diz de uma forma e, em latim, se diz de outra, como nesse trecho em que o termo *homonyma* aparece sem correspondência em língua latina:

*apud Latinos enim quinque litterae uocales tam producuntur quam corripuntur. inueniuntur itaque quaedam nomina **homonyma** <et participiis> et uerbis similia, alia quoque aduerbiis.*

Entre os latinos, por exemplo, as cinco vogais podem ser tanto longas quanto breves. Dessa forma, são encontrados certos nomes **homônimos**, não só iguais a verbos, como também a participios, e outros também semelhantes a advérbios.

(DIOMEDES, II, 434. Tradução nossa.)

De fato, a palavra *homonyma* está registrada nos dicionários de língua latina, e concorda, inclusive, com o gênero dos nomes latinos. No entanto, este parece ser um dos casos isolados, em que verificamos, com a ajuda de dicionários, uma possível incorporação do termo grego ao vocabulário latino antes da época de Diomedes, já que a maioria dos termos gregos latinizados não é apontada no léxico.

Há, por exemplo, trechos em que Diomedes emprega termos gregos (ausentes nos principais dicionários) e, ao mesmo tempo, deixa claro que se tratam de termos gregos, apesar de se apresentarem na forma latinizada, como em ambas as passagens a seguir:

ergo binarum syllabarum sunt hi. primus pes dibrachys, bibreuis, pyrrichius uel pariambus uel hegemon Graece dicitur.

Portanto, as sílabas binárias são estas. O primeiro pé é chamado pelos gregos de *dibrachys*, e as bibreves de *pyrrichius*, enquanto o pariambo é chamado de *hegemon*.

(DIOMEDES, III, 475. Tradução nossa.)

conponuntur etiam de conpluribus, quae parasyntheta Graeci appellant, ut inexpugnabilis inperterritus inexplicabilis inremeabilis.

E ainda, (as palavras) são compostas por várias (formas), as quais os gregos chamam de *parasyntheta*, como *inexpugnabilis* (“inexpugnável”), *inperterritus* (“impávido”), *inexplicabilis* (“inexplicável”), *inremeabilis* (“de onde não se pode voltar”).

(DIOMEDES, I, 301. Tradução nossa.)

Nos dois exemplos acima, o gramático utiliza termos gregos, sendo que, no primeiro excerto, vemos os correspondentes latinos, enquanto no segundo, o termo *parasyntheta* é usado para classificar as palavras compostas por várias desinências. Neste caso, há um empréstimo terminológico por parte do autor.

O terceiro livro da *ars*, no qual Diomedes aborda questões referentes à métrica, contém a maior parte das ocorrências terminológicas do grego latinizadas, o que consideramos ser devido à natureza do que se expõe – a métrica – domínio de menor tradição gramatical em latim, que talvez requisitasse a autoridade da língua grega, na qual esse tema foi primordialmente tratado.

Em certo momento, o autor esclarece, por exemplo, que são muitas as espécies de figuras de linguagem e, portanto, devem ser transmitidas ao leitor:

huius species sunt multae, sed necessariae traduntur, per quas similes colligentur, prolepsis zeugma hypozeuxis syllepsis asyndeton anadiplosis anaphora, alia anaphora, epanalepsis epizeuxis paronomasia, schesis onomaton, paromoeon homoeoteleuton homoeoptoton polyptoton hirmos polysyndeton dialyton climax.

As espécies [de figuras de linguagem] são consideradas necessárias e deverão ser ligadas pelas semelhanças: **prolepse, zeugma, hipozêuxis, silepse, assíndeto, anadiplose, anáfora, epanalepse, epizêuxis, paronomásia, schesis onomaton, paromoeon, homeoteleuto, homeoptoto, poliptoto, hirmos, polissíndeto, diálito, clímax.**

(DIOMEDES, II, 443. Tradução nossa.)

O que nos chama a atenção é que, se pensarmos na tradução dos termos, veremos que grande parte deles chegaram à língua portuguesa com nomes semelhantes e de origem grega, o que sugere um processo de importação de termos gregos, possivelmente muitos deles ausentes na língua latina, conforme podemos constatar no quadro que elaboramos abaixo:

Quadro 3.3. Termos gregos latinizados

Termo grego transliterado	Termo em português	Significado moderno
<i>prolepsis</i>	prolepse	“antecipação”
<i>zeugma</i>	zeugma	“elipse”, “omissão”
<i>hypozeuxis</i>	hipozêuxis	-
<i>syllipsis</i>	silepse	concordância com um termo ausente no texto
<i>asyndeton</i>	assíndeto	omissão de conectivos
<i>anadiplosis</i>	anadiplose	repetição da última palavra de uma frase na frase seguinte
<i>anaphora</i>	anáfora	repetição em início de frases
<i>epanalepsis</i>	epanalepse	repetição da mesma palavra no início e no fim de uma frase
<i>epizeuxis</i>	epizêuxis	repetição de palavra, sem nenhuma intermediária
<i>paronomasia</i>	paronomásia	emprego de palavras parônimas
<i>schesis onomaton</i>	-	-
<i>paromoeon</i>	-	série de palavras iniciadas com a mesma letra
<i>homoeoteleuton</i>	homeoteleuto	correspondência fonética das últimas sílabas dos versos
<i>homoeoptoton</i>	homeoptoto	emprego de palavras com mesmo prefixo ou verbos no mesmo tempo
<i>polyptoton</i>	poliptoto	recurso semelhante à paronomásia
<i>hirmos</i>	-	-
<i>polysyndeton</i>	polissíndeto	repetição de conectivos
<i>dialyton</i>	diálito	-
<i>climax</i>	clímax	“auge”

Quanto à terminologia grega em alfabeto grego, poderíamos, primeiramente, supor que seu emprego na *ars*, aparentemente, se dava por duas motivações: ou determinado termo não havia sido ainda transliterado por nenhum autor antecedente a Diomedes, ou o próprio, por questões didáticas, por exemplo, preferiu manter a terminologia. Outra observação importante são as ocasiões em que se notam, simultaneamente, termos gregos latinizados e em alfabeto grego, como vemos neste trecho:

de poematibus poematos genera sunt tria. aut enim actiuum est uel imitatuuum, quod Graeci dramaticon uel mimeticon, aut enarratiuum uel enuntiatiuum, quod Graeci exegeticon uel apangelticon dicunt, aut commune uel mixtum, quod Graeci κοινόν uel μικτόν appellat.

Sobre os poemas - São três os gêneros poéticos. O poema é, por exemplo, ativo ou imitativo, os quais os gregos chamam de **dramaticon** (“dramático”) ou **mimeticon** (“mimético”) ou é narrativo ou enunciativo, chamados de **exegeticon** (“exegético”) ou **apangelticon** (“apangéltico”) pelos gregos, ou é comum ou misto, que os gregos chamam de **κοινόν** (“comum”) ou **μικτόν** (“misto”).

(DIOMEDES, III, 482. Tradução nossa.)

Na passagem acima, encontrada no último livro da gramática, Diomedes utiliza termos gregos ao classificar os gêneros poéticos, possivelmente por sua origem grega. No entanto, o autor emprega, alternadamente, termos gregos latinizados e no próprio alfabeto. O que nos chama a atenção nessa ocorrência é o fato de que nenhum dos termos destacados no trecho estivesse, provavelmente, incorporado ao léxico latino³², o que não nos possibilita supor, por exemplo, que os termos latinizados, em comparação com o uso de termos em alfabeto grego, tivessem sido utilizados por pertencerem ao vocabulário do latim. Podemos supor apenas que os termos gregos latinizados talvez representem uma tentativa de incorporação lexical, feita

³² Ao verificar a existência no léxico latino de termos gregos latinizados na gramática, utilizamos como referência o dicionário *Oxford Latin Dictionary* (Oxford University Press, 1968).

pelo próprio Diomedes, ou que o uso dos termos em alfabeto grego fosse mais facilmente compreendido e bem recebido pelo leitor.

Ainda que menos abundante, o uso de terminologia grega em alfabeto grego se manifesta por praticamente toda a gramática. Demonstraremos, agora, alguns dos trechos mais relevantes e, mais à frente, abordaremos os casos de terminologia grega empregados na gramática em comparação com termos latinos.

Quando analisamos os casos de uso de terminologia grega na gramática de Diomedes, chegamos a dois grupos em que poderíamos classificá-los: a) o emprego acompanhado de tradução ou, dentro de um determinado contexto, com alguma correspondência em latim, e; b) o emprego de terminologia sem tradução ou correspondência no latim. A busca por correspondências no *corpus*, por vezes, obtém sucesso, geralmente através da explicação dada pelo autor sobre o que representa o termo em grego (ainda que, eventualmente, a explicação seja dada de forma indireta).

Primeiramente, encontramos apenas uma passagem em que Diomedes emprega diversos termos gregos e, junto a elas, traz uma tradução em latim. Tal excerto se encontra mais ao final da gramática, no livro terceiro, onde o autor fala sobre as seis medidas da métrica:

de modis metrorum modi metrici sunt sex, κατὰ στίχον definitivus uel principalis, συστηματικός compositus, ἀσυνάρτητος inconpositus, συγκεχυμένος confusus, συνεξευγμένος coniunctus, παραγωγός deriuatiuus.

Sobre as medias do metro - as medidas da métrica são seis: κατὰ στίχον (“seguindo o passo”), definitivo ou principal, συστηματικός (“sistemático”) ou composto, ἀσυνάρτητος (“desconexo”) ou decomposto, συγκεχυμένος (“agrupado”) ou misto, συνεξευγμένος (“justaposto”) ou conectado, παραγωγός (“ambíguo”) ou derivado.

(DIOMEDES, III, 501. Tradução nossa.)

Podemos ver que, embora as traduções que apresentamos entre parênteses para os termos gregos não represente exatamente a explicação que Diomedes oferece em latim, é possível observar certa similaridade, ou seja, os termos em latim parecem ser aqueles que melhor correspondem ao termo grego original.

Quanto ao segundo grupo, encontramos muitos exemplos no texto de uso de terminologia grega, em alfabeto grego, sem tradução. Diomedes parece se apoiar nesses termos para definir algumas questões gramaticais, como vemos no uso deliberado da terminologia grega nestes dois trechos:

et s littera suae cuiusdam potestatis est ideoque apud Graecos μοναδικόν appellatur, quae in metro plerumque uim consonantis amittit.

E a letra “s”, de certo valor próprio, é chamada pelos gregos de μοναδικόν (“que tem uma única forma”), a qual, quase sempre, perde valor consonantal no metro.

(DIOMEDES, II, 423. Tradução nossa.)

i uocalis δίχρονος media, quae interdum geminatur et praeposita sibi aut alteri uocali transit in consonantium potestatem.

A vogal média “i” δίχρονος (“em duas quantidades”), a qual às vezes é geminada e anteposta a ela mesma, ou a outras vogais, passa a ter valor de consoante.

(DIOMEDES, II, 424. Tradução nossa.)

Os casos acima são encontrados no segundo livro, onde Diomedes trata dos conceitos de *littera*. O termo δίχρονος (“em duas quantidades: breve e longa”) assim como outros termos gregos, são utilizados, repetidamente, para classificar as vogais e consoantes latinas, e em todas essas ocorrências, não encontramos tradução aparente para os termos.

A ausência de tradução reforça a ideia de que o termo em grego, por si só, já bastaria para o autor em alguns casos. De certa forma, quando tratamos de terminologia grega, apenas o termo em grego não representaria um desafio tão significativo para o leitor, já que, mesmo sem ter conhecimento do grego, bastaria a ele conhecer o alfabeto para fazer a leitura do termo e associar, nos casos citados acima, cada termo ao grupo de vogais ou consoantes associados por Diomedes. Em todo caso, o mero conhecimento das regras de um novo alfabeto já seria um indício da familiaridade com essa segunda língua, o que não aconteceria, caso o termo estivesse transliterado.

O trecho abaixo, retirado da seção sobre o solecismo, no final do segundo livro, ilustra o emprego de terminologia grega para apontar a origem do termo em latim. Também podemos notar uma breve explicação do autor sobre o significado da terminologia grega:

soloecismus dicitur Graece λόγου σώου αἰκισμός, id est integri sermonis corruptio: uel a ciuitate Ciliciae quae Soloe olim dicebatur, nunc Pompeiopolis uocatur, cuius incolae quia sermone corrupto loquebantur, similiter uitiose loquentes apud Athenienses σολοικίζειν dicebantur, unde id uitium soloecismus dictum est; Latine a quibusdam sribiligo appellatur.

Solecismo vem do grego λόγου σώου αἰκισμός, isto é, corrupção na integridade da fala, ou então se refere à uma cidade na Cilícia, que outrora era chamada de Soloe, atualmente chamada de Pompeiopolis, de cujos habitantes, porque falavam errado, se dizia, entre os atenienses, σολοικίζειν (“falar à moda de Soloe”), configurando também a fala viciosa de outras pessoas; daí se dizer *solecismo*. Em latim, é também chamado de *sribiligo* por certas pessoas.³³

(DIOMEDES, II, 453. Tradução nossa.)

Entretanto, em muitos outros casos, como no trecho abaixo, Diomedes não deixa claro a que se referem os três termos gregos empregados por ele, quando aborda a questão do metro

³³ Tradução de Fábio Fortes (2012, p. 137)

na poesia, no terceiro livro, o que poderia sugerir que seu leitor já tivesse algum conhecimento prévio acerca de tais termos em grego:

identidem et ex hoc ducit tenores et numeros sonosue, quos Graeci ῥυθμούς et φθόγγους uocant, sicut in canticis demonstratur, hoc est μελωδίαις, in quibus quaedam Doria, non nulla Phrygia, alia Lydia mele reperiuntur.

Repetidamente destes, conduzem-se sons ininterruptos e compassos, os quais os gregos chamam de ῥυθμούς (“ritmo”) e φθόγγους (“sons distintos”), assim como é demonstrado nos cânticos, ou seja, μελωδίαις (“nos cantares”), os quais alguns são encontrados em Dorida, alguns na Frígia, e outros na Lídia, ao rio Melete.

(DIOMEDES, III, 474. Tradução nossa.)

A última parte da análise de termos gregos na *ars Diomedis* se dedica à comparação entre termos latinos e gregos. A princípio, em alguns trechos, a comparação se assemelha a uma tradução de terminologias através de sentenças, contendo, por exemplo, palavras como os verbos *appello* (“nomear”), *uoco* (“chamar”) e *dico* (“dizer”), e a preposição *apud* (“segundo, de acordo com”), em referência ao termo empregado entre os gregos ou romanos, como neste trecho:

quod Graece epicoenon dicitur, Latini promiscuum uel subcommune uocant, quod aut specie masculini generis declinatur et simul significat etiam femininum genus, ut passer, aut declinatur specie generis feminini <et simul> etiam masculinum genus significat, et sic sub uno genere utrumque intellegitur, ut aquila.

O que os gregos chamam de *epicoenon*, os latinos chamam de promíscuo ou subcomum, ou a espécie que é declinada no gênero masculino e, simultaneamente, denota ainda gênero feminino, como *passer* (“pardal”), ou também a espécie que é declinada no gênero feminino e, ao mesmo tempo, denota também gênero masculino, e assim é entendido sob um gênero ou outro, como *aquila* (“águia”).

(DIOMEDES, I, 301. Tradução nossa.)

Acima, temos o uso dos verbos *uocant* e *dicitur* (na voz passiva) para designar os termos e seus respectivos falantes. Embora, de fato, seja uma correspondência de termos (e, conseqüentemente, se tratar de uma tradução), Diomedes não parece ter oferecido, exatamente, versões de um mesmo termo em ambas as línguas, sendo sua intenção, aparentemente, comparar (nesse caso, equiparar) a ocorrência de dois termos semelhantes em grego e em latim (respectivamente, “*epicoenon*” e “*promiscuum*” / “*subcommune*”). Em outras palavras, em cada língua temos um termo para classificar tais substantivos, diferentemente de casos já vistos aqui, em que a terminologia utilizada para classificar determinados fenômenos era exclusivamente grega.

A mesma correspondência de terminologia, ou seja, termos nas duas línguas igualmente válidas, se observa no seguinte trecho em que Diomedes equipara o termo grego *κοινόν* e o latino *communis*:

κοινοῦ uel communis poematos species prima est heroica, ut est Iliados et Aeneidos; secunda est lyrica, ut est Archilochi et Horatii.

A primeira espécie de poemas **comuns**, ou **κοινοῦ**, é a heroica, como, por exemplo, a *Ilíada* e a *Eneida*; a segunda é a lírica, como os (poemas) de Arquíloco e de Horácio.

(DIOMEDES, III, 483. Tradução nossa.)

Curiosamente, também no que diz respeito às passagens em que Diomedes compara os termos, alguns em grego se encontram latinizados, como vemos nesta sentença bem ao início do primeiro livro:

conponuntur etiam de conpluribus, quae parasyntheta Graeci appellant, ut inexpugnabilis inperterritus inexplicabilis inremeabilis.

E ainda, (as palavras) são compostas por várias (formas), as quais os gregos chamam de *parasyntheta*, como *inexpugnabilis* (“inexpugnável”),

inperterritus (“impávido”), *inexplicabilis* (“inexplicável”), *inremeabilis* (“de onde não se pode voltar”).

(DIOMEDES, I, 301. Tradução nossa.)

E, do mesmo modo, nessa passagem que introduz a seção sobre “os gêneros dos poemas dramáticos ou ativos”:

poematos dramatici uel actiui genera sunt quattuor, apud Graecos tragica comica satyrica mimica, apud Romanos praetextata tabernaria atellana planipes.

São quatro os gêneros de poemas dramáticos ou ativos, conforme os gregos: trágicos, cômicos, satíricos e mímicos; conforme os romanos: *praetextata*, *tabernaria*, *atellana* e *planipes*.

(DIOMEDES, III, 482. Tradução nossa.)

Mais uma vez, em ambos os casos, observamos a questão terminológica já mencionada: os termos latinizados, especificamente estes citados acima, já estavam incorporados ao léxico latino. Neste último excerto citado, temos, além disso, uma “tradução” peculiar: Diomedes traz os termos utilizados pelos romanos para designar os gêneros de poemas.

Finalmente, há na *ars Diomedis* ocorrências como as que observamos nos dois trechos seguintes: o uso de termos gregos (em alfabeto grego) em comparação com a terminologia latina, um caso de comparação terminológica inversa ao que vimos até aqui. No primeiro caso, a comparação se dá entre os termos designados ao caso nominativo; no segundo, temos o nome dado uma das formas nominais do verbo latino:

quem nominatiuum Graeci non πῶσιν sed ὀρθήν uel εὐθεΐαν uocant. καταχρηστικῶς tamen nominatiuum casum dicimus.

O que os gregos chamam de nominativo não é πῶσιν (“caso”), mas sim de ὀρθήν (“reto”) ou εὐθεΐαν (“direto”). Entretanto, chamamos καταχρηστικῶς (“sem uso”) de caso nominativo.

(DIOMEDES, I, 302. Tradução nossa.)

sed in hoc praeterito tempore ablatiuus et pro nominatiuo accipitur et intellegitur pro infinito tempore, <quod> Graeci uocant ἀόριστον, et apud nos est in participiis.

Todavia, nesse tempo pretérito o nominativo é aceito no lugar do ablativo e é compreendido pelo tempo infinitivo, o que os gregos chamam de ἀόριστον (“aoristo”), e nós o temos entre os participios.

(DIOMEDES, I, 317)

Nos exemplos acima, a comparação de termos latinos com gregos ocorre de forma inversa ao que vimos anteriormente. Quando, antes, não havia um termo latino para um termo grego, ou, até mesmo, a inexistência de um correspondente ou tradução latina para um termo grego, nesses trechos percebemos uma diferença clara: a terminologia latina não só dá conta de classificar os fenômenos linguísticos (no primeiro exemplo, o “caso nominativo”; no segundo, o “participio”), como também parece servir de referência para o tema abordado, o que antes era realizado a partir da língua grega.

As comparações entre o grego e latim, no entanto, não se resumem à terminologia empregada por Diomedes, como nos exemplos acima. A língua grega é ostensivamente comparada à língua latina em seus aspectos gramaticais e em seus diferentes usos. A seção seguinte trata justamente desse paralelismo entre os dois idiomas.

3.2.3. A comparação entre o grego e o latim

Nas seções anteriores, abordamos a relevância da língua grega para os conteúdos trazidos pela gramática da língua latina de Diomedes, tanto no que diz respeito às citações

canônicas oriundas do repertório literário grego e à referência de vocabulário de origem grega quanto, por vezes, no que tange à declinação de nomes gregos. Em seguida, refletimos sobre o uso de termos que, em alguns momentos, é marcado por comparações entre aqueles de origem grega e latina. No entanto, a relação entre o grego e o latim na *ars Diomedis* vai além dos termos gramaticais, das citações e do léxico. Por essa razão, dedicamos exclusivamente esta seção para analisar a comparação entre as línguas grega e latina quanto à sua composição e ao uso de estruturas linguísticas próprias de cada uma.

Nesta seção, podemos utilizar, também, a proposta de Fortes (2014) de dois tipos de comparação linguística, como subsídio teórico para nossa avaliação das comparações feitas por Diomedes. O autor, abordando as obras dos gramáticos Prisciano e Apolônio Díscolo, divide as comparações entre o grego e o latim em duas categorias: análise translinguística e as comparações do tipo “inventário” (FORTES, 2014, p. 37).

Este último tipo, nas palavras do autor,

realiza-se tanto através do simples elenco de itens lexicais para exemplificar a correspondência entre pontos gramaticais, reforçando a identidade entre o grego e o latim e/ou funcionando como espécie de corolário de alguma explanação teórica, sem análise posterior, quanto através da citação consecutiva de versos latinos e gregos.

(FORTES, 2014, p. 37)

As ocorrências de comparação entre o grego e o latim, nesta seção, se encaixam na definição acima, comparações enquanto “inventário”, pois trataremos aqui justamente da comparação entre elementos linguísticos e suas correspondências em ambas as línguas, principalmente no que se refere ao uso ou à própria constituição da língua. Já o segundo tipo, comparações “translinguísticas”, que diz respeito à comparação com o intuito de reforçar a equivalência entre o grego e o latim, abordaremos na última seção deste capítulo e, na ocasião, detalharemos mais a noção proposta pelo mesmo autor.

Sob a perspectiva sociolinguística que permeia este trabalho, podemos supor que a comparação entre as línguas faz parte do procedimento didático do gramático que leva em consideração uma presumida bilinguagem de seu leitor coetâneo, o que refletiria certo nível de bilinguismo da região de Constantinopla. Quando, por exemplo, um elemento linguístico é ausente no grego ou no latim, Diomedes esclarece sobre tal (in)ocorrência, de modo que a diferença entre as línguas não seja recebida como uma dificuldade ou um estranhamento para o aprendizado de latim.

No Livro II, na parte correspondente ao conceito de *littera*, Diomedes apresenta as letras que compõem o alfabeto latino. O autor faz uma ressalva quanto à origem de duas letras utilizadas em latim, o que nos remete à ao que afirmamos acima:

litterae quibus utimur XXIII hae sunt, a b c d e f g h i k l m n o p q r s t u x y z. harum differentiae sunt tres. prima differentia <in> litteris qualitates habet duas, quod aut Latinae sunt aut Graecae. Latinae sunt una et uiginti, Graecae duae, y et z, quae in usum nostrum propter nomina Graeca uenerunt. ex his uocalis est y (nam et in ea obseruare debemus quaecumque in uocalibus obseruantur), semiuocalis z.

As letras que usamos são 23: *a b c d e f g h i k l m n o p q r s t u x y z*. Dessas, são três as diferenças. A primeira diferença, quanto à qualidade das letras, se referem a duas letras, pois as letras podem ser latinas ou gregas. As latinas são vinte e uma; as gregas, duas: “y” e “z”, as quais chegaram em nosso uso pelos nomes gregos. Entre essas, o “y” é vogal (pois devemos observar nela tudo o que é observado em vogais), e o “z” é semivogal.

(DIOMEDES, II, 421-422. Tradução nossa.)

Como podemos observar, Diomedes qualifica o alfabeto usado como sendo “bilíngue”: formado por uma maioria de letras latinas e duas letras gregas. Quanto às duas letras gregas, Diomedes esclarece que “y” e “z” estão presentes em palavras de origem grega, sendo uma de valor vocálico e outra semivocálico. Ao abordar a *littera* da língua latina, o autor sempre retoma o grego quando necessário, e se preocupa em demonstrar, por analogia

de ambos os alfabetos, a classificação das letras como vogais, consoantes e semivogais. No entanto, por se tratar de uma seção extensa (compreendida entre as páginas 421 e 423), não seria viável recuperar, aqui, todas as ocorrências e explicações elencadas.

Mais adiante, na seção dedicada às sílabas (*De syllabis*, II, 427), Diomedes as divide em duas categorias: longas e breves. Dentre as sílabas longas, o autor informa seu leitor sobre a possibilidade de haver um ditongo tipicamente grego, mas utilizado nas duas línguas:

longae aut natura sunt aut positione fiunt. natura, cum aut uocalis producitur, ut a o, aut duae uocales iunguntur, ut ae oe au eu ei ui. ex his diphthongis ei, cum apud ueteres frequentaretur, usu posteritatis explosa est. item ui Graeca potius quam Latina est in Graecis sumenda dictionibus.

As longas são formadas ou por natureza ou por posição. Por natureza, quando são vogais longas, como “a” e “o”, ou quando se unem duas vogais, como “ae”, “oe”, “au”, “ei”, “ui”. Desses ditongos, o “ei”, frequente entre os antigos, teve seu uso excluído no futuro. Além disso, o ditongo “ui” pode ser tanto latino quanto grego na fala dos gregos.

(DIOMEDES, II, 427. Tradução nossa.)

Consideramos o caso acima como uma equiparação entre o grego e o latim, pois Diomedes, ao dizer sobre as vogais longas, atribui o ditongo “ui” ao grego e ao latim. Ao leitor, talvez, a informação de que o ditongo “ui” é comum às duas línguas pode tornar o aprendizado mais natural, à medida que ambas se aproximem.

Na abordagem do acento latino (*De accentibus*, II, 433), Diomedes compara o uso de acentuação em palavras no latim. Observe que a diferença do emprego de acento em palavras gregas suscita a comparação linguística por parte do autor:

sane Graeca uerba Graecis accentibus efferimus, si isdem litteris pronuntiauerimus. in Latinis neque acutus accentus in ultima syllaba potest poni nisi discretionis causa, ut in aduerbio pone, ideo ne uerbum putetur, et in quibusdam praepositionibus.

Seguramente, nas palavras gregas, adotamos os acentos gregos, se pronunciarmos com os mesmos sons. Nas palavras latinas, não se põe acento agudo na última sílaba, a não ser por questão de distinção, como no advérbio *pone* (“atrás”), de forma que não seja considerado o verbo, assim como em certas preposições.

(DIOMEDES, II, 433. Tradução nossa.)

Acima, Diomedes esclarece que o acento grego deve ser empregado em palavras gregas, contanto que o som pronunciado seja o mesmo. O mais interessante, porém, na passagem, é a exceção do uso do acento em latim, permitido quando há necessidade de distinguir verbos de advérbios ou preposições.

De forma semelhante, acontece o mesmo em relação à sílaba tônica no latim e no grego. No latim, o acento apresenta menos mobilidade na palavra do que o acento grego e, por isso, a comparação, nesse caso, é oportuna:

in Graecis itaque dictionibus cum acutus tria loca teneat, ultimum paenultimum antepaenultimum, ultra numquam (neque enim refert plurimum syllabarum esse partem orationis), apud Latinos duo tantum loca tenet, paenultimum et antepaenultimum; circumflexus autem, quotlibet syllabarum sit dictio, non tenebit nisi paenultimum locum.

Dessa forma, na fala dos gregos, o acento agudo assume três posições: na última, penúltima e antepenúltima (sílabas), mas nunca além desta (pois a parte da oração é impedida de ter muitas sílabas). Entre os latinos, são dois os locais: na penúltima e na antepenúltima sílaba; por outro lado, o acento circunflexo, pode ser pronunciado em qual seja a sílaba, exceto na penúltima sílaba.

(DIOMEDES, II, 431. Tradução nossa.)

Quanto ao acento, portanto, Diomedes esclarece que os gregos têm mais liberdade em relação à localização do acento agudo: enquanto os gregos possuem três posições possíveis de acentuação, os romanos possuem apenas dois. Essa comparação parece servir como alerta ao

aprendiz de latim, já que neste a restrição na acentuação é maior; além disso, Diomedes fala do acento circunflexo grego o qual está ausente em latim, contudo essa informação não é explícita, o que nos leva a conceber um leitor que sabia de antemão sobre esse fato.

Outro trecho da gramática que nos chama a atenção contém duas comparações diferentes: a estrutura de verbos e nomes em latim — que se diferencia do grego — e a terminologia latina *proportio* que correspondente ao termo grego *analogia*:

analogia apud nos, id est proportio, praetermissis Graecorum ambagibus simplici modo tam in uerbis quam in nominibus obseruatur.

A **analogia**, em latim *proportio*, deixando de lado as complexidades dos gregos, é observada de modo simples tanto em verbos quanto em nomes.
(DIOMEDES, I, 384. Tradução nossa.)

O termo acima, em destaque, merece maior atenção por se tratar de uma palavra de uso comum, tanto em português quanto em muitas outras línguas modernas. No contexto gramatical antigo, *analogia* significa “regularidade na língua”, mais precisamente, no caso dos gramáticos latinos, “uma parte dos constituintes da ortografia” (SCHAD, 2007, p. 31).

Embora tenhamos visto nesta seção alguns exemplos de comparação compreendidos em um nível predominantemente morfológico, a maior parte das ocorrências que relacionam o latim ao grego se concentra nas abordagens dos casos latinos, juntamente com suas estruturas morfossintáticas e seus usos na língua. A primeira diferença entre as línguas aparece logo no início do Livro I (*De numeris*, “sobre os números”), com a seguinte informação:

dualis enim dumtaxat apud Graecos ualet, a nobis excluditur,

O dual, por exemplo, é possível para os gregos, por nós é excluído.
(DIOMEDES, I, 301. Tradução nossa.)

Os nomes em latim, portanto, se apresentam apenas no singular ou no plural, já que o número “dual” (no grego, quando nomes e adjetivos, por exemplo, representam, precisamente, duas coisas) é inexistente na língua latina. Tal informação precede a abordagem dos casos, provavelmente por conta das desinências necessárias à declinação dos nomes em cada um dos casos.

Logo em seguida, ao tratar sobre os casos (*de casibus*), Diomedes relata a ausência do caso ablativo no grego, utilizando, inclusive, terminologia grega para classificar o que os latinos reconhecem por “caso nominativo”:

quem nominatiuum Graeci non πῶσιν sed ὀρθήν uel εὐθεΐαν uocant. καταχρηστικῶς tamen nominatiuum casum dicimus. ablatiuum Graeci non habent. hunc tamen Varro sextum, interdum Latinum appellat, quia Latinae linguae proprius est, cuius uis apud Graecos per genetiuum explicabitur.

O que os gregos chamam de nominativo não é πῶσιν (“caso”), mas sim de ὀρθήν (“reto”) ou εὐθεΐαν (“direto”). Entretanto, chamamos καταχρηστικῶς (“sem uso”) de caso nominativo. Os gregos não tem ablativo. Aqui, ainda, Varrão ocasionalmente o chama de “sexto latino”, pois é próprio da língua latina, cujo valor pode ser exercido, no grego, pelo genitivo.

(DIOMEDES, I, 302. Tradução nossa.)

Vale ressaltar, no mesmo trecho, a comparação feita por Diomedes, ao associar o caso ablativo latino ao uso do genitivo na língua grega, como se fosse um comportamento linguístico equivalente. Muito se diz, inclusive, sobre o caso ablativo, justamente por conta de sua ausência no grego. O autor, portanto, persiste na comparação entre as línguas, esclarecendo o uso de outros casos e estruturas em grego que corresponderiam ao ablativo latino. Ambos os trechos abaixo retratam a importância dessa correlação, com destaque para o segundo trecho com exemplos de uso em grego:

praeterea multa sunt quae Romani per ablatiuum casum solent efferre. immensa enim est huius casus licentia, et utimur eo saepissime pro duobus casibus, genetiuo et datiuo. nam multa quae Graeci per hos casus dicunt nos per ablatiuum efferimus per nomina pronomina et participia.

Além disso, muitas são as palavras que os romanos estão acostumados a expressar pelo caso ablativo. Sua liberdade, pois, é vasta, e o utilizamos frequentemente em vez de dois casos: o genitivo e o dativo. Por isso, muitas palavras que os gregos expressam através desses dois casos, nós as empregamos no ablativo, sendo elas nomes, pronomes ou participios.

(DIOMEDES, I, 316-317. Tradução nossa.)

casus ablatiuus praepositiones semper recipit et uno modo profertur, cum a persona ablatum quid significetur aut a re aut a loco, cuius uis apud Graecos bipertita est. aut enim per genetiuum aut per aduerbia localiter posita et a nomine deriuata explicabitur: per genetiuum sic, cum a persona ablatum quid significetur, ueluti ab oratore accepi; item a re, a libris Ciceronis intellectum est: per aduerbia autem a loco significantia, cum quid a loco ablatum demonstrent, uelut a Roma in Africam redit, item a Troia uel ab Ilio nauigauit Aeneas; quod apud illos interpretatur aduerbialiter sic, Τροίηθεν Ἰλιόθεν, item <ab> alto ὑψόθεν et cetera similiter.

O caso ablativo sempre permite preposições e estabelece uma medida, quando se sinaliza que algo se move a partir de uma pessoa ou coisa ou local, valor que, em grego, se dá pelo uso de dois casos. Esse uso se explica tanto pelo genitivo quanto pela disposição de advérbios de lugar ou de nomes derivados: pelo genitivo, assim, quando algo se mostra partir de uma pessoa, assim como recebido pelo orador; e também, como “de algo”, “é compreendido a partir do livro [*a libro*] de Cícero”. Pelos advérbios, por outro lado, marca “a partir de um lugar”, os quais indicam que algo se move de um local, assim como em “retorna para a África de Roma [*a Roma*]”. E, também, “Eneias navega a partir de Tróia ou de Ílion [*a Troia uel Ilio*]”. Assim, o que é, por eles (os gregos) explicados por advérbios: Τροίηθεν (“de Tróia”) Ἰλιόθεν (“de Ílion”); também, do alto: ὑψόθεν (“de cima”) etc.

(DIOMEDES, I, 317. Tradução nossa.)

Em ambos os excertos acima, temos, no geral, uma abordagem sobre o uso do ablativo em latim e explicações de quais são as construções correspondentes em grego, já que, nesta língua, não existe o caso ablativo. Diomedes, então, explica que esse uso, em grego, se dá

pelo genitivo ou por advérbios, deixando, no entanto, clara a extensa quantidade de funções que podem ser exercidas pelo ablativo em latim, o que nos soa como um ato de defesa da língua latina.

O primeiro livro da *ars* se preocupa, aparentemente, em comparar o uso dos casos em diversos momentos, provavelmente consoante ao procedimento pedagógico de seu autor. Quando o uso de um determinado caso em latim não corresponde ao mesmo caso em grego (ou seja, o mesmo caso com valor morfossintático e, conseqüentemente, significado igual em ambas as línguas), Diomedes atenta seu leitor para a divergência. Isso se nota em muitos momentos, como veremos adiante, a começar, por exemplo, na passagem seguinte:

uerba diuersis casibus apud Romanos hoc modo iunguntur. nam cum ab omni sermone Graeco Latina loquella pendere uideatur, quaedam inueniuntur uel licentia ab antiquis uel proprietate Latinae linguae dicta praeter consuetudinem Graecorum, quae idiomata appellantur. agnoscuntur autem ex casibus. nam inuenimus quae Graeci per datiuum dicunt haec a Romanis per genetiuum elata, ut pudet me amoris, et quae Graeci per genetiuum casum dicunt haec per datiuum usurpata, ut parco tibi;

Os verbos em latim são, dessa forma, associados a diversos casos. Pois parece que a fala latina depende de toda a língua grega, certas palavras são encontradas por liberdade ou antiguidade ou por propriedade da língua latina exceto aquelas do costume dos gregos, as quais são chamadas de *idiomata*. São reconhecidas, no entanto, pelos casos. Pois encontramos palavras que são expressas no dativo pelos gregos, e, pelos romanos, no genitivo, como em *pudet me amoris* (“me envergonho do amor”), e aquelas que são ditas pelos gregos no genitivo, e que nós adotamos com dativo, como em *parco tibi* (“poupo-te”).

(DIOMEDES, I, 311. Tradução nossa.)

Assim, como vemos acima, em outros momentos em que Diomedes aponta o uso divergente dos casos em cada língua, o mesmo fornece exemplos comparativos de como uma mesma ideia se expressa em grego e em latim. Dessa forma, o autor consegue ilustrar, eficientemente, sua comparação. A seguir, temos três desses momentos, todos retirados da

extensa seção intitulada “sobre a concordância dos verbos com casos” (*De consensu uerborum cum casibus*, I, 316):

nam ut Graeci dicunt χρείαν ἔχω χρεέαν εἶχον, nos non dicimus opus habeo opus habebam, sed opus est mihi opus erat mihi; et quod illi dicunt χρείαν σου ἔχει ὁ πατήρ, nos dicimus pater uult te, praeceptor uolebat te et similia.

Pois, onde os gregos dizem χρείαν ἔχω χρεέαν εἶχον (“eu tenho /tinha trabalho”), nós não dizemos *opus habeo opus habebam* (“eu tenho / tinha trabalho”), mas sim *opus est mihi* (“a mim há trabalho”), *opus erat mihi* (“a mim houve trabalho”); e enquanto eles dizem χρείαν σου ἔχει ὁ πατήρ, nós dizemos *pater uult te* (“o pai te deseja”), *praeceptor uolebat te* (“o instrutor te deseja”) etc.

(DIOMEDES, I, 316. Tradução nossa.)

idiomata quae ueteres quidem per accusatiuum extulerunt, nos autem per datiuum secundum Graecos efferimus: actiua primae, obiurgo filium ueteres dicebant, obiurgau; nos autem obiurgo filio per datiuum, ut Graeci;

Os *idiomata*, os quais os antigos de fato empregavam no acusativo, são, por outro lado, por nós, utilizados no dativo, de acordo com os gregos. Os ativos, diziam os antigos *obiurgo filium* (“repreendo o filho”); nós, por outro lado, dizemos *obiurgo filio* (“repreendo ao filho”), com dativo, como os gregos.

(DIOMEDES, I, 320. Tradução nossa.)

sed hoc ueteres secundum Graecos, quid tibi futurum est, nos quid te futurum est.

Mas aqui os antigos, de acordo com os gregos, diziam *quid tibi futurum est* (“o que haverá de ser teu”, com dativo), nós dizemos *quid te futurum est* (“o que haverá de ser teu”, com ablativo).

(DIOMEDES, I, 320. Tradução nossa.)

O primeiro trecho se destaca pelos exemplos de uso na língua grega. Primeiramente, observa-se que o autor opta por empregar exemplos em alfabeto grego, cuja tradução se dá pelo exemplo correspondente em língua latina. Trata-se de outro caso em que se pressupõe

conhecimento de grego por parte do leitor, caso contrário tais exemplos não teriam valor didático significativo. Porém, em todos os fragmentos acima, temos a exemplificação em latim dada por Diomedes, de modo que a compreensão sobre o tema (no caso, os diferentes usos dos casos em latim e em grego) seja mais fácil e pragmática.

Os dois últimos exemplos, embora não tragam exemplos na língua grega, são interessantes pelo fato de Diomedes usá-la como parâmetro linguístico ao aceitar construções, com o emprego de casos gramaticais, divergentes do latim canônico. O autor se baseia no uso dos casos em grego para justificar uma provável variação linguística do latim (o latim à época da gramática em comparação com o latim dos antigos), proveniente, talvez, do contato com o grego.

A comparação estabelecida entre o grego e o latim se estende, também, às questões relativas à métrica, concentradas no Livro III da *ars*. Voltando um pouco ao tema da terminologia, já discutido na seção 3.2., Diomedes relaciona os gêneros de poemas latinos aos gregos e, ao falar sobre os gêneros dramáticos, faz uso do grego, traduzindo a expressão logo em seguida:

nam Terentius et Caecilius comoedias scripserunt. Latina atellana a Graeca satyrica differt, quod in satyrica fere Satyrorum personae inducuntur, aut siquae sunt ridiculae similes Satyris, Autolycus Busiris; in atellana Oscae personae, ut Maccus. dramata autem dicuntur tragica aut comica παρὰ τὸ δρᾶν, id est agere.

Com feito, Terêncio e Cecílio escreveram comédias. A comédia atelana latina é diferente da satírica grega, porque na satírica as máscaras são usadas pelos sátiros, ou são semelhantes ao Sátiro, Autólico, Busíris; na comédia atelana, são usadas as máscaras de Osca, como o *Pateta*. As peças dramáticas, por outro lado, são ditas trágicas ou cômicas *παρὰ τὸ δρᾶν* (“fazer ao lado”), isto é, *agere* (“fazer”).

(DIOMEDES, III, 490. Tradução nossa.)

O uso de palavras gregas no próprio alfabeto ao comparar determinada estrutura gramatical pode ser observado, também, na seção sobre os advérbios (*De aduerbia*) no Livro I. O autor traz os termos gregos para facilitar a compreensão de dois advérbios, cujas formas são diferentes, bem como seus significados:

sed in hoc [sensu] distinctio sensum mutat, ut sit humane ἀνθρωπίνως, ut est apud Terentium «tamen uix humane patitur»; et humanitus φιλανθρώπως, ut idem Terentius ait «coepi non humanitus / neque ut animum decuit aegrotum adulescentuli / tractare» <sunt> quaedam nomina in us litteris terminata quae ex se bina aduerbia faciunt, ut est ueterum auctoritas.

Entretanto, nesse sentido, a distinção altera o sentido, seja como *humane* ἀνθρωπίνως (“humano”), como é em Terêncio *tamen uix humane patitur* ou como *humanitus* φιλανθρώπως (“humanitário”), como, também, em Terêncio “*coepi non humanitus / neque ut animum decuit aegrotum adulescentuli / tractare*”, são quaisquer nomes que terminam com a letra “u”, as quais, a partir de si, produzem advérbios com dois casos, que é a origem dos antigos.

(DIOMEDES, I, 406. Tradução nossa.)

A analogia presente na passagem acima parece fazer parte de uma estratégia eficaz de Diomedes, se pressupomos sua intenção em tornar o conteúdo de sua gramática mais didático e de (mais) fácil compreensão. Até aqui, analisamos a língua grega como referência linguística e terminológica, corroborando de alguma forma o reflexo oriundo do contexto bilíngue em que se insere a obra do gramático. Deixamos para o final os elementos que podem nos fornecer, mais claramente, indícios do caráter bilíngue norteador de nossa análise.

3.2.4. O latim semelhante ao grego

A última parte de nossa análise se volta para os elementos presentes na gramática de Diomedes que, em nossa opinião, e sob um ponto de vista sociolinguístico, melhor refletiriam o bilinguismo da região de Constantinopla. Esses elementos, que consistem nas comparações que têm por meta uma aproximação das duas línguas, são considerados evidências expressivas da coexistência das línguas grega e latina, faladas na parte oriental do Império Romano; línguas que, conforme vimos, eram as únicas dotadas de um modelo linguístico (*Latinitas* e *ἑλληνισμός*, respectivamente) que as opunham às demais línguas (aquelas pelos antigos consideradas “bárbaras”), conforme tratamos no capítulo anterior.

Retomamos, aqui, a ideia proposta por Fortes (2014), cuja parte já mencionamos na seção anterior, quando associamos as comparações ao tipo “inventário”, representado pelas ocorrências em que estruturas linguísticas gregas e latinas são comparadas. Nesta última seção, mostraremos um tipo mais específico de comparações, que o autor classifica como “análises translinguísticas”, que ocorrem:

mediante apresentação de exemplos das duas línguas usados no corpo da discussão teórica, seja para reforçar, também, a equivalência entre ambas (*utraque lingua*), seja para sublinhar as diferenças entre aspectos particulares do grego e do latim.

(FORTES, 2014, p. 37)

Dividimos, então, esta parte última parte do capítulo em duas categorias de fenômenos distintos: a ocorrência de passagens da gramática que remetem à ideia de *utraque lingua* (“uma e outra língua”, *i.e.* aquela aproximação que tinha por meta demonstrar o parentesco ou a identidade das duas línguas) e a livre inserção de sentenças em grego, por parte do autor, com o intuito de comparar ou exemplificar os temas por ele tratados. Essas sentenças, vale lembrar, não são empregadas da mesma forma que os exemplos trazidos na seção 3.1., já que,

aqui, as sentenças não são citações de autores e, eventualmente, não configuram apenas um mero exemplo, estando, portanto, inseridas na discussão e na análise teórica do gramático.

Os segmentos analisados nesta seção apresentam características que os enquadram no conceito moderno conhecido por *code-switching*. Abordaremos essas ocorrências em breve, bem como o nosso entendimento acerca desse conceito.

Começaremos, primeiro, pelo exame dos trechos que correspondem à noção de *utraque lingua*, por conta do reduzido número de ocorrências. Conforme definido antes, por *utraque lingua* entendemos a ideia de conceber as estruturas e mecanismos linguísticos do grego e do latim como semelhantes, ou, até mesmo, considerar ambas as línguas como sendo a mesma. Como mencionamos no capítulo 2, a melhor consideração de *utraque lingua* talvez seja aquela oferecida por Macróbio, o gramático, que afirmava que “as figuras de construção (do grego e do latim) são aproximadamente semelhantes em uma e na outra, de modo que, por assim dizer, tendo estudado a gramática de uma ou de outra, conhecerá ambas”³⁴.

Na *ars Diomedis*, identificamos apenas quatro passagens em que se supõe uma tentativa de aproximar as duas línguas, diferentemente do que constatam alguns autores contemporâneos sobre a obra de Macróbio (DESBORDES, 2007; ROCHETTE, 2010), onde parece haver maior incidência de asserções condizentes à ideia de *utraque lingua*.

Diomedes, já na primeira seção de sua gramática, intitulada “sobre as partes da oração” (*De partibus orationis*), dentro da abordagem das orações latinas (*de oratione*), faz a seguinte afirmação:

de partibus orationis partes orationis sunt octo, nomen pronomen uerbum participium aduerbium coniunctio praepositio interiectio; Latini articulum, Graeci interiectionem non adnumerant.

³⁴ MACRÓBIO, *Diff.*, V, 599. Tradução de FORTES, 2012, p. 188. *pares fere in utroque componendi figurae, ut propemodum qui utramuis artem didicerit ambas nouerit.*

Sobre as partes da oração - As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição; Os romanos não levam em conta o artigo; já os gregos, a interjeição.
(DIOMEDES, I, 301. Tradução nossa.)

Observamos, no trecho acima, a abordagem das oito partes da oração classificadas pelo gramático, que nos informa, também, duas “ausências” dentre as partes: o artigo, na língua latina, e a interjeição, na língua grega.

O que nos leva a considerar tal informação como uma estratégia de assimilar as línguas grega e latina é o emprego do verbo *adnumĕro* (“contar com”, “incluir”): em vez de, simplesmente, dizer que o latim não possui artigos, Diomedes diz que, na gramática, os artigos não são contabilizados, enumerados; do mesmo modo que, na gramática grega, também não se enumeram as interjeições entre as categorias (sendo que, evidentemente, os gregos também possuíam interjeições). Outro fator relevante é o posicionamento de tal asserção, como consequência da estratégia do autor em antecipar as partes da oração para o início do primeiro livro da gramática, fato que mencionamos no capítulo anterior, e que, segundo Schenkeveld (2007, p. 183), pressupõe a consideração do autor com seu leitor falante de grego.

Mais adiante, ao final do mesmo livro, Diomedes volta à questão das interjeições na seção homônima, dizendo que

interiectionem Graeci inter aduerbia posuerunt; Latini ideo separauerunt
[...]

(DIOMEDES, I, 419. Tradução nossa.)

os gregos puseram a interjeição em meio aos advérbios, e os Latinos a separaram [...],

esmiuçando, de certa forma, um pouco mais a ideia, trazida pelo autor na passagem citada anteriormente, de que “os gregos não levam em conta as interjeições”. Os gregos, segundo o

gramático, possuem interjeições, embora não as considere como uma parte da oração isolada. Nesse trecho, nota-se também a preocupação em abordar elementos linguísticos tipicamente latinos, cuja percepção em língua grega diverge.

Sobre o dual, Diomedes discorre duas vezes em sua gramática. A primeira, que já mencionamos anteriormente, aparece logo no início do primeiro livro, dentro da abordagem do número dos substantivos (*De numeris*). A segunda aparece mais adiante, na parte sobre “as pessoas dos verbos” (*De personis uerborum*), quando o autor trata sobre os verbos (*De uerbo*). Nesta última, o número dual (ausente no latim, que só possui os números singular e plural) é abordado com mais detalhe:

numerus praeterea accidit uerbis prorsus uterque, singularis et pluralis. dualis enim apud Graecos dumtaxat ualet, a nobis excluditur, eodem modo quo et in nominibus. nequaquam enim reperiri potest Latino sermone ulla dictio quae dualem exprimat numerum. antiquitatis enim Romani memores dualem numerum posteritatis usu receptum quasi nouellum usurpare noluerunt.

Além disso, o número, tanto singular, quanto plural, recai diretamente sobre os verbos. O dual, contudo, somente tinha valor em grego, estando ausente entre nós, do mesmo modo que também nos nomes. Com efeito, de nenhuma forma se pode encontrar na língua latina qualquer locução que expresse o número dual. Na verdade, recordando-nos da antiguidade romana, não quiseram empregar aquela novidade, o número dual, uso recebido pela posteridade.

(DIOMEDES, I, 334. Tradução nossa.)

Diferentemente do que escreveu Diomedes, no início da gramática, sobre o número dual, acima vemos o autor retomar o seu uso pelos antigos romanos, justificando que estes não o utilizaram. Supomos que haja, aqui, a intenção de retomar o passado para explicar a diferença entre as línguas, ou, até mesmo, como uma forma de torna-las, de alguma forma, semelhantes.

Finalmente, a última passagem que também ilustra a ideia de unificar as duas línguas aparece no segundo livro, no discurso sobre a noção de *littera*. O autor, após enumerar as letras do alfabeto latino, destaca as cinco vogais da língua:

sunt autem numero quidem quinque, a e i o u, potestate autem septem, si quidem e pro η et pro ε [et pro ει] Graecis ponitur. namque e brevis est scriptura, pronuntiatione longa, ut conticuere [et moenia]. et o pro o et ω Graecis similiter ponitur, ut «rapti Ganymedis honores».

No entanto, são, de fato, cinco (as vogais): *a, e, i, o, u*; mas, por suas capacidades, são, na verdade, sete, se os gregos colocam, no lugar do “e”, as vogais η e ε (ou o ditongo ει). Pois o “e” breve deve ser escrito, com pronúncia longa, como em *conticuere* (“silenciar”) (e *moenia*, “paredes”). E o “o” substituído pelas letras “o” e “ω”, colocadas pelos gregos, como em *rapti Ganymedis honores* (“as honras capturadas por Ganimedes”).

(DIOMEDES, II, 422. Tradução nossa.)

De acordo com Diomedes, as vogais latinas poderiam ser sete, caso considerássemos a duração das vogais “e” e “o” como vogais distintas entre si, assim como ocorre com as vogais gregas “η” e “ε”, e “o” e “ω”. Surge, então, o seguinte questionamento: se tomarmos como distintas as vogais latinas breves e longas, também seriam distintas as vogais “ĩ” e “ī”, “ũ” e “ū”, e “ǣ” e “ā”, pois, em latim, todas elas possuem tal característica, de serem breves e longas. Pressupõe-se, logo, que Diomedes considera a existência de duas vogais distintas a mais em latim, apenas quando a duração das vogais latinas apresenta correspondência na língua grega (pois, no grego, só existem caracteres diferentes para as vogais mencionadas, embora, como em latim, todas sejam suscetíveis ao fenômeno da quantidade ou duração). Temos, portanto, novamente, uma abordagem que aproxima as duas línguas em suas semelhanças.

Os indícios presentes no discurso de Diomedes que associamos à ideia de *utraque lingua* apontam também para a consideração que autor manifesta em relação ao seu leitor

aprendiz de latim, cuja língua materna seria o grego. Podemos chegar a essa suposição, também, por conta da ostensiva presença da língua grega na gramática. Na verdade, de fato, a *ars Diomedis* foi escrita em latim e sua leitura, como já mencionamos, requer um conhecimento prévio mínimo da língua (SCHENKEVELD, 2007, p. 183).

Da mesma forma que observamos a consideração do autor na tentativa de assimilar as duas línguas, também poderíamos associar à mesma atitude as passagens que contêm sentenças, expressões e exemplos em língua grega inseridos no corpo do texto em latim. Muitos desses segmentos, inclusive, sequer são acompanhados por uma tradução em língua latina, sugerindo o pré-conhecimento do leitor sobre a língua grega, principalmente quando parece haver uma mudança deliberada de código, dentro de um mesmo contexto sintático. A essa alternância entre uma língua e outra designaremos como *code-switching*.

De acordo com Gumperz (*apud* HAMERS & BLANC, 2004, p. 258), embora haja ainda entre os estudiosos da área muita divergência em relação às definições dos fenômenos relacionados ao bilinguismo, o fenômeno de *code-switching* pode ser definido como “a justaposição de passagens de discurso pertencentes a dois sistemas (ou subsistemas) gramaticais diferentes, em um mesmo turno discursivo”³⁵. Em outras palavras, o *code-switching* se verifica quando o falante alterna entre um idioma e outro em seu turno de fala. No nosso caso, porém, cabe uma ressalva: por se tratar de uma análise textual, não lidamos com a fala em nosso *corpus*, mas sim apenas com a modalidade escrita das línguas grega e latina. Ainda assim, a definição de *code-switching* parece dar conta de classificar algumas das passagens em grego presentes no texto latino, pois, em muitos casos, tal fenômeno ocorre naturalmente, sem prévio aviso ou tradução subsequente, não se tratando, tampouco, das citações e exemplificações das quais já tratamos.

³⁵ *Code-switching may be defined as ‘the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to two different grammatical systems or sub-systems’.*

Decidimos, ainda, excluir desta seção as ocorrências terminológicas, mais precisamente aquelas compostas por apenas um termo, pois, sob a definição de Hamers e Blanc (2004, p. 259), devemos distinguir *code-switching* do chamado *borrowing*, termo utilizado pelos autores para classificar os empréstimos linguísticos que uma língua realiza. Ou seja, a terminologia grega na gramática latina de Diomedes estaria mais próxima de um empréstimo do que propriamente da alternância de códigos (isto é, de idiomas) no mesmo texto.

Da mesma forma, as citações em grego não são consideradas como *code-switching*, mesmo quando não apresentam tradução em língua latina. Afinal, a citação é, na verdade, um discurso reportado que, embora em outro idioma, não se enquadra na noção de “alternância” de códigos em um mesmo turno de “fala”.

Devemos deixar claro que não é nosso propósito aprofundar na questão terminológica que envolve os estudos linguísticos contemporâneos sobre o bilinguismo. Portanto, cabe-nos, por último, apenas enquadrar qual tipo de *code-switching* se aproxima mais com o fenômeno encontrado na *ars Diomedis*. Seguindo, novamente, o raciocínio dos teóricos citados neste trabalho, dos três tipos mencionados por eles, a maior parte das ocorrências de *code-switching* no texto gramatical de Diomedes aponta para a categoria de “*code-switching* intersentencial”, ou seja, quando “uma sentença está em uma língua, e a outra em uma língua diferente” (HAMERS & BLANC, 2004, p. 259). Outra categoria que também possui representatividade no *corpus* é chamada de “*code-switching* intrasentencial”, no caso de a alternância entre línguas ocorrer dentro do domínio da sentença (HAMERS & BLANC, 2004, p. 260).

As ocorrências em que evidenciamos clara alternância da língua latina para a língua grega na gramática são muito relevantes para a nossa análise, por causar a impressão de uma natural recepção, por parte do leitor, das sentenças em grego, a ponto de não perceber a mudança de línguas. Trazemos, portanto, algumas das passagens verificadas que podem

corroborar nossa pressuposição. Quanto aos exemplos de *code-switching* intrassentencial, a maioria deles consideramos como exemplificação, cujas ocorrências foram analisadas anteriormente (seção 3.2.2.). Aqui, analisaremos as ocorrências de *code-switching* intersentencial, nas quais a alternância entre o grego e o latim é mais evidente.

No segundo livro, ao abordar o acento latino (*de accentibus*), Diomedes redige uma sentença grega ao final da explicação, como se pode notar em destaque na citação a seguir:

nam ut nulla uox sine uocali est, ita sine accentu nulla est; et est accentus, ut quidam recte putauerunt, uelut anima uocis. accentus est dictus ab accinendo, quod sit quasi quidam cuiusque syllabae cantus. apud Graecos quoque ideo προσωδία dicitur, quia προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς.

Com efeito, assim como não existe voz sem vogal, não existe também sem acento. É acento, conforme alguns corretamente consideraram, como a “alma” da voz. O acento é falado junto ao canto, é algo quase como o canto das sílabas. Por isso, do mesmo modo, entre os gregos era dito **προσωδία**, pois **προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς** (“cantavam as sílabas”).

(DIOMEDES, II, 430-431. Tradução nossa.)

Os segmentos destacados correspondem, respectivamente, à palavra grega “προσωδία” e à sentença “προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς”. Assim como em outros momentos, muitos dos quais até mesmo já citados neste trabalho, Diomedes se dirige ao leitor diretamente em grego, sem nenhum aviso prévio, e, aparentemente, de forma natural e deliberada. O mesmo acontece em diversas passagens, dentre as quais citaremos uma, em que o autor utiliza termos gregos, compostos de mais de uma palavra, para definir alguns conceitos, como vemos a seguir:

syllabae autem dicuntur Graece παρὰ τὸ συλλαμβάνειν τὰ γράμματα; Latine conexiones uel conceptiones dici possunt, quod litteras concipiant atque conectant.

As sílabas, por outro lado, são ditas, em grego, παρά τὸ συλλαμβάνειν τὰ γράμματα (de “reunir as letras”); em latim, pode ser dito “união” ou “concepção”, pois concebem as letras e as unem.

(DIOMEDES, II, 427. Tradução nossa.)

Note, acima, como Diomedes utiliza uma definição em grego que está integrada na frase que se inicia em latim e termina em grego: o termo “sílabas”, é assim dito porque deriva da expressão grega “reunir as letras”, a explicação da origem grega está em grego e vincula-se à primeira parte da sentença por meio da preposição παρά, compondo o estranho sintagma latim grego: *dicuntur παρά* (“são ditas de”), cuja compreensão requer um mínimo conhecimento da língua grega.

Apesar de o leitor entender o conceito também através do latim, o que se apresenta na língua latina não é, exatamente, uma tradução do termo grego. Outra observação importante se refere ao constante uso de termos gregos, conectados por preposições como παρά (“junto de”) e ἀπὸ (“de, a partir de”), fenômenos que podemos considerar como *code-switching*, já que os termos se apresentam como “minissentenças”, cujos sintagmas são declinados no caso regido pela preposição empregada.

Em outras passagens, por exemplo, o gramático também se utiliza do grego para definir conceitos literários. São muitos os usos do grego no Livro III, onde Diomedes fala sobre os gêneros literários e sobre o metro. Destacamos, portanto, apenas um deles, em que se nota o uso ostensivo do grego ao definir o gênero épico, alternando de línguas à medida que se alterna de conceitos dados pelos romanos ou gregos:

epos dicitur Graece carmine hexametro diuinarum rerum et heroicarum humanarumque comprehensio; quod a Graecis ita definitum est, ἔπος ἐστὶν περιοχὴ θεῶν τε καὶ ἡρωϊκῶν καὶ ἀνθρωπίνων πραγμάτων.

Diz-se épico, aquele poema hexâmetro grego que compreende as coisas divinas, heroicas e humanas. Assim é definida pelos gregos: ἔπος ἐστὶν

περιοχὴ θεῶν τε καὶ ἥρωϊκῶν καὶ ἀνθρωπίνων πραγμάτων (“épica é o que contém as ações dos deuses, dos heróis e dos humanos”).

(DIOMEDES, III, 484. Tradução nossa.)

Em alguns casos, o uso do grego é mais discreto. No entanto, como vemos nos trechos a seguir, Diomedes utiliza exemplos gregos e, curiosamente, os conecta por intermédio de recursos gramaticais como conjunções e advérbios de negação. Ou seja, em vez de apenas citar os nomes gregos e utilizar o latim para unir os termos, ele os une usando mecanismos gramaticais da própria língua grega, o que nos parece como se o autor realmente estivesse alternando entre os dois idiomas (*code-switching*). Na citação abaixo, Diomedes utiliza o advérbio οὐχ (“não”), em contexto em que poderia ter usado o mesmo em latim:

futuri non habet: instantis posse, praeteriti potuisse. participia instantis tantum; futuri non habet: instantis hic et haec et hoc potens. sed quidam dicunt participia ne instantis quidem temporis habere. nam potens nomen est, ὁ δυνατός, οὐχ ὁ δυνάμενος.

Não há futuro [no infinitivo do verbo *possum*]: no presente, *posse* (“poder”); no pretérito, *potuisse* (“ter podido”). Os participios somente possuem presente, não há participio futuro: *hic, haec e hoc potens* (“este, esta e isto que pode”). Mas alguns dizem que nem mesmo há o participio presente [para este verbo], visto que *potens* seria um substantivo, ὁ δυνατός, (substantivo: “o que pode”) οὐχ (“e não”) ὁ δυνάμενος (participio: “o que pode, está podendo”).

(DIOMEDES, I, 360. Tradução nossa.)

O verbo *possum* (“poder”) é um dos verbos abordados na seção “verbos sem distinção de tempos” (*Verba temporibus confusa*, I, 358), sobre o qual o gramático diz não possuir, enquanto infinitivo, o tempo futuro, e, enquanto participio, possuir apenas o tempo presente. Ainda assim, ressalta o autor, o verbo *possum* nem sequer teria, na visão de alguns, um participio presente, já que, nesse caso, seria um substantivo, e não um verbo. Para ilustrar essa ideia, Diomedes recorre ao grego, no qual há clara distinção entre o substantivo do verbo

“poder” e sua forma no particípio presente. O autor, então, menciona as formas gregas (com o artigo, inclusive) e as une pela conjunção grega οὐχ (“e não”), em vez de utilizar uma conjunção correspondente em latim (como *nec* / *neque*, por exemplo). Ou seja, parece que Diomedes, ao citar dois substantivos gregos acompanhados de seus respectivos artigos definidos, alterna, de fato, seu discurso para a língua grega, não se preocupando em se manter no latim, e conferindo à sentença em grego, talvez, mais fluidez e naturalidade.

O mesmo fenômeno pode ser observado no trecho a seguir, através do uso da conjunção καὶ (“e”):

id enim Graeci ὑπερσυντελικόν appellant, quasi ὑπὲρ τὸν συντελοῦντα χρόνον, quod nos praeteritum plusquamperfectum dicimus. at uero tempus perfectum apud nos pro ἀορίστῳ καὶ παρακειμένῳ ualet.

A isto, por exemplo, os gregos dão o nome de ὑπερσυντελικόν (“mais-que-perfeito”), assim como ὑπὲρ τὸν συντελοῦντα χρόνον (“concluídos além do tempo”), o que nós dizemos no pretérito ou no mais-que-perfeito. Mas, de verdade, o tempo perfeito, em latim, vale pelo ἀορίστῳ καὶ παρακειμένῳ (“aoristo e perfeito”).

(DIOMEDES, I, 336. Tradução nossa.)

Acima, além do uso da preposição em grego καὶ (que poderia, sem alteração de sentido, ser substituída por conjunções latinas, como *et* e *atque*) para unir dois tempos verbais, Diomedes ainda acrescenta uma explicação em grego para o termo ὑπερσυντελικόν (“mais-que-perfeito”), para a qual não há tradução em latim.

Esses últimos exemplos desta seção transmitem, de certa forma, a dificuldade em classificar o uso do grego na gramática de latim enquanto fenômenos linguísticos bilíngues. Até mesmo se utilizarmos o mesmo embasamento teórico de autores contemporâneos que dão conta para examinar fenômenos de bilinguismo das línguas modernas, encontraríamos certa dificuldade, como, por exemplo, o uso de expressões latinas na língua portuguesa (como *in natura*, geralmente utilizada dentro de uma sentença). Poderíamos considerá-lo, por exemplo,

como simples incorporação ao léxico. No entanto, o que parece haver na gramática é o uso de expressões e sentenças que não são comuns à língua latina, e estão presentes no contexto metalinguístico da gramática de Diomedes.

Sendo assim, tanto por meio de terminologia grega quanto por exemplificação em grego, ou, mais especificamente, no caso de sentenças gregas em meio ao discurso latino, classificamos o *code-switching* como o fenômeno mais evidente do bilinguismo refletido na *ars Diomedis*. Sem o conhecimento de língua grega, tais recursos utilizados pelo autor seriam inválidos e não surtiriam o efeito didático que supomos na gramática, visto que, completando sintagmas e até mesmo sentenças, o conhecimento prévio das duas línguas parece ser necessário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tornarmos possível a execução deste trabalho, foi-nos necessária, antes, uma introdução aos conceitos que definem o estudo do discurso gramatical antigo, em cujo âmbito se inscreve a nossa análise da gramática de Diomedes. A partir da pressuposição de que o tema seja relativamente novo, oferecemos uma breve abordagem sobre a gramática antiga e, oportunamente, distinguimos as noções de Gramática Tradicional e de Tradição Gramatical Antiga, pois ao se deparar com o título desta dissertação, o termo “gramática” já suscita conceitos previamente estabelecidos pelos linguistas, nem sempre consensuais, e, na maior parte das vezes, sujeitos a polêmica.

Em seguida, situamos a obra do gramático, datada dos anos finais do século IV de nossa era, em seus contextos político e sociolinguístico; o primeiro, devido à relevância de se compreender, ainda que de maneira mais geral, o contexto social em que se produziu a obra sob análise, no chamado Império Romano do Oriente e as medidas políticas que, de certa forma, influenciaram a política linguística, a produção literária da época e seus conteúdos. A gramática de língua latina, por exemplo, seria útil por conta do *status* do latim enquanto língua em uso na administração e em assuntos jurídicos, diplomáticos e militares do Império.

Esse caráter seccional do idioma (ou seja, seu uso em determinadas instâncias e situações sociais) também faz parte da contextualização sociolinguística, cuja importância se dá pela compreensão de como as duas línguas coexistiram na região de Constantinopla, sede do Império Romano do Oriente, onde a *ars Diomedis* teria sido publicada. Sabe-se que o fenômeno do bilinguismo apresenta diversas implicações sociais, políticas e linguísticas, razão pela qual abordamos o uso de determinada língua nas diferentes instâncias comunicativas, distinguindo o grego como primeira língua (L1) falada pela maioria da população e o latim mais restrito às instâncias oficiais do Império, sendo, portanto, a língua

adicional ou segunda língua (L2) a que os habitantes de Constantinopla precisavam se dedicar, fato que justifica a gramática de latim de Diomedes publicada naquela região.

Ainda dentro do contexto sociolinguístico, propusemos e examinamos algumas noções definidoras do bilinguismo, tarefa que encontra dificuldades em dois momentos. A definição de fenômenos bilíngues é, entre estudiosos contemporâneos, relativamente complexa e levanta, portanto, discussões irresolvidas sobre o assunto, cuja abordagem mais aprofundada não caberia em nosso recorte. Além disso, corremos sempre o risco do anacronismo na análise, já que lidamos com um *corpus* muito anterior aos conceitos modernos de bilinguismo que utilizamos como embasamento teórico, além de escrito e técnico, amostra de língua que não é, precisamente, aquela que está na mente dos linguistas modernos.

Ainda assim, consideramos tal reflexão válida, pois seria inviável, para nós, uma análise que não sofresse influência de nosso olhar contemporâneo sobre os comportamentos linguísticos em questão. Além disso, os termos modernos aqui mobilizados, na forma como os definimos, serviram como referências que utilizamos em nossa análise, sem os quais, provavelmente, correríamos maior risco de apresentarmos uma análise ingênua sobre o tema que, embora esteja aqui discutido em texto antigo, na verdade aponta questões de interesse ainda em nossos dias.

Passamos, então, para a gramática em si, classificando-a, primeiramente, de acordo com as categorias propostas por Law (2003, p. 65) e apresentando, também, o esquema de seu conteúdo. Embora prevaleça na *ars* de Diomedes a estrutura típica de uma *Schulgrammatik*, assim como são as *artes* de Donato, ao contrário desse, no entanto, aquele utiliza exemplos em grego e em latim para demonstrar os conceitos linguísticos apresentados, o que nos faz entender que a obra também apresenta características das chamadas *regulae*, cujo conteúdo preza, entre outros aspectos, pela exemplificação dos assuntos tratados.

Com o objetivo de encontrar elementos no *corpus* que poderiam refletir o bilinguismo da sociedade e, mais precisamente, do público-alvo da gramática, prosseguimos com a análise das passagens mais relevantes, isto é, aquelas em que observamos aspectos de maior evidência dos fenômenos bilíngues, e as dividimos em quatro macrocategorias, as quais reúnem exemplos classificados de acordo com a tipologia por nós elaborada.

Levamos em consideração a forte presença da língua grega e seus conceitos linguísticos, o que demonstra sua relevância através de citações de poetas e filósofos. Da mesma forma, o uso de terminologia grega, seja por meio de termos escritos no próprio alfabeto ou em sua forma latinizada, é apontado como evidência do conhecimento de grego do leitor, já que a maioria das ocorrências não apresenta uma tradução para o latim. Em muitos casos, também, os termos gregos parecem complementar os de língua latina, como se houvesse, por parte do autor, uma estratégia didática levada a termo por consideração de um seu leitor que, hipoteticamente, dominava ambas as línguas.

Essa consideração se torna ainda mais evidente nos trechos em que observamos comparações entre as duas línguas, principalmente no que se refere ao uso de determinadas estruturas linguísticas (como o uso dos casos, por exemplo) e à ausência de elementos no latim ou no grego. Além disso, Diomedes, ao compará-las, apresenta exemplos em ambas as línguas, de modo que seja mais fácil a compreensão de temas divergentes, o que podemos considerar, de certa forma, também como auxílio didático para o aprendiz de latim.

Mais adiante, analisamos as ocorrências que remetem à noção de *utraque lingua*. A tentativa de aproximar as duas línguas aparece em alguns momentos da obra, como quando Diomedes atenua a ausência de certos elementos linguísticos em uma das línguas, ou, por exemplo, justifica o uso mais abrangente dos casos latinos em relação aos gregos.

Por fim, abordamos as diversas ocorrências classificadas como *code-switching*, dentre as quais selecionamos aquelas que representam a maioria das passagens em que Diomedes se

dirige ao leitor em grego, embora se trate de uma gramática cuja metalinguagem é principalmente latina. Esses exemplos são aqueles que mais evidenciam a influência bilíngue do público-alvo da gramática, de modo que o autor possa alternar o código linguístico, tanto em meio ao discurso metalinguístico em latim, quanto ao exemplificar determinado assunto, e ao empregar termos gregos (muitos dos quais formados por mais de uma palavra e unidos por conjunções e preposições).

Com nossas observações, pudemos constatar que, de fato, a gramática de Diomedes representa em seu conteúdo o caráter bilíngue da sociedade em que se inseria, não somente pela sua composição nas línguas latina e grega, mas também pelos recursos utilizados pelo autor para tornar a obra mais facilmente compreendida, através de variadas formas de recurso bilíngue. Do mesmo modo, sob outro ponto de vista, tais recursos podem ser considerados não necessariamente como intencionais, mas como reflexo de aceitação do leitor ao utilizar e encarar, sem estranhamento, a gramática da forma como é constituída, corroborando a asserção de Rochette (1998, p. 178) em relação à convivência pacífica e harmônica das duas línguas e não, necessariamente, uma competição.

Este trabalho ofereceu uma contribuição ao estudo das obras dos gramáticos antigos, em especial à gramática de Diomedes, cujo conteúdo ainda é fonte para pesquisas futuras. Não se pretendeu fazer uma análise ou interpretação exaustiva da obra. Seguramente, a *ars Diomedis* e seus três livros oferecem reflexões linguísticas que requerem um aprofundamento da análise, bem como uma tradução em língua moderna seria um grande passo para uma maior inserção da obra no campo da historiografia da linguística.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 Dicionários

GLARE, P. G. W. *et al.* (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

MENGE, H. *et al* (ed.). *Langenscheidt Taschenwörterbuch Altgriechisch*. Berlin und München: Langenscheidt, 1993.

SARAIVA, F. R. S. *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SCHAD, S. *A lexicon of Latin grammatical terminology*. Studia Erudita. Roma: Fabrizio Serra, 2007.

TORRINHA, F. *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1945.

5.2 Textos antigos

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J. e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. *Confessions*. Edição e tradução de P. de Labriolle. 17. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1927, v. 1.

DIONÍSIO TRÁCIO. *Dionysii Thracis ars grammatica*. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). *Grammatici Graeci, I*. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

_____. In: MARTINHO, M. Dionísio da Trácia, Arte. *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 11, p. 153-179, 2007.

DIOMEDES. *Diomedis ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, I, 299-529. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DONATO. *Ars maior*. In: KEIL, Heinrich (ed.) *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961 (1865).

JERÔNIMO. *Epistola XXII ad Eustochium*. Paris: Series Latina, 1845.

MACRÓBIO. *De differentiis et societatis Graeci Latine uerbi*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, V, 599-629. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PLATÃO. *O Sofista*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Salvador: UFB, 2003.

_____. *Le Sophiste*. Oeuvres Completes, tome VIII, 3ème. Partie. Edição e tradução de Auguste Diès. 6. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1969.

5.3 Textos modernos

ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992.

BARATIN, M. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, Jan & DESMET, Piet (ed.) *Florilegium historiographiae linguisticae – Études d’historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Peeters: Louvain-la-Neuve, 1994.

BECCARI, A. J. *Uma tradução da Grammatica especulativa de Tomás de Erfurt para o português*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2013.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009

BIVILLE, F. *Bilinguisme gréco-latin et épigraphie*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée – Jean Pouilloux, 2004.

BROWNING, R. Byzantine Scholarship. *Past and Present Society*, Oxford, n. 28, p. 3-20, 1964.

CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

CANTÓ, J. *Los grammatici: críticos literarios, eruditos y comentaristas*. In: CODOÑER, C. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997, p. 741-753.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010

DESBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage – travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lion: ENS Éditions, 2007.

DEZOTTI, L. C. *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

DIONISOTTI, A. C. Latin Grammar for Greeks and Goths. *The Journal of Roman Studies*, v. 74, p. 202-208, London, 1984.

FORTES, F. S. *Sintaxe Greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2012.

_____. Comparações e contrastes entre o grego e o latim como estratégia explicativa do *De Constructione*, de Prisciano (Séc. VI d.C.). *Classica*, v. 27, n. 2, p. 31-51, Rio de Janeiro, 2014.

HAMERS, J. F.; BLANC, M. H. A. *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HISTOIRE EPISTÉMOLOGIE LANGAGE. *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques*, Paris, v. 1, Hors-Série n. 2, 1998.

HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique.* Paris: CNRS, 1981.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAW, V. Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. In: *Historiographia linguistica XIII: 2/3.* Amsterdam: John Benjamins, p. 365-380, 1986.

_____. *The Insular Latin Grammarians.* The Boydell Press, 1993.

_____. *The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEMERLE, P. *História de Bizâncio.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANGO, C. *Bizâncio: o Império da Nova Roma.* Lisboa: Edições 70, 1980.

MARROU, H.-I. *História da educação na Antiguidade.* Tradução de M. L. Casanova. 4. ed. São Paulo: MEC, 1975.

MCNELIS, C. Grammarians and Rethoricians. In: DOMINIK, William & HALL, Joh. *A companion to Roman Rethoric.*[ed.]. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

MOURGUES, M. J. -L. Écrire en deux langues: bilinguisme et pratique de chancellerie sous le Haut-Empire romain. *Dialogues d'histoire ancienne*, Besançon, v. 21, n. 2, p. 105-129, 1995.

NEVES, M. H. de M. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 641-664, 2011.

OIKONOMIDÈS, N. L'«unilinguisme» officiel de Constantinople byzantine (VIIe-XIIe s.). *Byzantina Symmeikta*, Atenas, v. 13, p. 9-23, 1999.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria.* 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

ROBINS, R. H. *The Byzantine Grammarians – their place in History.* Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

ROCHETTE, B. Le bilinguisme gréco-latin et la question des langues dans le monde gréco-romain. *Revue belge de philologie et d'histoire*, Bruxelles, v. 76, n. 1, p. 177-196, 1998.

_____. L'enseignement du latin dans la partie hellénophone de l'empire romain: objectifs et methods. *Mundo Antigo*, Navarra, n. 12, p. 47-63, 2007.

_____. Greek and Latin Bilingualism. In: BAKKER, E. J. *A Companion to the Ancient Greek Language*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

SALGADO, A. C. P. Medidas de bilinguidade: uma proposta. In: SAVEDRA, M. M. G. S.; SALGADO, A. C. P. *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição nos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SAVEDRA, M. M. G. S. Bilinguismo e bilinguidade: uma nova proposta conceitual. In: SAVEDRA, M. M. G. S.; SALGADO, A. C. P. *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição nos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SHENKENVELD, D. M. Charisius and Diomedes. Writing a grammar for Greeks. In: BASSET, L. *et. al. Bilinguisme et terminologie grammaticale Gréco-Latine*. Orbis/Supplementa. Paris: Peeters, 2007, pp. 181-189.

SWIGGERS, P. História e historiografia da linguística: status, modelos e classificações. Tradução de Cristina Altman. *Revista Eutomia*, ano III, v.2, p. 1-17, dez. 2010.

_____. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.